

ANGELO ANTONIO DA SILVEIRA

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL EM LAVRAS NOVAS: ENTRE AÇÕES PRÓ-TURISMO E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S587d
2017

Silveira, Angelo Antonio da, 1984-

Desenvolvimento socioeconômico e a gestão do patrimônio cultural em Lavras Novas : entre ações pró-turismo e políticas públicas / Angelo Antonio da Silveira. – Viçosa, MG, 2017.
xi, 162f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Karla Denise Martins.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.130-132.

1. Patrimônio cultural - Ouro Preto (MG).
 2. Desenvolvimento econômico. 3. Turismo. 4. Política pública.
- I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Artes e Humanidades. Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22 ed. 363.698151

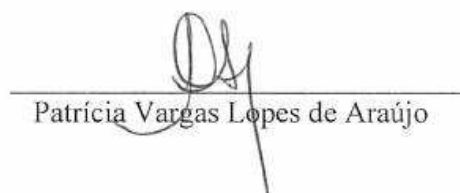
ANGELO ANTONIO DA SILVEIRA

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL EM LAVRAS NOVAS: ENTRE AÇÕES PRÓ-TURISMO E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 16 de agosto de 2017.


Gustavo de Souza Oliveira


Patrícia Vargas Lopes de Araújo


Karla Denise Martins
Orientadora

Agradecimentos

“Um sonho que se sonha só é apenas um sonho; um sonho que se sonha junto torna-se realidade” - Miguel de Cervantes. Esse trabalho é fruto de um sonho que só se tornou realidade porque contou com a confiança, a colaboração e a dedicação de amigos, que durante esses dois anos acreditaram nos meus propósitos e na minha capacidade. É tomado por esse sentimento de dever cumprido que eu gostaria de lembrar e agradecer às pessoas que embarcaram nesse sonho comigo.

Começo agradecendo a Deus, que fortificou a minha alma nos momentos difíceis, mantendo o meu foco e me dando forças para alcançar os meus objetivos.

Lembro com carinho da minha orientadora, Prof^a Dr^a Karla Denise Martins, e agradeço pela sua paciência, dedicação e profissionalismo e sobretudo pela sua amizade. Agradeço por me manter no caminho e por me fazer acreditar que esse sonho ia dar certo.

Agradeço ao Prof. Dr. Jonas Marçal, por sempre acreditar em mim e pelas suas muitas palavras de apoio. À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de História, pela chance de poder cursar o Mestrado. Aos professores do curso, que com muito profissionalismo se esforçaram no nosso aprendizado. À Coordenação do Mestrado, pelo empenho no desenvolvimento dos alunos, inclusive nos proporcionando oportunidades únicas com o intercâmbio com a Universidade de Évora. Ao Prof. Filipe Themudo Barata, da Universidade de Évora, que nos recebeu em Portugal de braços abertos e nos propiciou experiências de conhecer outra cultura, ampliando a nossa visão sobre tema principal de nossas pesquisas: patrimônio cultural, fato que tanto contribuiu para os nossos projetos. Aos colegas de curso, pela amizade e pelos muitos momentos alegres nesses dois anos de curso. Aos amigos da Diretoria de Material da UFV, por sempre me incentivarem na busca pelo crescimento profissional. Em especial ao Mateus Henrique, que com seu companheirismo deu todo o apoio necessário para a realização desse projeto.

Agradeço a toda minha família, em especial aos meus pais, Fernando e Shirley, por me ensinarem a lutar pelos meus sonhos e, por mais difícil que seja a jornada, nunca desistir, aos meus irmãos Nandão e Magno e à minha cunhada Elis Marina, pela força e pelos muitos gestos de carinho, que sempre me motivaram diante dos obstáculos e por acreditarem no meu potencial. É difícil de imaginar a vida sem o apoio e o amor de vocês. Dedico a todos vocês esta vitória.

Agradeço a minha namorada Grazi, pelo amor incondicional e por sempre estar ao meu lado, não me deixando fraquejar, sendo compreensiva com o meu cansaço e minha falta

de tempo. Tenho certeza de que sem o seu amor eu não teria conseguido. Aos amigos Márcia, Diego e José Nilton, que, com todo o alto astral, me ajudaram nos momentos de estresse, não me deixando sucumbir frente às preocupações e à ansiedade que surgiam durante a pesquisa. Aos meus avós, pelas muitas orações, e aos tios e primos, pela energia positiva e os bons pensamentos. Amo todos vocês.

Sumário

Lista de Figuras	vi
Lista de tabelas	viii
Lista de Abreviaturas.....	ix
Resumo	x
Abstract.....	xi
Introdução.....	1
Parte I.....	9
Capítulo 1: Diálogos na gestão do patrimônio em Lavras Novas	10
1.1. A vida em Lavras Novas: dos primórdios sociais ao legado cultural.....	10
1.2. A conexão entre turismo e as heranças culturais.....	23
1.3. O nascimento do turismo cultural e as transformações sociais	26
1.4. O turismo e as mudanças em Lavras Novas	33
1.5. Políticas públicas e gestão do patrimônio.....	49
Capítulo 2: Políticas públicas e a gestão do patrimônio cultural em Lavras Novas.....	55
2.1. Atuação do poder público municipal em prol da proteção do patrimônio cultural ouro-pretano	55
2.1.1. Lei Orgânica, Inventário Municipal e Tombamento	55
2.1.2. Lei de Ocupação do Solo e Plano Diretor	62
2.1.3. O COMPATRI e as atuações preservacionistas colegiadas	64
2.1.4. A educação patrimonial fortalecendo os laços entre o poder público e a população local	70
2.1.5. Turismo Cultural e a Gestão Pública ouro-pretana	73
2.1.6. A proposta preservacionista: O tombamento da Capela da Chapada.....	77
2.2. A atuação dos grupos formais na gestão do patrimônio em Lavras Novas: lideranças em prol da preservação do patrimônio cultural local	80
2.2.1. A economia cultural: o desenvolvimento econômico e a gestão pública do patrimônio cultural em Lavras Nova	83
2.2.2. Os bens sacros e a gestão do patrimônio	90
Parte II	98

Capítulo3: QR CODES Culturais: A tecnologia a serviço da proteção do patrimônio material de Lavras Novas	99
3.1. QR Code como estratégia de veiculação e políticas preservacionistas	99
3.2. A inovação na preservação do patrimônio cultural de Lavras Novas	106
3.3. O processo de construção do Qr Code.....	111
4. Considerações finais	124
5. Bibliografia:.....	130
5.1. Documentos:.....	130
5.2. Legislação:.....	130
5.3. Livros, teses, dissertações, artigos e fontes eletrônicas:.....	130
ANEXOS:.....	133
ANEXO 1 - Imagem Qr Code Capela de Sant’Ana	133
ANEXO 2 - Texto sobre a Capela de Sant’Ana da Chapada	133
ANEXO 3 - Imagem Qr Code do Forro da Capela de Sant’Ana	138
ANEXO 4 - Texto sobre Imagem do Forro da Capela de Sant’Ana	138
ANEXO 5 - Imagem Qr Code da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres	141
ANEXO 6 - Texto sobre a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres	142
Anexo 7 – Imagem Qr Code da Capela de São Miguel das Almas.....	148
ANEXO 8 - Texto sobre a Capela de São Miguel das Almas.....	148
ANEXO 9 - Qr Code da imagem de Nossa Senhora dos Prazeres.....	152
ANEXO 10 - Texto sobre a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres	152
ANEXO 11 - Qr Code da imagem de Nosso Senhor dos Passos	155
ANEXO 12 - Texto sobre a imagem de Nosso Senhor dos Passos.....	156
ANEXO 13 – Parecer de tombamento Capela de Sant’Ana	160

Lista de Figuras

Figura 1- Imagem de satélite de Lavras Novas	11
Figura 2- Vista aérea de Lavras Novas.....	11
Figura 3 – Parede em pau a pique em restaurante de Lavras Novas	15
Figura 4- Capela Nossa Senhora dos Prazeres	16
Figura 5 - Imagem interna da Capela	16
Figura 6 - Casa de origem colonial com varanda construída	37
Figura 7- Casa com segundo andar construído.....	38
Figura 8- Vista aérea do núcleo pioneiro de Lavras Novas.....	38
Figura 9 - Vista do caminho para a Serra do Trovão, na chegada de Lavras Novas.....	39
Figura 10 - Casa colonial utilizada como ponto comercial para venda de suvenires.....	40
Figura 11 - Casa colonial adaptada como restaurante	40
Figura 12 - Vista interna da casa colonial modificada para restaurante	40
Figura 13- Espaço Cultural Santo Graal.....	41
Figura 14 - Vista parcial da Bacia do Custódio.....	42
Figura 15 - Casas utilizadas para hospedar turistas	47
Figura 16 - Casas reformadas utilizando materiais contemporâneos	47
Figura 17 - Imagem de Sant'Ana	59
Figura 18 - Capela de Sant'Ana da Chapada	59
Figura 19 - Casa à venda na área central de Lavras Novas	93
Figura 20 - Qr Code no calça dão da praia do Arpoador.....	105
Figura 21 - <i>Qr Code</i> da Capela de Sant'Ana	110
Figura 22 - Primeira parte do texto da Capela de Sant'Ana da Chapada.....	115
Figura 23 - Como chegar à Capela de Sant'Ana.....	116
Figura 24 - Texto sobre os eventos culturais vinculados ao Qr Code.	117
Figura 25 - Google Sites.....	120
Figura 26 - Qr Code Generation	121
Figura 27 - Marcador de Livro com Qr Code.....	122
Figura 28 - Qr Code Capela de Sant'Ana	133
Figura 29 - Estrada de acesso a Lavras Novas	136
Figura 30- Estrada de acesso a Chapada	136
Figura 31 - Qr Code da Imagem do Forro da Capela de Sant'Ana.....	138
Figura 32- Nossa Senhora da Piedade	139

Figura 33 - Forro da Capela de Sant'Ana	139
Figura 34- Vista frontal da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres.....	144
Figura 35- Foto interna da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres	144
Figura 36 - Foto do altar principal da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres	145
Figura 37 - Apresentação da Orquestra de Ouro Preto, realizada na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres	145
Figura 38 - Apresentação musical no largo da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres	146
Figura 39 - Imagem frontal da Capela.....	149
Figura 40 - Imagem do cruzeiro da Capela de São Miguel das Almas	149
Figura 41 - Vista da Capela de São Miguel das Almas na paisagem	150
Figura 42 - Representação de São Miguel das Almas	151
Figura 43- Imagem da rua acesso à Capela de São Miguel das Almas	151
Figura 44 - Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres	154
Figura 45 - Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres	154
Figura 46 - Imagem de Nosso Senhor dos Passos	158
Figura 47 - Imagem de Nosso Senhor dos Passos	158

Lista de tabelas

Tabela 1- Itens inventariados em Lavras Novas.....	58
--	----

Lista de Abreviaturas

SPHAN – Serviço de patrimônio Histórico e Artístico Nacional

QR – *Quick Response*

COMPATRI – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto

IEPHA MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural

IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico Nacional

GAT – Grupo de Assessoramento Técnico

PUC – Pontifícia Universidade Católica

APPS – *Applications*

URL – *Uniform Resource Location*

Resumo

SILVEIRA, Angelo Antonio da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2017, **Desenvolvimento socioeconômico e a gestão do patrimônio cultural em Lavras Novas: entre ações pró-turismo e políticas públicas**. Orientadora: Karla Denise Martins.

A pesquisa aborda a relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão do patrimônio cultural em Lavras Novas, distrito de Ouro Preto/ MG. A partir dessa relação, foram discutidos os impactos do turismo nos costumes locais e na paisagem cultural de Lavras Novas, avaliando os efeitos das ações preservacionistas propostas: tanto pelo poder público quanto pelas organizações ligadas aos moradores do Distrito. O nascimento do turismo cultural e sua relação com oportunidades de negócio despertaram em Lavras Novas variadas formas de apropriação do patrimônio cultural. O clima bucólico, as paisagens serranas, as cachoeiras, conjugadas com culinária típica e um visual arquitetônico de origem setecentista, atraem milhares de visitantes à procura de entretenimento. A problemática surge quando as mudanças sociais e os mecanismos de salvaguarda não são pensados de uma ótica ampliada, no caso de Lavras Novas, deixando em um segundo plano as raízes setecentistas e o patrimônio arquitetônico. A dificuldade em fazer com que as informações sobre os monumentos e a cultura local alcancem os visitantes contribui ainda mais para alienação do turismo. Nessa perspectiva, nossa pesquisa propõe um produto pautado no resgate da “alma setecentista” dos monumentos, tornando-a acessível aos visitantes através da viabilização de uma plataforma digital própria para veiculação interativa de informação. A tecnologia escolhida para difusão dinâmica das informações sobre os monumentos foi o *Qr Code*. O código possibilitará o acesso eletrônico a textos contendo informações sobre elementos do patrimônio cultural de Lavras Novas.

Abstract

SILVEIRA, Angelo Antonio da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2017, **Socioeconomic development and management of cultural heritage in Lavras Novas: between pro-tourism actions and public policies**. Advisor: Karla Denise Martins.

The research deals with the relationship between socioeconomic development and cultural heritage management in Lavras Novas, Ouro Preto district / MG. Based on this relationship, the impacts of tourism on local customs and on the cultural landscape of Lavras Novas were evaluated, evaluating the effects of proposed preservation actions: both by the public authorities and by the organizations related to the residents of the District. The birth of cultural tourism and its relation with business opportunities have awakened in Lavras Novas various forms of appropriation of cultural heritage. The bucolic climate, the serranous landscapes, the waterfalls, combined with typical cuisine and an architectural look of 18th century origin, attract thousands of visitors looking for entertainment. The problem arises when the social changes and the safeguard mechanisms are not thought of an extended perspective, in the case of Lavras Novas, leaving in the background the eighteenth roots and the architectural patrimony. The difficulty in making information about monuments and local culture reach visitors contributes even more to the alienation of tourism. From this perspective, our research proposes a product based on the rescue of the "17th century soul" of the monuments, making it accessible to visitors through the feasibility of a digital platform for interactive information. The technology chosen for the dynamic dissemination of information on monuments was the Qr Code. The code will allow electronic access to texts containing information about elements of the cultural heritage of Lavras Novas.

Introdução

As raízes culturais em sociedades marcadas pelo dinamismo e pela diversidade sustentam a preservação das memórias partilhadas. Sabe-se que a expansão do turismo e das indústrias culturais contribuiu para o aumento da complexidade das análises relacionadas à preservação das memórias locais, atualmente amparadas entre desenvolvimento local e políticas públicas de preservação do patrimônio.

No Brasil, as preocupações com o patrimônio cultural surgem nas pautas oficiais durante a década de 1930. Em 1933, a cidade de Ouro Preto foi considerada pela elite intelectual e pelo Governo Federal como monumento nacional em pressuposição do seu valor histórico e seu singular patrimônio material colonial. A promulgação da Constituição de 1934 inovou no campo do patrimônio, trazendo uma abordagem jurídica sobre o tema. A Constituição previa como dever do Estado a preservação do patrimônio cultural nacional. Ainda em 1934, o Governo Federal criou a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que chegou a realizar atividades de restauro na cidade de Ouro Preto. No ano de 1936, foi criado, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional - SPHAN, especializado na preservação do patrimônio, possuindo como principal meta a elaboração de um plano nacional de preservação do patrimônio artístico e nacional.

A regulamentação específica da questão do patrimônio em nível nacional veio com o Decreto-Lei nº 25¹ em 1937, onde ficaram estabelecidas formas de preservação do patrimônio no Brasil, dentre elas destacando-se o tombamento². Apesar do simbolismo do “marco legal” das iniciativas preservacionistas nacionais, é preciso refletir sobre essa temática a partir de uma ótica mais ampla.

A eleição do patrimônio artístico e da tradição política mineira, pela elite intelectual de 1920, buscava em Minas Gerais uma memória genuína, que na verdade era parte de um esforço de renovação cultural e arquitetônico do cenário nacional. Esse projeto tinha como premissa o rompimento com gerações intelectuais passadas na esperança de construir algo totalmente inovador. Existia o interesse em criar uma identidade nacional autêntica, estabelecendo um elo entre os séculos XVIII e o XIX, quebrando a ideia de que o Brasil era um país sem história.

Se pensarmos em um contexto mais ampliado, veremos que na realidade a ideia de se estabelecer uma unidade nacional já era antiga. Afonso Arinos, no início do século XX, já

¹ FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 3ª Edição. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

² PINHEIRO, M. L. B. **As Origens da Noção de Preservação Cultural no Brasil**. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo - USP, São Paulo, mar. 2006. p. 5.

indagava que a combinação da diversidade cultural brasileira seria o alicerce para construção de uma identidade nacional. Entende-se que a releitura do patrimônio na década de 1920 pode ser vista também como uma invenção que visava impulsionar um movimento artístico e cultural que estava a surgir.³

A visão política das memórias é um instrumento utilizado em variadas ocasiões históricas para fundamentar a defesa de interesses. Pode-se pensar, por exemplo, que a ameaça da transferência da Capital do Estado de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte, no final do século XIX, motivou a elite intelectual mineira a construir uma narrativa histórica que vinculasse o patrimônio arquitetônico de Ouro Preto à identidade mineira. Entende-se que, independentemente da motivação, as narrativas e releituras do patrimônio cultural contribuíram para pensar a sociedade de forma problematizada, a partir de análises referentes às suas raízes e seus diversos contextos. Talvez o estudo dos aspectos culturais seja a maior prerrogativa dessa construção e uso dos elementos culturais.

Em nossos estudos veremos que existem várias formas de se pensar o passado. A interpretação patrimonial para uso turístico é uma dessas formas. A apropriação turística do patrimônio destaca-se na atualidade como forma de dimensionar a cultura e sintetizá-la em um produto a ser consumido. Para refletir sobre essa forma de apropriação do patrimônio, discutiremos as premissas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção do patrimônio cultural em Lavras Novas.

Sabe-se que, durante muito tempo, estudiosos de ideias mais conservadoras reproduziram a concepção de que a relação entre cultura e turismo deveria ser evitada, com justificativa de não ser benéfica para preservação do patrimônio⁴. Essa linha de pensamento levantava a bandeira do combate radical à banalização cultural e à adequação de elementos culturais à indústria do turismo. Entende-se que na modernidade a conjugação de conceitos, como cultura, renda, desenvolvimento social, interesses políticos, é um processo construído e, muitas vezes, impossível de ser evitado. Nessa conjuntura, compreende-se que a cultura está em constante transformação e espera-se que visões extremistas sejam evitadas. Percebe-se que, no contexto contemporâneo, o turismo cultural possui um papel estratégico na dinamização da economia, despertando na comunidade a motivação para o resgate das manifestações culturais, em muitos casos, tonificando as estratégias de preservação do patrimônio cultural local.⁵

É aceito que os saberes tradicionais e bens patrimoniais incorporam elementos da

³ BRAGA, V. M. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010. p. 15.

⁴ AVILA, M. A. **Política e Planejamento em Cultura e Turismo**. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 27.

⁵ *Ibid.* p. 29.

memória social contemporânea. Ora através da associação com novas formas de pensamento e os novos ideais que surgem com o passar do tempo, em outros momentos, pela sua relação com os elementos culturais que transformam as paisagens e os estilos de vida. Segundo Sandra Pelegrini, de um panorama geral o patrimônio compreende a maneira do ser humano de existir, pensar e se expressar, aliada às manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistemas de valores e tradições.⁶ Desse ponto de vista, entende-se a relação entre políticas de preservação do patrimônio e a salvaguarda das raízes culturais, que ilustram o modo de vida das pessoas e as paisagens culturais.

Segundo Otávio Costa, a paisagem, a memória e o sentimento de pertencimento, são construídos pelos laços sociais, formados no cotidiano em que vivemos.⁷ Tem-se que a paisagem evidencia elementos culturais das sociedades locais, conjugando o espaço arquitetado com o legado histórico e cultural na contemporaneidade. Entende-se que, apesar de coletiva, a paisagem, quando relacionada à memória, implica questões ligadas a afetividades a partir da qual os indivíduos, através da percepção do meio, constroem as relações afetivas.

Portanto, a identidade do indivíduo é construída no desenvolvimento cultural e na sua relação com o entorno. De acordo com Costa, o patrimônio, tanto no campo histórico quanto no âmbito das relações afetivas e pessoais, pode ser visto como um “arquivo de memórias”, que aproximam os indivíduos dos lugares.⁸ O patrimônio cultural, como registro do cotidiano, pode ser entendido como representações que configuram as paisagens simbólicas, estabelecendo uma interseção entre memória e lugar. A relação entre patrimônio cultural e memória local, quando independente de questões como valor arquitetônico, traz a visão do lugar como um relevante testemunho histórico.⁹

Nessa vertente de pensamento, acredita-se que o simbolismo presente nos bens patrimoniais pode ser discutido como a legitimação de um passado que foi usado para veicular uma identidade cultural. O fato que talvez torne a questão do simbolismo menos artificial é a disposição temporal da história, que agrega a contribuição de cada geração ao desenvolvimento social e ao processo de formação e transformação do patrimônio cultural. Essa construção gradativa da memória fortalece o sentimento de pertencimento, que se destaca como aspecto importante na manutenção do patrimônio cultural evidenciado socialmente. Pensando nas estratégias preservacionistas, compreende-se que a construção de mecanismos plurais, baseados

⁶ PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: o desafio das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, p. 22, Janeiro 2006. ISSN 0102-0188.

⁷ COSTA, O. *Memória e Paisagem: em busca do símbolo dos lugares*. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, 2008, p. 148.

⁸ *Ibid.* p. 149.

⁹ CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª Edição. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p.24.

em questões sociais, técnicas, artísticas, culturais e ambientais, dialogando com qualidade de vida, paisagem e cidadania, irá aproximar as estratégias de preservação do sucesso.

Sabe-se que diversificar o enfoque é crucial na dinâmica de concepção das estratégias preservacionistas. A diversidade das ações será garantida pela participação social na definição das políticas públicas de preservação. Nessa conjuntura, a participação dos populares por meio dos Conselhos Municipais e Entidades Gestoras do Patrimônio mostra-se fundamental para legitimidade das políticas preservacionistas e para garantir a diversidade das ações. Percebe-se que cabe às autoridades entender a sociedade e o seu patrimônio de forma holística e fomentar a sua participação.

Políticas preservacionistas de apelo educacional serão eficazes na formação de pessoas que futuramente venham a participar ativamente das dinâmicas construtivas, provendo a autonomia necessária aos grupos sociais na resolução das questões referentes às suas necessidades¹⁰. A ideia é que os processos educativos utilizem em sua metodologia o conhecimento das raízes culturais, pensando em tornar o cidadão crítico o suficiente para entender as suas demandas pessoais e as demandas da comunidade onde vive.

Sabe-se que as metodologias educacionais, apesar de pouco difundidas na gestão do patrimônio, podem ser muito eficientes no que tange à abrangência das questões ligadas à diversidade cultural. No contexto do patrimônio, pensar a diversidade cultural e as realidades sociais é o primeiro passo para que os indivíduos possam dimensionar sua relação com a memória coletiva. Na ótica da educação patrimonial, talvez, pode-se pensar na interdependência entre desenvolvimento regional e gestão inteligente do patrimônio, entendendo o patrimônio como um “combustível” para uma estratégia metodológica educativa relevante na formação de indivíduos conscientes do seu papel social e que contribuam ativamente para os processos de desenvolvimento regional. Nesse momento, conhecer a realidade estudada será fundamental para entender as falas dos grupos sociais e sua relação com o patrimônio local.

No campo do desenvolvimento econômico, percebe-se que, em Lavras Novas, a exploração turística indiscriminada da comunidade, aliada à fragilidade da organização social, é o ponto de partida para as discussões sobre os processos de gestão das raízes culturais e do patrimônio religioso. O esquecimento e, posteriormente, o desaparecimento dos bens culturais que não possuam potencial turístico deve ser entendido como um dos efeitos colaterais da alienação cultural. Políticas públicas bem articuladas e vivenciadas pela comunidade, aliadas à

¹⁰ DOWBOR, L. **Educação e apropriação da realidade local**. Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 21, 2007, p. 78.

educação, são o nosso ponto de partida para construirmos uma narrativa que abarque a exploração do patrimônio cultural local, focada nas necessidades preservacionistas, no desenvolvimento e no desejo daqueles que vivem nestas regiões.¹¹

Afirma-se que as pesquisas que discutem a relação entre patrimônio e turismo trazem muitas questões intrínsecas que devem ser observadas, abrangendo as variadas lacunas culturais, presentes nas narrativas relacionadas ao patrimônio. Estudaremos as várias perspectivas presentes na capacidade do poder público e da comunidade em alinhar desenvolvimento socioeconômico, proteção do patrimônio em Lavras Novas e a possibilidade de amenizar os impactos negativos da relação.

Na década de 1990, o turismo cultural tornou-se uma importante fonte de renda para a comunidade, vistas as imensas possibilidades a serem exploradas e os diversos fatores que estimularam o aumento exponencial das visitas. Pensando nas tensões provenientes das relações entre moradores, visitantes e poder público, no que se refere à expansão do turismo e aos anseios de se preservar o patrimônio cultural, visualiza-se que o aumento das visitas não foi acompanhado pela construção de estratégias que atuassem dimensionando e normatizando o impacto social gerado pelos novos empreendimentos turísticos. Esse viés entre o surgimento das visitas e a atuação do poder público será um tópico importante do estudo que balizará as discussões sobre a modernização do Distrito.

A nossa pesquisa abordará: a formação cultural, política e econômica de Lavras Novas, os efeitos da “invasão turística” do Distrito, o processo de transformação do conjunto arquitetônico e das raízes culturais, o que foi viabilizado pelo poder público como política pública preservacionista e o que a comunidade tem realizado para pensar os efeitos negativos dos usos indiscriminados do seu patrimônio.

A evolução dos meios de transporte e de comunicação contribuiu para a popularização do turismo, fazendo surgir em diversas localidades novas demandas e excelentes oportunidades de negócio. Em Lavras Novas, não foi diferente. O aumento das visitas fomentou mudanças no conjunto arquitetônico e no modo de vida da população local. Um dos objetivos da nossa pesquisa é pensar os efeitos dessas transformações, imputadas pela vivência contemporânea e pela modernização do Distrito. A transformação cultural do Distrito será a “matéria-prima” do processo de construção do produto.

O meu primeiro contato com Lavras Novas foi no ano de 2010, como turista. Reconheço que as primeiras coisas que me chamaram atenção foram a singularidade da

¹¹ MENESES, J. N. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.31.

paisagem cultural e a topografia do terreno, ambas totalmente diferentes do que já tinha visto. Logo na estrada, antes de chegarmos ao Distrito, pedras enormes parecem que foram cuidadosamente dispostas na beira dos penhascos, podendo rolar a qualquer momento.

Em um segundo momento, o que mais reparei foram nas pessoas sentadas conversando tranquilas nas portas das casas, o jeito sereno de encarar a vida, o clima bucólico, que nos dá à sensação de que o tempo passa vagarosamente. A mansidão do jeito interiorano chega a contaminar o espírito do visitante. O conjunto de casas nos traz a sensação de voltar no tempo, visto que muitas construções ainda preservam estruturas feitas de pau a pique e detalhes arquitetônicos comuns do século XVIII. Com certeza o distrito de Lavras Novas é um cenário muito diferente das grandes cidades modernas. O vilarejo fica localizado no Parque do Itacolomi e possui diversas cachoeiras e uma natureza exuberante. Os caminhos de terra, as trilhas na mata, as capelas de origem setecentistas, os monumentos, a gente do interior e toda a paisagem cultural nos remetem à história da colonização mineira.

Como visitantes, entendemos que vulnerabilidade está na disposição do conhecimento. Os monumentos arquitetônicos nos contam de maneira silenciosa um pouco do estilo de vida nos primórdios da ocupação das Minas Gerais. As informações nem sempre estão acessíveis aos visitantes. Sem as referências, nossa capacidade de compreensão da paisagem fica complicada.

A falta de ferramentas especializadas em veicular informação sobre o conjunto arquitetônico de Lavras Novas foi uma das motivações que me impulsionou a pensar mais sobre o Distrito e produzir ferramenta que permita que o turista conheça Lavras Novas. Outro ponto que me chamou atenção nas minhas visitas em Lavras Novas foi a grande presença de turistas. Praticamente todas as vezes que fui ao Distrito, sempre percebi bares, restaurantes e hotéis cheios e um grande fluxo de pessoas pelas ruas. Talvez devido à minha formação em Administração de Empresas, pensei logo nos pontos positivos e negativos que o turismo imputaria ao dia a dia dos moradores de Lavras Novas e quais seriam as opções de salvaguarda disponibilizadas à comunidade.

Após 2010, voltei várias vezes a Lavras Novas e sempre observei a questão do turismo, as mudanças na paisagem e no estilo de vida das pessoas, que estavam a todo o momento trabalhando para atender à demanda dos visitantes, em busca de melhorar as estruturas de lazer e as atividades geradoras de renda. A meu ver, muito se modificou em sete anos. Pousadas, restaurante e espaços de diversão foram construídos ou ampliados. A conjugação do antigo com o contemporâneo chega a “atordoar” a compreensão dos visitantes. Muitas vezes, sem estar de posse de informações técnicas, fica quase impossível decifrar a diferença entre monumentos

antigos e elementos atuais.

A exploração midiática do Distrito foi potencializada tanto pelo poder público como pela iniciativa privada. Sites e campanhas publicitárias nas redes sociais foram viabilizados com objetivo de divulgar as belezas naturais e as potencialidades culturais do Distrito. A estratégia é aumentar a qualquer custo a quantidade de turistas em Lavras Novas.

Cada vez que volto a Lavras Novas vejo um aumento da presença dos visitantes, refletida, principalmente, no trânsito intenso de veículos nas apertadas ruas do Distrito, na poluição sonora, no aumento da oferta de passeios ecológicos, nas casas coloniais de morada que se transformam em bares e restaurantes. A presença de ações voltadas ao fortalecimento da memória e à preservação da identidade e do patrimônio cultural local não é elemento evidente para quem visita Lavras Novas. Na maioria das vezes que visitamos Lavras Novas, raramente fomos abordados por entidades locais voltadas à preservação do patrimônio. Na verdade, só consigo me lembrar de uma ocasião onde um colaborador da ONG Lavras Vivas nos abordou com questionamentos referentes à nossa visita e estadia no Distrito, nos fornecendo uma cartilha com um “código de conduta” para a uma boa convivência em Lavras Novas.

Na verdade, entendo que exista uma grande quantidade de pesquisas sobre o conjunto arquitetônico e as manifestações culturais de Lavras Novas. As regiões ouro-pretanas já foram muito estudadas por pesquisadores. Acreditamos, entretanto, que exista uma fragilidade na veiculação dessas informações e em estimular a curiosidade dos turistas na descoberta da história deste local.

É nessa perspectiva de promover o acesso à informação que foi pensada a ferramenta metodológica apresentada no terceiro capítulo. O *Qr Code*, em linhas gerais, pode ser definido como um código bidimensional utilizado para veicular informação em uma plataforma digital. A proposta consiste em reunir e organizar informações diversas sobre os monumentos e disponibilizá-las aos visitantes do distrito de Lavras Novas, atuando em um viés preservacionista. O perfil gratuito da plataforma proporciona uma amplitude maior à estratégia preservacionista. Todas as pessoas que possuem um *Smartphone* com acesso à internet poderão baixar as informações livremente. Não há restrições de acesso, e as informações ficarão hospedadas no *Google Sites* aguardando a leitura do código.

O código possui capacidade de suportar informações nos mais diversos formatos. O dinamismo e a interatividade impulsionaram o uso do *Qr Code* no campo da preservação do patrimônio. Hoje é fácil encontrar o código em museus, exposições de arte e pontos turísticos de cidades, como Lisboa e Rio de Janeiro.

Os saberes históricos e culturais, aliados à informática, desvendarão os segredos dos

monumentos em apenas um clique. Em nossa pesquisa, a veiculação de informações terá caráter educativo, utilizando o conhecimento como base construtiva para as estratégias de preservação do patrimônio cultural. A “ferramenta” será apresentada como produto da pesquisa e terá como ideia principal a veiculação educativa de informações sobre o patrimônio cultural de Lavras Novas. Essa ferramenta midiática deve ser democrática e dinâmica, integrando turistas, moradores, empresários e poder público em prol da preservação do patrimônio cultural existente.

A criatividade e a interatividade serão os atributos principais das informações vinculadas ao código. Informações técnicas e sobre eventos culturais, depoimentos, curiosidades, imagens, vídeos serão conjugados pensando em explorar ao máximo a curiosidade dos turistas, que procuram entretenimento para os seus momentos de lazer e de conhecimento.

Parte I

Capítulo 1: Diálogos na gestão do patrimônio em Lavras Novas

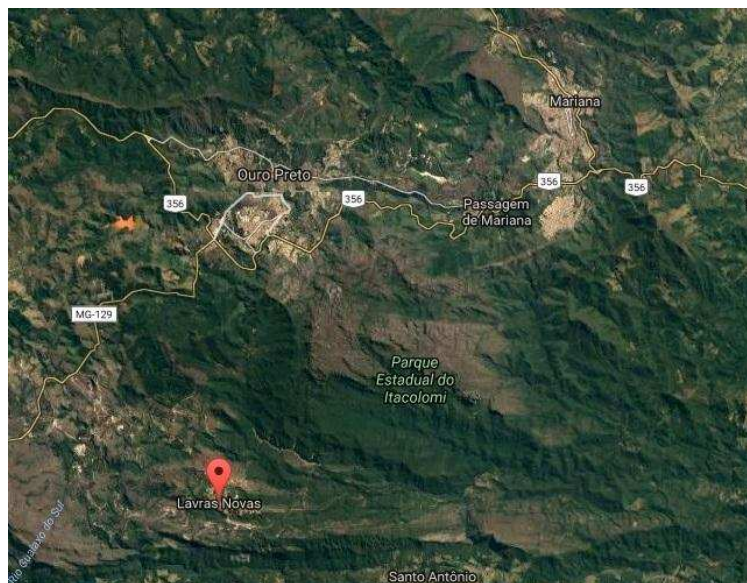
1.1. A vida em Lavras Novas: dos primórdios sociais ao legado cultural

Para entendermos a conjuntura das políticas de proteção do patrimônio cultural vigentes na comunidade ouro-pretana de Lavras Novas, devemos pensar o processo de construção da sociedade mineira, visto que a história de Lavras Novas se confunde com os momentos iniciais do processo de formação das Minas Gerais. As experiências evidenciadas nos estudos referentes à formação da sociedade de Lavras Novas revelarão atributos importantes relacionados ao estilo de vida dos seus moradores. Entender o estilo de vida das pessoas é um ponto estratégico nos estudos referentes ao patrimônio material e imaterial e suas transformações.

Lavras Novas, localizada a 13 km da cidade de Ouro Preto, é um dos seus 13 distritos. O Distrito está posicionado na Serra do Espinhaço, com altitude de 1.300 metros e possuindo cerca de 50 km de extensão territorial. A sua vegetação é uma transição entre a Floresta Atlântica e o Cerrado. Sua população de cerca de 1.500 habitantes é formada predominantemente por negros.¹² O Distrito manteve o aspecto interiorano, sustentando o ar bucólico e o jeito tranquilo de viver. Vejamos abaixo a imagem de satélite que nos mostra o posicionamento geográfico do Distrito em relação às cidades de Ouro Preto e Mariana e o atual Parque Estadual do Itacolomi. A foto aérea nos permite ter uma noção da disposição de casas e monumentos, que, apesar de já modificados, deram origem a Lavras Novas.

¹² Segundo CHAVES, F. N. **As Festas Populares e o Contexto Midiático: Lavras Novas e o Futuro da Sua Identidade Cultural**. USP. São Paulo, p. 140, 2011. As informações citadas estão presentes no Plano de Inventário do Acervo Cultural de Ouro Preto do ano de 2005, realizado pela Prefeitura de Ouro Preto.

Figura 1- Imagem de satélite de Lavras Novas



Fonte: Google Maps

Figura 2- Vista aérea de Lavras Novas



Fonte: Google Imagens

A história do povoado começa com a corrida pelo ouro no Brasil Colonial. Em 30 de outubro de 1672, Fernão Dias Paes, auxiliado por Matias Cardoso, seu filho Garcia Rodrigues Paes e seu genro Manuel Borba Gato resolvem atravessar a Mantiqueira pela garganta do Embaú, até os sertões mineiros, em busca de esmeraldas¹³. Apesar do fracasso em encontrar pedras preciosas, a expedição de Fernão Dias foi de suma importância para exploração de uma

¹³ TORRES, J. C. **História de Minas Gerais**, 3ª ed. Belo Horizonte: Lemi, 1980, p. 122.

área desconhecida, onde futuramente outras pessoas encontrariam grandes riquezas¹⁴.

Os primeiros moradores de Lavras Novas e responsáveis pelo descobrimento das Minas Gerais, segundo João Camilo Torres, foram os bandeirantes. Oriundos em sua grande maioria do atual Estado de São Paulo, os bandeirantes atuavam principalmente na captura de índios e na conquista de novos territórios. O anseio pelo enriquecimento, acompanhado do gosto pela aventura, foi a principal fonte de motivação que impulsionou os desbravadores nas investidas em prol da descoberta das minas de ouro no final do século XVII.¹⁵ Segundo Fabiana Chaves, essas pessoas, lideradas inicialmente por Fernão Dias, foram os primeiros habitantes do território onde se encontra atualmente Lavras Novas¹⁶.

As expedições, alicerçadas no povoado de Taubaté, fundado em 1645, atravessavam a Mantiqueira pela garganta do Embaú até os sertões mineiros¹⁷. Destas, a mais famosa foi a de Fernão Dias Paes, acompanhado de Matias Cardoso, Garcia Rodrigues Paes e Manuel Borba Gato, que em 30 de outubro de 1672 entrou pelo Embaú em busca de esmeraldas. Fernão Dias realmente descobriu a terra das esmeraldas, mas só voltou com modestas águas-marinhas¹⁸. O verdadeiro tesouro consistia na abertura do caminho geral para além das terras da Mantiqueira até a região do Pico do Itacolomi e do distrito de Lavras Novas. As pedras verdes passaram de objetivo principal para meras coadjuvantes.

O capitão das esmeraldas mudou o foco do sertanismo paulista, substituindo as missões para o sul pelas missões para o norte, passando pelo Paraíba e a garganta da Mantiqueira¹⁹. Estima-se que o descobridor das Minas Gerais morreu de febre em 1680, antes do surgimento de Lavras Novas, na região onde atualmente está a cidade de Belo Horizonte.²⁰

Outras expedições vieram. Em 1672 foram encontradas as primeiras jazidas auríferas.²¹ A tradição preservou a imagem do mulato de Taubaté encontrando ouro no Tripuí.²² Em 1686 foi encontrado ouro no Pico do Itacolomi, em forma de pedras escuras e pesadas, iniciando a colonização da região onde estão localizadas Lavras Novas, Mariana e Ouro Preto.²³

A notícia se espalha, e por volta de 1690 outros bandeirantes descobrem ouro na Serra de Itaverava, no Gualacho do Sul, e na Serra de Itaipava, atual território de Parque Estadual da

¹⁴ CARRATO, J. F. **As Minas Gerais e os primórdios do Caraça**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963, p.6.

¹⁵ TORRES, J. C. **op. cit.** p. 120.

¹⁶ CHAVES, F. N. **op. cit.** p.18.

¹⁷ TORRES, J. C. **op. cit.** p.122.

¹⁸ **Ibidem.**

¹⁹ **Ibid.** p.123.

²⁰ **Ibid.** p.122.

²¹ CARRATO, J. F. **op. cit.**, p.7.

²² TORRES, J. C. **op. cit.** p.123.

²³ CHAVES, F. N. **op. cit.** p. 20.

Serra de Ouro Branco, onde está localizado o distrito de Itaipava, vizinho do distrito de Lavras Novas.²⁴ Nesse momento, o Itacolomi passa a atrair diversos olhares. Homens de todos os tipos largam os verdes campos de Piratininga para ocuparem os vales sombrios onde o ouro brilhava.²⁵

Após acharem o tão esperado ouro, começaram a surgir diversos acampamentos, inicialmente chamados de “arraiais”. Os bandeirantes possuíam organização de guerra no sertão, colocando em prática um sistema de expedições onde fundavam verdadeiras guarnições que ocupavam e protegiam os territórios. Passado o tempo, com o desenvolvimento do seu comércio e sua importância econômica para região, esses “arraiais” criavam visibilidade, sendo elevados a vilas. No Brasil colonial, diferente do que acontecia em Portugal, às vilas possuíam certa independência política e administrativa.²⁶ Quando elevada a vila, o arraial passava a ter o direito de criar uma câmara municipal, cobrar impostos e instituir leis. Em alguns municípios mineiros a data em que é comemorado o seu “aniversário” foi o dia de sua elevação à vila.

Em 1696, foi fundado o arraial Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, que em 1711, devido a sua relevância estratégica e importância econômica, foi elevado à Vila de Minas Gerais, o que hoje corresponde ao núcleo central da cidade de Mariana.²⁷ Acredita-se que, no mesmo período de criação dessa Vila, iniciou-se a exploração de ouro nas imediações do distrito de Lavras Novas, hoje atual território do Parque do Itacolomi. Existem documentos que comprovam que a região do distrito de Lavras Novas desenvolveu-se na exploração de ouro durante os anos de 1711²⁸ a 1717²⁹. Acredita-se que a diminuição da quantidade de ouro encontrada na região da atual cidade de Mariana motivou a expansão das áreas de exploração. Os bandeirantes buscavam novas lavras de ouro - possivelmente a explicação para o nome do distrito -, seguindo o curso dos ribeirões que desciam do Pico do Itacolomi. O Ribeirão dos Prazeres foi o caminho seguido pelos desbravadores na busca pelo ouro. Entende-se que a busca por ouro na região do ribeirão dos Prazeres resultou na ocupação do lugar onde hoje está

²⁴ CHAVES, F. N. **As Festas Populares e o Contexto Midiático: Lavras Novas e o Futuro da sua Identidade Cultural**. USP. São Paulo, 2011, p. 20.

²⁵ TORRES, J. C. **op. cit.** p. 124.

²⁶ ARAÚJO, P. V. L. D. **De Arraial a Vila. A criação da Vila de Campanha da Princesa**: reivindicações locais, estratégias políticas e reafirmação da sobreania portuguesa. 1ª edição. ed. Curitiba : Prisma , v. 1º volume, 2016. p.104.

²⁷ CHAVES, F. N. **op. cit.**, p. 18.

²⁸ **Ibidem**, o documento mencionado encontra-se na Casa Setecentista de Mariana e trata-se de uma Carta de Sesmarias, onde o distrito de Lavras Novas é aludido para descrever os caminhos da região.

²⁹ Conforme CHAVES, F. N. **op. cit.** p.18, esse documento relata uma festa realizada no arraial de Lavras Novas em comemoração ao batizado de Maria dos Prazeres, filha de Izabel Rodrigues e de Baltazar de Godoy. O documento faz referência à mina “Lavras Novas do Coronel Furtado” como descoberta por bandeirantes portugueses membros da família Cuba de Mendonça. O documento está sob a guarda da Casa Setecentista de Mariana.

localizado o distrito de Lavras Novas³⁰.

No final do século XVII e início do XVIII, o atual distrito de Lavras Novas pertencia ao chamado distrito de Itatiaia. A Coroa Portuguesa considerava que o distrito de Itatiaia era dividido em dois menores distritos: Santa Rita e Lavras Novas. Já a Igreja pensava na região como dividida entre a Capela de Santa Rita e a Capela Nossa Senhora dos Prazeres, localizada em Lavras Novas.³¹

Todavia, no século XVIII, as Minas Gerais eram retratadas em pequenos conglomerados de pessoas como a localidade batizada de Lavras Novas. Os povoados localizavam-se concentrados de forma pontual ao longo dos caminhos e dos rios. As Minas Gerais resumiam-se, quase em sua totalidade, em três grandes aglomerados de pessoas: a região de São João del Rey, o território ouro-pretano e, passando pelo Serro, o distrito Diamantino.³² As comarcas e as localidades eram nomeadas conforme o acidente geográfico mais próximo: Ouro Preto, Rio das Mortes, Serro, Sabará, Lavras Novas. Essas concentrações de pessoas se estendiam de sul a norte. Os habitantes dos conglomerados, como Lavras Novas, nesse período inicial, dedicavam-se à mineração no fundo dos vales fortificados por montanhas e representavam os primeiros habitantes das Minas Gerais.³³

Quem visita Lavras Novas e pensa na exploração do ouro e na ocupação da paisagem entende o quanto era inevitável em Minas Gerais construir nas montanhas. A planta vertiginosa das cidades e povoados coloniais mineiros, como, por exemplo, Lavras Novas, derivou-se da necessidade de seguir a topografia garantindo o escoamento das águas. A configuração do terreno determinava a arquitetura das concentrações urbanas. Essa associação do homem com a paisagem pode ser vista na construção das casas, na formação das cidades e na arquitetura em geral, concedendo um panorama arquitetônico diferenciado às construções que surgiam.³⁴ Hoje, essas peculiaridades da disposição arquitetônica são pontos relevantes e itens de destaque na identidade cultural das cidades históricas mineiras. A concepção arquitetônica de Lavras Novas seguiu essa tendência mineira de arranjo da paisagem, adotando uma disposição linear das construções, uma rua principal, polarizada pela Capela de Nossa Senhora dos Prazeres.

As construções eram feitas de pau a pique utilizando a “candeia” - madeira típica da região - em sua estrutura de sustentação. Nos marcos, nas portas e janelas, geralmente,

³⁰ **Ibid.** p.20.

³¹ CHAVES, F. N. **op. cit.** p.19. Por meio de documentos referentes ao registro de terras é possível afirmar o tamanho dos distritos. O distrito de Itatiaia abrangia as comunidades Lavras Novas, Santo Antônio do Salto, Santa Rita, Santana da Chapada e parte da Serra de Ouro Branco.

³² TORRES, J. C. **op. cit.** p.107.

³³ **Ibid.** p. 112.

³⁴ **Ibidem.**

utilizavam-se jacarandá, braúna ou sucupira, o forro era feito de taquara, e o piso era de madeira em estado bruto. As casas eram afastadas umas das outras e mantinham certa distância da rua. O telhado era de quatro águas, e o pé-direito tinha aproximadamente 2,5 metros. A atualidade trouxe variadas mudanças ao conjunto arquitetônico de Lavras Novas, que marcarão nossas análises posteriormente.³⁵ O pau a pique é um estilo de construção antigo, que mescla o uso de madeira e barro. Estruturas de madeira são entrelaçadas no formato de uma grade e preenchidas com barro, dando origem a paredes. Posteriormente, a parede poderia receber um acabamento liso e até pintura. Esse estilo de construção foi muito utilizado no período colonial. Segue abaixo uma imagem de uma casa em Lavras Novas, feita em pau a pique, onde hoje funciona um restaurante.

Figura 3 – Parede em pau a pique em restaurante de Lavras Novas



Fonte: Arquivo pessoal

O governador fundador de Vila Rica, Capitão General Afonso de Albuquerque, foi o redator do primeiro documento que traz referências ao nome Lavras Novas. Trata-se de uma Carta de Sesmarias do início do século XVIII (1711).³⁶ O documento descreve os caminhos e estradas da região, citando Lavras Novas. Em 1717, o nome Lavras Novas aparece novamente registrado, dessa vez em uma certidão de batismo de Maria dos Prazeres, filha de uma importante família bandeirante da época. Em outubro de 1725, a existência da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres foi demonstrada pela certidão de batismo de Anna, filha de Paschoal Ferreira da Costa e Josepha Cubas de Mendonça, realizado pelo padre Antônio Moutinho na

³⁵ VARAJÃO, G. F. D. C.; DINIZ, A. M. A. **A evolução da rede urbana de Lavras Novas e a transformação do seu patrimônio construído**. PUC - MG. Belo Horizonte, p. 117, 2013.

³⁶ CHAVES, F. N. **op. cit.** p. 19. A Carta de Sesmarias cita o distrito de Lavras Novas e está arquivada na Casa Setecentista de Mariana.

Capela.³⁷ Seguem abaixo a vista da fachada e a imagem interna da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres atual.

Figura 4- Capela Nossa Senhora dos Prazeres



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 5 - Imagem interna da Capela



Fonte: Arquivo pessoal

Segundo Fabiana Nogueira Chaves, populares do Distrito afirmam que a construção da Capela foi realizada por escravos, que carregavam as pedras do início do arraial até a área da construção. Talvez o fato de Lavras Novas ter surgido antes de Vila Rica ajude a explicar a

³⁷ **Ibid.** p.19. Essas informações são provenientes do Jornal Santo de Casa, nº 45, Ouro Preto, 2003.

pouca documentação existente.³⁸ Apesar de o distrito de Lavras Novas hoje pertencer ao município de Ouro Preto, sua concepção está mais conectada à história da exploração de ouro na região da atual cidade de Mariana. Presume-se que a ocupação de Lavras Novas surge como uma resposta à diminuição do ouro no entorno da cidade de Mariana.

No século XVIII, o cenário central da vida econômica e social das regiões mineradoras, como Lavras Novas, era na verdade “um conjunto sombrio de vales rodeados de altas montanhas”, sendo o mesmo, tanto político como administrativo, o atual território mineiro.³⁹ As estruturas urbanas surgiram inicialmente atendendo demanda do comércio, que nesse momento funcionava em amparo às atividades mineradoras, intensivas na região de Lavras Novas.⁴⁰ Os depósitos de aluviões, a princípio, concentravam-se em local de topografia muito íngreme, impedindo que o homem morasse em seu local de trabalho.⁴¹

O relevo complicado, com estradas lamacentas e montanhosas, tornava a região praticamente inacessível, fazendo do habitante de Lavras Novas uma espécie de prisioneiro da montanha. Alguns autores chegam a comentar que a situação na região onde encontra-se Lavras Novas era tão inóspita que transformava a exploração do ouro em uma luta inglória contra uma das faces mais cruéis da natureza: o subsolo.⁴² Essas dificuldades estruturais instigaram certo “isolamento” da região onde hoje está o Distrito.

Esse isolamento contribuiu para o surgimento da hipótese, alimentada por parte dos moradores, de que o distrito de Lavras Novas teria sido criado por escravos fugitivos. Segundo Christina Tárzia⁴³, essa teoria baseia-se em histórias antigas sobre a mineração e pela predominância negra da população. Todavia a jornalista afirma que a documentação existente demonstra que o distrito de Lavras Novas constituía uma área catalogada pela Coroa como território produtor de ouro e, por esse motivo, seus moradores eram conhecidos e contribuíam com tributos, não caracterizando um quilombo.⁴⁴ O distrito de Lavras Novas foi mencionado numa Carta de Sesmarias. Moradores de um quilombo eram fugitivos e por isso não poderiam constar em documentos oficiais. Para a jornalista, essa lenda surgiu devido às características

³⁸ CHAVES, F. N. **op. cit.** p.21. A falta de uma sede urbana de maior relevância na região contribuiu para a inexistência de uma arquidiocese, considerando que nessa época muitos documentos eram guardados pela Igreja, fato - esse - que contribuiu para a inexistência de documentação histórica.

³⁹ TORRES, J. C. **op. cit.** p.106.

⁴⁰ **Ibid.** p.116.

⁴¹ **Ibid.** p.117.

⁴² **Ibid.** p.118.

⁴³ CHAVES, F. N. **As Festas Populares e o Contexto Midiático: Lavras Novas e o Futuro da sua Identidade Cultural**. USP. São Paulo, 2011. p.22. Christina Tárzia é uma jornalista, responsável pelo jornal Vila Rica e produtora do jornal Santo de Casa, que se dedica a estudar a formação histórica dos distritos de Ouro Preto. Seu trabalho é baseado em pesquisas documentais, visando à produção de matérias jornalísticas.

⁴⁴ A jornalista, em suas pesquisas, considera quilombolas as comunidades formadas por negros fugidos.

sociais relativas ao modelo de organização existente no distrito no início do século XX. Existem muitas narrativas para o surgimento de Lavras Novas. Misticismo e superstições traçam os mais variados caminhos para a sua origem, que, muitas vezes, tangenciam a versão tida como “oficial”. A fé e os laços consanguíneos eram os elementos que conectavam os indivíduos na comunidade. No entendimento dos moradores, as terras pertenciam à Padroeira, Nossa Senhora dos Prazeres, o que trazia uma diferenciação para o modo de organização das propriedades. Todas as terras pertenciam à Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres e são até hoje administradas pelo braço administrativo da Irmandade: a Mesa Administrativa. Esse fato dificultava a entrada de pessoas externas à comunidade. Em Lavras Novas, os moradores estreitavam seus laços consanguíneos e se fechavam entre as altas montanhas do Itacolomi, em torno de suas festas típicas, que traziam traços da história colonial e da cultura africana⁴⁵.

Como já dito pode-se considerar a descoberta do ouro na Serra de Sabaraçu e Ribeirão do Carmo, região da atual cidade de Mariana, como marco inicial da formação populacional de Lavras Novas. Mesmo com a chegada de outros desbravadores, oriundos dos sertões do norte, os paulistas ainda possuíam uma posição de destaque como fundadores dos povoados, aumentando a sua riqueza⁴⁶. Em Lavras Novas, os registros documentais apontam uma presença marcante de bandeirantes na ocupação da região. A falta de mão de obra nos primórdios da colonização motivou os bandeirantes a capturarem os índios que habitavam a região, visando ao trabalho na mineração⁴⁷. Os nativos que ocupavam essas terras e foram utilizados como mão de obra eram os índios da etnia Carijós.

Existem vários documentos que fazem referência à presença dos índios Carijós como escravos domésticos em Lavras Novas. O mais antigo deles é o documento de batismo de Maria dos Prazeres⁴⁸, arquivado na Casa Setecentista de Mariana. A certidão de batismo de 1717 descreve a mãe de Maria dos Prazeres como “Izabel, mulher forra da nação de Carijós” e sua madrinha, “Maria do Nascimento, como mulata forra”. A menção da existência indígena nos poucos documentos que restaram reforça a hipótese sobre a forte presença indígena na região de Lavras Novas⁴⁹. A mão de obra indígena foi substituída posteriormente pela chegada dos escravos africanos na região das minas, os quais já conheciam o trabalho com o metal e se adaptavam com mais facilidade nas lavras⁵⁰. Acredita-se que essa diversidade étnica foi

⁴⁵ CHAVES, F. N. **op. cit.** p.22.

⁴⁶ TORRES, J. C. **op. cit.** p.136.

⁴⁷ CHAVES, F. N. **op. cit.** p.22.

⁴⁸ **Ibid.** p. Loc. Cit. Esse documento é o mais antigo que registra a presença da nação Carijós.

⁴⁹ **Ibid.** p. 23. Os nativos da terra eram os índios Carijós da nação Guarani que se mostravam grandes conhecedores de plantas medicinais.

⁵⁰ TORRES, J. C. **op. cit.** p.144.

fundamental para o surgimento de um patrimônio material singular em Lavras Novas.

Os documentos demonstram uma grande miscigenação entre portugueses, negros e índios no distrito de Lavras Novas, geralmente comprovada pela especificação das etnias em certidões de casamento e de batismo. Muitos desses documentos estão arquivados na Casa Setecentista de Mariana.

Na verdade, no início do século XVIII, a mestiçagem era algo comum na sociedade ouro-pretana. Essa miscigenação pode ser ilustrada quando nos lembramos do português Manuel Francisco Lisboa, pai do mestiço Antônio Francisco, famoso como Aleijadinho. Idealizador de importantes obras barrocas, dentre elas a imagem de Sant'Ana, localizada na Capela de Sant'Ana, na Chapada de Lavras Novas. A imagem é um ícone do distrito e foi tombada como patrimônio cultural brasileiro. A Capela de Sant'Ana, durante o período colonial, foi um importante ponto de referência para os desbravadores que ali paravam para descansar. O processo de tombamento da Capela será objeto do nosso estudo no segundo capítulo.

Diferente das fazendas e dos engenhos, onde encontrávamos uma legião de escravos frente a um único senhor, em Lavras Novas, a situação do negro e sua inserção social eram bem diferentes. Escravos de senhores diferentes e negros livres organizavam-se sob a proteção da Igreja e do Estado. O trabalho nas minas, como nas lavouras, não era fácil, mas alimentava a esperança dos negros de se alforriarem por esforço próprio, visto que em algumas ocasiões o negro podia tirar parte do ouro para si⁵¹.

Em Lavras Novas, diversos costumes de origem africana, que sobreviveram ao tempo, transformaram-se em tradições, destacando-se atualmente como objetos das políticas de preservação do patrimônio imaterial. Para exemplificar, dentre as tradições-alvo dessas políticas de preservação, podemos citar a Festa de Sant'Ana e a produção artesanal de cestaria e esteiras em taquara. Ambas provenientes de Lavras Novas, elas revelam o valor cultural e o jeito de viver do passado.

A decadência da exploração do ouro impulsionou o abandono da região de Lavras Novas. Grande parte dos índios e dos portugueses foi embora, fugindo da crise que assolava a região. As comunidades de negros e mestiços, provavelmente livres e libertos, possivelmente por não terem outra opção, resistem à decadência do ouro, passando a se dedicar à extração de lenha e à produção e comercialização de cestos e balaios artesanais feitos de taquara. Posteriormente, entenderemos que o isolamento da população de Lavras Novas durante o

⁵¹ TORRES, J. C. **op. cit.** p. 534.

século XIX contribuiu para a originalidade do seu povo e a singularidade da comunidade e do seu patrimônio.

O empobrecimento da região mineradora no fim século XVIII motivou a redução da quantidade de pessoas na região e o abandono das vilas mineradoras por parte das famílias, em busca de melhores condições de vida. Apesar de todas as adversidades, alguns escravos preferiram ficar nas proximidades das minas abandonadas. Esse fato explica a forte presença dos negros no distrito de Lavras Novas, contradizendo a teoria de que Lavras Novas foi uma antiga área de quilombo. Negros alforriados, devido à crise econômica da região, passaram a viver isolados, sobrevivendo da agricultura de subsistência e do artesanato⁵².

Até hoje, o Distrito preserva algumas das características estruturais antigas criadas pelos primeiros mineradores. A Capela de Nossa Senhora dos Prazeres e o Cruzeiro de Pedra que adorna o largo da Capela - antigo acampamento de mineradores - são exemplos de monumentos que simbolizam a fé dos primeiros moradores, marcando a religiosidade da época das primeiras ocupações. A Capela está localizada na região central do Distrito e faz parte do inventário de bens patrimoniais do município de Ouro Preto. Quase todas as construções do entorno da Capela foram inventariadas pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto como patrimônio cultural local. Muitos desses monumentos trazem elementos originais, que remetem à cultura afrodescendente, considerando que parte dos moradores agregou as heranças culturais dos seus antepassados negros ao processo de interpretação desses monumentos⁵³.

A mineração em Lavras Novas resistiu até a metade de 1780. Após esse período, os mineradores, que ficaram ricos ou não, deixaram de vez a região de Lavras Novas devido principalmente à dificuldade de acesso e à precária comunicação com Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto⁵⁴. As dificuldades relativas à exploração do ouro distanciaram as pessoas das áreas de extração, como Lavras Novas, levando a uma acumulação de habitantes nos centros urbanos mais próximos, como a cidade de Ouro Preto⁵⁵.

Em apoio às atividades mineradoras estava a agricultura. Entre os maciços azuis montanhosos, existiam terras férteis com grande oferta de água, ocupadas por uma gente de tradição agrícola, que vinham grande parte da Bahia, adaptando-se a vida nas Minas Gerais. Descendente, principalmente dos emboabas baianos de Manuel Nunes Vianna⁵⁶, os fazendeiros foram os possíveis precursores dos costumes da vida interiorana mineira idealizaram elementos

⁵² TORRES, J. C. **op. cit.** p.26.

⁵³ CHAVES, F. N. **op. cit.** p. 59.

⁵⁴ **Ibid.** p.21.

⁵⁵ **Ibid.** p.36.

⁵⁶ TORRES, J. C. **op. cit.** p.541.

lembrados na atualidade como parte do patrimônio imaterial mineiro.

Essas fazendas, inicialmente, atendiam à demanda por alimentos dos núcleos mineradores mais próximos, que sofreram graves crises de abastecimento nos anos iniciais da exploração do ouro. Na verdade, as fazendas surgiram com apoio das autoridades locais, que sofriam nas mãos de mercadores inescrupulosos, que sem cerimônias extorquiam a população assombrada pela fome⁵⁷. Com isso, as fazendas deram uma configuração bem peculiar aos municípios mineiros interioranos. Na atualidade, as fazendas coloniais podem ser entendidas como elementos importantes na composição da paisagem cultural mineira.

As terras de Lavras Novas são de baixa qualidade e não favorecem a produção agrícola. Em 1773, a fome devastou toda a Capitania, principalmente as classes pobres, obrigando a população a procurar lugares com melhores condições. A decadência se generaliza, os arraiais, como Lavras Novas, estão abandonados e praticamente em ruínas⁵⁸.

A queda na produção do ouro de aluvião estagnou o comércio, gerando uma crise de abastecimento. Esse contexto originará o primeiro colapso econômico do centro-sul brasileiro. O cenário não era atrativo para atividades produtivas. Uma população com grande proporção de escravos dedicava-se a fiar algodão, ao artesanato e a outras indústrias domésticas⁵⁹. Em Lavras Novas, a população também se dedicava aos trabalhos com algodão, à produção de balaios feitos de taquara e à extração de lenha⁶⁰.

A estagnação econômica da região mineradora incitou o esvaziamento da região de Ouro Preto, levando à expansão dos limites territoriais de Minas Gerais e, conseqüentemente, ao esquecimento dos bens patrimoniais⁶¹. O desabastecimento motivou as pessoas a buscarem terrenos onde pudessem produzir alimentos. Naquele momento, a paisagem mineira foi invadida por fazendas. A fazenda mineira, inicialmente, não era baseada no sistema de monocultura do tipo empresarial. Possuía um sistema produtivo autossuficiente e diversificado. O excedente da sua produção era comercializado, tendo como público-alvo as localidades mais próximas⁶².

Os moradores de Lavras Novas diversificavam o seu sustento, ora trabalhando nas fazendas da região de Ouro Preto, ora comercializando lenha e artesanato feito de taquara. O plantio de subsistência era uma prática muito comum na comunidade de Lavras Novas. As

⁵⁷ TORRES, J. C. **op. cit.** p. 548.

⁵⁸ CHAVES, F. N. **op. cit.** p. 20.

⁵⁹ MOURA, N. F. D. **Identidade negra e a representação de lugar dos moradores de Lavras Novas, Ouro Preto - MG**. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, p. 53.

⁶⁰ CHAVES, F. N. **op. cit.** p. 21.

⁶¹ **Ibid.** p. 96

⁶² TORRES, J. C. **op. cit.** p. 549.

casas do Distrito possuíam grandes quintais, onde eram plantadas hortaliças e mandioca. Devido ao isolamento da comunidade e à maioria das pessoas possuírem parentesco consanguíneo, não existia a preocupação com a posse da terra, e os moradores poderiam cultivá-las como desejassem. A gestão econômica dos terrenos e do patrimônio do Distrito desde essa época já era responsabilidade da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres.

Segundo Moura, os bens construídos no século XVIII em Lavras Novas surgiram da cobrança de “foro” das famílias que construíam casas nos arredores da Capela. Essa contribuição foi estipulada pelo Arcebispo da Bahia e, posteriormente, pelo Bispado de Mariana⁶³. A Capela de Nossa Senhora dos Prazeres foi construída em 1725 com doações dos moradores do recente núcleo populacional minerador.

A arte barroca mineira representava a intensidade da vida urbana das pessoas, caracterizando uma sociedade exibicionista, que gostava de mostrar sua riqueza e luxo através da construção de casas e igrejas. No século XVIII, as Irmandades multiplicaram as igrejas em Ouro Preto e região. Cada Irmandade almejava fazer da sua igreja a mais rica e bonita da região. Em Lavras Novas, o monumento principal que segue o estilo barroco é a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, inventariada como patrimônio cultural municipal. Atualmente, é um ponto de referência cultural em Lavras Novas. Outra obra barroca de destaque em Lavras Novas é a imagem de Santana do Povoado da Chapada, de autoria do Mestre Aleijadinho, tombada em nível federal, localizada na Capela de Sant’Ana da Chapada.

Em 1938, Lavras Novas, nesse momento já vista como parte do patrimônio ouro-pretano, devido à sua importância histórica, arquitetônica e cultural, antes de ser descoberta pelo turismo, volta a ficar envolvida com a mineração, mais especificadamente com a produção de alumínio, através da implantação de uma unidade da empresa de origem canadense ALCAN - Alumínio do Brasil, no bairro Saramenha, na cidade de Ouro Preto. Os moradores de Lavras Novas, apesar de não possuírem boa capacitação profissional, foram aproveitados como mão de obra na indústria.

Uma das modificações mais recentes no Distrito, relacionada às atividades mineradoras, foi a construção da Represa do Custódio pela ALCAN Alumínio do Brasil na década de 1970. A empresa, que possui investimentos em Ouro Preto, pensou na represa como alternativa para geração de energia elétrica, considerando que o beneficiamento de alumínio demandava grandes quantidades de eletricidade. A represa foi implantada numa área de preservação ambiental estabelecida dentro da reserva do Parque do Itacolomi, posicionada a 7 km do centro

⁶³ MOURA, N. F. D. **Op. cit.** p. 32.

de Lavras Novas. Sua barragem está localizada no Ribeirão dos Prazeres e possui capacidade de armazenamento de 3.300.000 m³ de água⁶⁴. O volume era administrado visando garantir a eficiência na geração de energia elétrica pela antiga Usina Hidrelétrica dos Prazeres. A área de drenagem da Bacia do Custódio está estimada em 16,5 km²⁶⁵. Atualmente a represa faz parte do inventário de bens patrimoniais de Ouro Preto, na categoria de patrimônio natural, simbolizando um importante ponto turístico de Lavras Novas. É interessante que o acesso à represa seja realizado preferencialmente por veículo com tração 4x4, devido às más condições das estradas. Existem empresas estabelecidas em Lavras Novas, especializadas na venda de passeios de aventura, que levam os visitantes para conhecer a Represa do Custódio e outros pontos turísticos.

A década de 1970 provocou diversas mudanças sociais em Lavras Novas, motivadas principalmente pela chegada da luz elétrica na comunidade⁶⁶. A partir de 1980, o Distrito sofreu estímulos para o desenvolvimento do turismo. O turismo motivou a comunidade a pensar o seu potencial histórico, cultural e ambiental. Os seus atributos turísticos transformaram-na num produto a ser consumido, trazendo para Lavras Novas visitantes de toda a região.

1.2. A conexão entre turismo e as heranças culturais

Para José Newton Meneses, a revolução industrial foi marco do surgimento do turismo moderno⁶⁷. As novas técnicas e equipamentos, aliados às transformações nos meios de comunicação, nos meios de transporte, nas interações sociais oriundas da urbanização, nas relações de trabalho que se tornaram cada vez mais complexas, foram o símbolo do surgimento do turismo como compreendemos atualmente⁶⁸.

Em realidades sociais, onde o patrimônio memorialístico é percebido como marca de um legado cultural, surge a demanda por identificar e definir espaços e edificações que carregam alusão com os elementos eleitos como referências regionais. Em algum momento, essas referências regionais, sintetizadas na forma de patrimônio ou não, poderá ser explorada economicamente por empresários especializados em empreendimentos turísticos. Esse perfil de

⁶⁴ PEREIRA, V. **Investigação Ambiental da Represa do Custódio, Parque Estadual do Itacolomy, Ouro Preto, Minas Gerais, Universidade Federal de Ouro Preto**, Ouro Preto, 2004, p.2.

⁶⁵ **Ibid.** p.3.

⁶⁶ CHAVES, F. N. **As Festas Populares e o Contexto Midiático: Lavras Novas e o Futuro da sua Identidade Cultural**. USP. São Paulo, 2011, p.32.

⁶⁷ MENESSES, J. C. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006, p. 36.

⁶⁸ **Ibidem**.

negócio, voltado para o passado, fomentou um crescimento considerável por informações sobre o antigo e sobre os bens que o representam, expandido cada vez mais o leque dos elementos patrimoniais que representem a cultura que se quer conhecer e valorizar.

É nessa conjuntura que, segundo José Newton Meneses, nasce o turismo moderno, emergindo de um complexo contexto histórico, construído de Revolução Francesa, Revolução Industrial e Romantismo, levando posteriormente ao surgimento do turismo cultural⁶⁹. Essa roupagem de turismo cultural permaneceu por muito tempo. Atualmente, devido a uma setorização conceitual ligada à construção de atrativos turísticos, alguns elementos artístico-culturais podem ser vistos como um subproduto dentro do setor turístico.

As mudanças relativas aos conceitos culturais fundamentaram a construção do patrimônio como entendemos hoje. A ideia de patrimônio como uma construção nacional, idealizada na era moderna e imperante até metade do século XX, sintetizou-o como algo relativo às grandes construções culturais e identitárias, associadas a monumentos artísticos provenientes de grupos dominantes, relacionados a grandes feitos políticos, que formavam os acontecimentos históricos dignos de legado.

Na atualidade, a noção de cultura mudou, sendo entendida como “particularizada”, o que nos permite compreender a existência dos diversos grupos culturais que formam uma nação, trazendo a diversidade cultural como elemento inevitável no processo de formação de uma identidade nacional. Com isso, grupos pequenos conseguem preservar suas características entendidas como especiais⁷⁰. Essa relação nos ajudará a perceber a conexão entre patrimônio e sociedade presente em Lavras Novas.

A ideia de cultura atual, refletida no contexto de Ouro Preto/Lavras Novas, é composta por uma mistura de conceitos, juntando as heranças coloniais de origens europeias, africanas e indígenas com as construções idealizadas pela nossa própria vivência⁷¹. Para o historiador contemporâneo, o trabalho consiste em problematizar os discursos existentes, abordando as lacunas silenciosas, preenchendo as interseções com informações e vestígios transmitidos pelo homem do passado⁷². Esse é o entendimento de que tudo é história, que se distancia da ideia proposta pela tradição histórica, que visava aos grandes feitos e aos grandes homens⁷³.

⁶⁹ MENESES, J. C. *op. cit.* p. 37.

⁷⁰ *Ibid.* p.43.

⁷¹ *Ibid.* p.44.

⁷² *Ibidem.*

⁷³ *Ibid.* p. 45.

Para José Newton Meneses⁷⁴, a proposta de uma “história total” é a percepção que amplifica as possibilidades de pesquisa. Nessa concepção, toda cultura é objeto de história: a vida doméstica, as realidades das minorias sociais, as relações sociais e econômicas que o homem solidifica. Resumindo, a “história total” é feita dos objetos históricos e seus contextos. A compreensão científica dessa corrente onde tudo é história demanda métodos de pesquisa com grande abrangência, que permitem possibilidades variadas de interpretar o homem em seu passado.

O paradigma da história nacional passa a ser questionado em prol de uma formação crítica de identidade⁷⁵. Esse novo conhecimento traz o enriquecimento das interpretações culturais, relacionadas às construções patrimoniais. Ampliar as possibilidades de objeto e interpretações das culturas passadas contribuiu para o surgimento de uma nova perspectiva de turismo cultural, possibilitando a transformação dos elementos culturais em verdadeiros atrativos a serem problematizados pelos visitantes⁷⁶.

Refletir sobre o patrimônio cultural de Lavras Novas, nessa conjuntura da apropriação cultural, é pensar a própria sociedade problematizada. A interpretação do patrimônio cultural para uso turístico transforma-se numa forma específica de se pensar o passado⁷⁷.

A cultura sendo vista como produto na indústria turística é um dilema delicado e que merece atenção nas análises contemporâneas. De um lado, os teóricos mais conservadores acreditam que a relação entre cultura e turismo não é benéfica, pensando na valorização da cultura estritamente pelo seu valor mercadológico, e não em função do seu real significado. Esse fato provocaria a banalização cultural e a adequação dos elementos em aplicação ao turismo⁷⁸.

Em contraponto à visão conservadora, em tempos competitivos, as localidades não devem ter uma visão totalmente romântica, desatentando para o uso da cultura para fins turísticos. Há autores que defendem a profissionalização dos agentes culturais visando dinamizar as localidades históricas e todo o processo de planejamento das atividades turísticas.

Na visão de Marco Aurélio Ávila os extremos podem ser perigosos e infrutíferos. Se viabilizado de maneira correta, o turismo cultural pode ajudar na dinamização da economia,

⁷⁴ **Ibid.** p. 47.

⁷⁵ **Ibid.** p. 48.

⁷⁶ **Ibidem.**

⁷⁷ **Ibid.** p. 49.

⁷⁸ AVILA, M. A. **Política e Planejamento em Cultura e Turismo**. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 27.

fomentando a preservação do patrimônio, podendo contribuir com a comunidade no resgate das manifestações culturais tradicionais⁷⁹.

Sabe-se que o turismo possui o seu lado estimulador do desenvolvimento socioeconômico, mas, segundo o autor, as atividades têm sido pensadas deixando excluídas parcelas significativas da sociedade, não contribuindo com a melhoria da qualidade de vida do grupo social. Nessa situação, o turismo deixa de ser visto como algo positivo e passa a ser visto pela população como um mal necessário. A persistência dessa situação contribui para que a atividade deixe de ser pensada e exercida levando em conta a questão da inclusão social, que, segundo o autor, é elemento fundamental na preservação da maior essência cultural que é o patrimônio local⁸⁰.

O turismo é um fenômeno complexo, que envolve aspectos econômicos, sociais, culturais, sendo capaz de propiciar conhecimento, percepção social e contato com pessoas de várias culturas, mas, por outro lado, tem o potencial para impactar negativamente os anfitriões⁸¹. A inserção descontrolada do turismo no contexto capitalista pode mercantilizar a cultura, tornando-a estritamente um objeto de consumo⁸².

Para Marco Aurélio Ávila, o turismo vende o que é estranho. A homogeneização do mundo globalizado motiva os visitantes a buscarem o “diferente” como algo autêntico, capaz de despertar o desejo da exploração. Eu concordo com esse ponto de vista e entendo que a cultura é a “alma” das comunidades e o elemento que a distingue dos outros povos. Pelas minhas experiências na comunidade, vejo que talvez a ideia do incomum e do excêntrico seja o diferencial de Lavras Novas.

1.3. O nascimento do turismo cultural e as transformações sociais

A O turismo cultural nasce na perspectiva de ressignificação da indústria do turismo. As viagens e visitas estendem-se à percepção dos elementos culturais criando uma releitura da ideia de turismo. Atualmente o turismo cultural representa uma das mais promissoras oportunidades de negócio, devido à diversidade dos conteúdos a serem explorados. O nascimento do turismo cultural revigora uma gama de pontos críticos correlacionados às tensões e contradições resultantes das relações entre visitantes e moradores locais, amplificando a necessidade de planejar as atividades⁸³.

⁷⁹ **Ibid.** p. 29.

⁸⁰ **Ibidem.**

⁸¹ AVILA, M. A. **op. cit.** p. 19.

⁸² **Ibidem.**

⁸³ **Ibid.** p. 21.

O turismo pode ser entendido como um conceito dual. De um lado, encontramos os fatores econômicos e, paralelos a eles, nos deparamos com os elementos antropológicos. Vislumbrar um turista estritamente pelo lado econômico talvez nos remeterá a ver as pessoas como portadores de dinheiro, esquecendo o lado humano da relação. Ver o turista exclusivamente da ótica das questões antropológicas nos levará a uma visão ‘romântica’ do processo, às vezes pode fugir ou mascarar os problemas presentes no contexto real.

Entende-se que a visão parcial do turismo conduziu muitos países a experimentar erros terríveis nas esferas social, cultural e econômica⁸⁴. Nessa perspectiva, destinos badalados, como Cancun no México, podem se transformar numa “bomba social”. O aumento de riqueza para um grupo pequeno de empresários, a falta de ferramentas de distribuição de renda cria uma atmosfera social perigosa. Sabe-se que a culpa não é só do turismo. O sistema capitalista subentende uma situação de acúmulo de capital e concentração da renda. Ferramentas de gestão devem ser pensadas para tornar o turismo e seus resultados mais democráticos, na tentativa de amenizar os impactos sociais negativos.

O modelo brasileiro foi copiado de padrões que amplificam as desigualdades sociais⁸⁵. No Nordeste, os *Resorts* ilustram bem a questão da desigualdade social. Apesar dos empreendimentos gerarem muitos postos de emprego e renda, eles dialogam muito pouco com as questões sociais da comunidade local. Sabe-se que nesse perfil de negócios grande parte dos recursos financeiros gerados são destinada a outras localidades. A execução dos projetos turísticos chega a demonstrar desinteresse em relação à repercussão social, econômica e ambiental da sua implementação na comunidade. O *Resort* fica isolado e é visto como uma ilha de lazer que atende as expectativas dos turistas e pouco contribui para melhoria da qualidade de vida da sociedade local. São a cenarização e a divulgação de estereótipos culturais que, pontualmente, suprem os desejos dos turistas e que, muitas vezes, nada tem a ver com a história da comunidade local.

Em Lavras Novas, devido ao modelo de ocupação, distribuição territorial e organização social, há uma tendência de pulverização dos investimentos em infraestrutura. Existem opções estruturais variadas, voltadas para os diferentes tipos de público e para todas as possibilidades econômicas. A população, por meio das Associações, viabiliza estratégias, baseadas num Código de Posturas, tentando proteger as propriedades do ataque do capital, na perspectiva de manter o controle sobre a comunidade.

⁸⁴ **Ibid.** p. 22.

⁸⁵ **Ibidem.**

A proteção do patrimônio cultural e a busca pelo desenvolvimento econômico sustentável não são uma tarefa fácil. As políticas de proteção do patrimônio cultural devem priorizar uma conexão pensada de forma holística entre o turismo e a sociedade. Para o alcance de estratégias de sucesso, as pessoas devem ver a si mesmas como pessoas, e não apenas como indivíduos com atribuições pré-determinadas. Deve-se, através de planejamento adequado, melhorar a qualidade dos “encontros” que ocorram oriundos do turismo. A questão do uso do patrimônio pela indústria turística deve ser tratada de maneira mais natural. Sabe-se que as políticas públicas, pensadas para a área do patrimônio, são idealizadas já na perspectiva de sua relação com o turismo: o que se deve discutir são formas de moderar as relações buscando o equilíbrio entre as variáveis envolvidas.

Em Lavras Novas, a relação com o turismo potencializou o Distrito como um palco para diversas manifestações culturais, as quais vieram a projetá-lo no cenário do turismo cultural brasileiro. A origem colonial traz para Lavras Novas um “leque de tradições” muito amplo⁸⁶. A culinária tipicamente regionalizada, o plantel arquitetônico, o artesanato produzido com o bambu e tapetes com adereços feitos de retalhos e chita, a música proveniente de ritmos africanos, como a marujada⁸⁷, combinados com temas católicos, ornamentam uma atmosfera diferenciada para o Distrito. A identidade cultural conjugada com o clima bucólico faz de Lavras Novas um lugar ímpar no cenário mineiro, atraindo olhares de diversas partes do país.

O turismo tornou-se, após o final da década de 1980, uma importante atividade econômica no distrito de Lavras Novas⁸⁸. Essa relevância do turismo como atividade econômica pode ser sentida no interesse por parte de empresários e até mesmo por moradores locais, que identificam a atividade como oportunidades de negócio. Em pouco tempo, surgiram muitos investimentos concretizados em pousadas luxuosas, lojas de souvenir e artesanato em geral, bares e restaurantes que promoviam festivais de cerveja, de blues e gastronômicos buscando explorar e destacar as características singulares do local, potencializando ainda mais seu valor econômico.

Apesar da identidade cultural diversificada, as lideranças políticas ouro-pretanas optaram pela implementação de políticas públicas focadas em exaltar de maneira isolada características específicas das potencialidades regionais, criando uma representação que os

⁸⁶ CHAVES, F. N. **As Festas Populares e o Contexto Midiático: Lavras Novas e o Futuro da sua Identidade Cultural**. USP. São Paulo, 2011, p. 10.

⁸⁷ Segundo CHAVES, F. N. **op. cit.** p. 29. A marujada é um tipo de congado que se faz presente na vida dos moradores de Lavras Novas.

⁸⁸ **Ibid.** p. 12.

gestores classificaram como “imagem interessante” para os empresários do ramo do turismo⁸⁹. A imagem construída pelo poder público municipal em parceria com as pessoas ligadas à indústria do turismo em Lavras Novas, apesar de aludir a uma ideia de valor humanizado, é uma ação de efeitos limitados⁹⁰. Entendo que a atuação do poder público deva seguir o perfil diversificado dos elementos entendidos como tradicionais em Lavras Novas, considerando o interesse de outros grupos e representações culturais, e não somente no prisma dos interessados no turismo.

Em concepções onde a ideia de paisagem combina-se com a noção ampla de patrimônio cultural, considerar o patrimônio material e imaterial somente como fonte de renda leva ao risco da perda do seu simbolismo identitário. Essa relação pode transformar monumentos em espetáculos que não possuem valor para o cotidiano da comunidade.

Sabe-se que existe uma forte ação repressiva por parte dos veículos de comunicação midiáticos que, acompanhados do processo de globalização, funcionam como ferramenta de alienação, estimulando a uniformização de hábitos e o turismo predatório. Essa intervenção afeta diretamente a identidade cultural de comunidades como Lavras Novas⁹¹.

Atualmente, se observarmos os centros históricos de algumas das cidades mais antigas mineiras, veremos facilmente a ação da especulação imobiliária expulsando os moradores, transformando essas áreas em centros comerciais voltados para o turismo. A especulação imobiliária exacerbada é uma representação do uso negativo do patrimônio pela indústria turística. Há contextos em que a segregação social, proveniente da indústria turística, chega ao ponto de destruir culturas locais, distorcendo os elementos ditos culturais. Existem lugares onde o turismo é tão danoso para o patrimônio que a situação chega ao extremo de se proibir a visita de sítios históricos. Como exemplo, podem-se citar as ruínas da cidade de Pompeia, na Itália, onde a visita ficou suspensa por alguns períodos de tempo até que encontrassem uma solução que atenuasse os impactos das visitas⁹².

Cabe à comunidade, em conjunto com o poder público, a iniciativa de viabilizar políticas públicas que atuarão na proteção do patrimônio cultural, através da idealização de um inventário dos bens patrimoniais e um código de condutas em relação ao patrimônio. No caso da cidade de Pompeia, onde existe um sítio arqueológico frágil, foi necessário um esforço

⁸⁹ **Ibid.** p. 10.

⁹⁰ Argumentação com base na leitura do texto. BESSE, Jean - Marc. *A Fisionomia da Paisagem*, de Alexander Von Humboldt a Paul Vidal de La Blache: In: *Ver a Terra. Seis Ensaio sobre a Paisagem e a Geografia*. Trad. de Vladimir Bartalini, São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 66.

⁹¹ Alegações construídas após leitura do texto: CHAVES, F. N. **As Festas Populares e o Contexto Midiático: Lavras Novas e o Futuro da sua Identidade Cultural**. USP. São Paulo, 2011, p. 13.

⁹² Exemplo retirado da obra: MENESES, J. C. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006, p. 51.

multidisciplinar criando uma interseção entre áreas como Arquitetura, Arqueologia, História, Sistemas de Informação e Comunicação. O esforço coletivo na idealização ou melhoria das técnicas preservacionistas faz parte das tendências atuais para minimizar a degradação do patrimônio cultural arquitetônico, não só em Pompeia, mas em outros contextos semelhantes. Atualmente, Pompeia está aberta à visitação turística sobre um modelo intervencionista que prevê degradações futuras assegurando a sua preservação. Estudos arqueológicos, arquitetônicos e históricos são combinados no detalhamento do objeto de análise, pensando na antecipação de riscos iminentes.

Existem várias análises abordando a questão da recuperação de centros históricos com o objetivo de transformá-los em atrativos turísticos. No Brasil, temos exemplos positivos e negativos. O Pelourinho, em Salvador, é um exemplo negativo de projeto de restauração, que, viabilizado pelo poder público, exclui a população local do seu processo de construção⁹³. A população não participou do momento de interpretação patrimonial, nem do momento da definição das estratégias de preservação, sendo ainda proibida de voltar aos locais que habitava. O projeto teve um perfil saneador, excluindo a pobreza de uma área considerada pelo poder público como importante para cultura a nacional: o Pelourinho. A estratégia preservacionista elencava o governo como responsável pela conservação e manutenção dos espaços. Nessa perspectiva, trazia a necessidade de investimentos públicos constantes. A dependência de aporte constante de capital público e o distanciamento da comunidade ameaçaram fortemente a sustentabilidade do empreendimento, transformando o Pelourinho numa área de complexos dramas sociais.

Já nos distritos coloniais mineiros, como é o caso de Lavras Novas, apesar de atuações do poder público, o turismo, de acordo com Meneses⁹⁴, trouxe desenvolvimento econômico, reconhecimento e visibilidade para o seu patrimônio cultural, engrandecendo a imagem das cidades coloniais.

Para José Newton Meneses⁹⁵,

Tomando como base a premissa que descarta a exclusão social, interpretar um patrimônio e torná-lo atrativo para outros conhecerem significa, seguramente, considerar três eixos fundamentais de atitude e interpretação: associar a interpretação ao fazer cotidiano e à vivência da sociedade em questão; harmonizar os serviços oriundos da interpretação da realidade da sociedade que constituiu e guardou o patrimônio cultural; não dissociar a interpretação

⁹³ Exemplo situacional retirado do livro MENESES, J. C. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006, p. 52.

⁹⁴ MENESES, J. C. **op. cit.** p. 54.

⁹⁵ **Ibidem.**

da identidade, das idiossincrasias, das tradições e das formas de expressão da sociedade local.⁹⁶

A interpretação patrimonial, de maneira resumida, deve ser pensada como um método de transmitir de maneira humanizada aos visitantes os elementos envolvidos na formação cultural do local visitado. A atividade turística possui em sua natureza o caráter interpretativo, que assim lhe é fundamental, pois tudo que é observado precisa ser interpretado.

Os monumentos e manifestações não falam por si só aquilo que representam⁹⁷. As interpretações modificam-se com base no tempo, sendo definidas pelos diferentes modos interpretativos dos indivíduos que procuram conhecer o patrimônio cultural⁹⁸, lembrando que o ponto de partida para a interpretação do patrimônio é o presente.

No que tange o fomento da preservação dos monumentos, a ideia para o nosso trabalho é o fornecimento de informações sobre os monumentos, que sejam úteis aos visitantes no momento da interpretação, que motivem os questionamentos, estimulem a curiosidade e atuem como fonte geradora de reflexões. Essas informações quando relacionadas a um atrativo devem provocar nos turistas emoções variadas⁹⁹.

Pensar o patrimônio cultural de Lavras Novas a partir do seu passado colonial infere-se um esforço de interpretação, repleto de concepções alicerçadas na diversidade cultural e na miscigenação social. Em contextos como o de Lavras Novas, não há forma melhor para análise do patrimônio do que as metodologias interativas e participativas.

Segundo José Newton Meneses, a sociedade atual impõe demandas específicas relacionadas às estratégias de gestão dos bens patrimoniais¹⁰⁰. Essas demandas exigem preceitos diferentes dos usados pela maneira tradicional da gestão do patrimônio, que consistiam na guarda desse patrimônio em museus de limitado acesso e de difícil compreensão e fruição¹⁰¹. Na atualidade, entende-se que interpretações do patrimônio cultural, motivadas por ações interdisciplinares, podem contribuir para o alcance de interpretações mais ricas do ponto de vista crítico e dentro de uma concepção mais problematizadora.

As ações voltadas para o planejamento interpretativo interdisciplinar resultarão, segundo o autor, na democratização do conhecimento, no estímulo ao desenvolvimento local, na

⁹⁶ **Ibidem.**

⁹⁷ **Ibid.** p. 55.

⁹⁸ MENESES, J. C. **op. cit.** p. 56.

⁹⁹ **Ibid.** p. 54.

¹⁰⁰ **Ibidem.**

¹⁰¹ **Ibid.** p. 56.

promoção da memória regional, na ampliação da ideia de patrimônio e na sustentabilidade dos processos preservacionistas¹⁰².

Para que esses resultados sejam alcançados, as estratégias de desenvolvimento turístico devem ser idealizadas de maneira participativa, visando à interação entre os diversos interessados de maneira democrática e paritária.

Na conclusão do autor, o resultado será o destaque das referências identitárias, permitindo que a comunidade pense os significados existentes em seu passado. Essa percepção fomentará o desenvolvimento econômico equilibrado e sustentável, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida da comunidade, preservando os recursos culturais¹⁰³.

A definição das estratégias de preservação demandará um esforço metodológico próprio. Não há “receita de bolo”, cada caso interpretativo é único e demandará um modelo próprio a ser construído e posteriormente estudado. É uma tarefa difícil, que requer o trabalho de profissionais experientes.

A metodologia viabilizada deverá ser adequada à realidade social, visto que o processo de maneira geral terá como objetivo dimensionar uma identidade local partindo do contexto social, das suas singularidades e tradições. Em Lavras Novas, a sociedade é representada por Associações formalmente constituídas, que personificam os anseios dos moradores frente ao poder público no que tange à formulação das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural. No segundo capítulo abordaremos as peculiaridades da atuação das associações no contexto turístico e econômico de Lavras Novas.

Outra questão polêmica, no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção do patrimônio cultural, é a especulação imobiliária. A cidade de Tiradentes é um exemplo onde a especulação imobiliária e a exploração descontrolada do patrimônio histórico expulsaram a população original, transformando a área central da cidade num verdadeiro “cenário”.

Com o passar do tempo, talvez, essa situação leve o turista à triste sensação de estar visitando uma cidade fictícia. Esse avanço descontrolado dos empreendimentos turísticos afetam os costumes característicos da “mineiridade”, comuns na vida interiorana de localidades como Tiradentes e Lavras Novas. O significado cultural dos monumentos está relacionado diretamente à vivência cotidiana e à alma dos habitantes da localidade.

Para José Newton Meneses, a cidade de Tiradentes passou por uma acomodação do

¹⁰² Pontos retirados do livro MENESES, José Newton Coelho. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006, ps. 57-58.

¹⁰³ **Ibid.** p. 58.

mercado turístico de massa, negligenciando o planejamento que viria a interpretar o seu patrimônio cultural, que com certeza é algo muito maior que os monumentos de uma arquitetura colonial e de uma arte mineira inestimável¹⁰⁴. Apenas o ato de evidenciar o passado de comunidades como Lavras Novas não é o bastante para garantir um turismo sustentável. A manutenção do patrimônio material deve vir acompanhada do fortalecimento das tradições e das relações sociais.

Sabe-se que toda cidade do mundo precisa adaptar-se às demandas da atualidade. Essas adaptações levam à construção de estruturas em sobreposição a outras que perderam a serventia com o passar do tempo. Isso não justifica negligência em relação à conservação dos monumentos que possuem legado cultural para a coletividade. Pode acontecer de um grupo social deixar de ver importância em determinado monumento, deixando de preservá-lo na atualidade. Construções antigas podem perder o seu valor dentro da ótica da sociedade atual, acabando abandonadas ou em algum momento dando lugar a novas estruturas. O processo de memória é dinâmico, e as estratégias preservacionistas devem respeitar essas características¹⁰⁵. O processo deve ser visto como natural dentro da dialética de memória e do esquecimento.

Discutir estratégias de proteção do patrimônio, tanto no ambiente mercadológico quanto no acadêmico, nos leva a uma argumentação entre técnicas com enfoque preservacionistas e técnicas com enfoque interpretativo conservacionista. Para José Newton Meneses, nas estratégias mais atuais, tem havido o predomínio de se preocupar em guardar mais a memória e menos a materialidade dela. Monumentalizar todo o cotidiano é negligenciar a vivência de uma sociedade que continua a criar espaços de memória, contribuindo para que o patrimônio, em algum momento, perca o sentido para as populações que o preservam¹⁰⁶.

O turismo é um dos campos em que se fala em sustentabilidade, visto que os bons resultados dependem das temáticas ambientais, culturais e humanas. O planejamento turístico sustentável, no campo da proteção do patrimônio cultural, deve ter por base a preservação dos recursos naturais e culturais, zelar por uma qualidade de vida compatível com o estilo de vida dos residentes, mantendo e fortalecendo as identidades das comunidades, garantindo a geração de recursos financeiros suficientes para sua exploração no presente e no futuro.

1.4. O turismo e as mudanças em Lavras Novas

Quando pensamos na interseção entre turismo, desenvolvimento socioeconômico e proteção do patrimônio cultural, percebemos com certa facilidade os impactos e as mudanças

¹⁰⁴ MENESES, J. C. **op. cit.** p.65.

¹⁰⁵ MENESES, J. C. **op. cit.** p.69.

¹⁰⁶ **Ibid.** p. 54.

no espaço geográfico local e no patrimônio material existente. Não são necessários conhecimentos refinados em arquitetura vernácula para identificar as mudanças na paisagem e no conjunto arquitetônico de Lavras Novas. Com simples observações, podem-se entender diversos tipos de releituras do mesmo patrimônio cultural. Cada uma à sua maneira, as apropriações do passado foram construídas agregando as contribuições das diversas gerações que habitaram e habitam Lavras Novas.

O patrimônio cultural atual de Lavras Novas é um produto dos variados interesses e concepções das pessoas que ali viveram. As memórias passam por um processo de conjugação temporal do qual o resultado é a paisagem atual. Acredita-se que o patrimônio possui a função de nos dar uma simples ideia do que foi o passado. Seria difícil sustentar uma representação histórica idêntica do passado num ambiente onde as pessoas empregam suas vivências e, no caso de localidades turísticas, tiram seu sustento. A necessidade de sobrevivência implica inevitavelmente o uso da paisagem e dos recursos naturais. Sabe-se que o turismo veio para potencializar as formas de exploração das raízes culturais. São muitos os interesses econômicos envolvidos. A indústria do turismo torna-se cada vez mais dinâmica, compondo novas formas de utilização da paisagem na tentativa de tornar os produtos turísticos mais interessantes para seu público. Esse efeito complica muito a instituição dos ensejos preservacionistas eficazes.

No interesse de maximizar os ganhos financeiros com o turismo, espaços são reestruturados, monumentos são ressignificados, expressando, de maneira espacial, novos modos de organização social, que de certa forma, representam mudanças na sociedade. O enfoque turístico exagerado talvez possa ser visto como uma chave que ativa a produção desses novos arranjos sociais. A apropriação exagerada do patrimônio, em algumas situações, pode levar à sensação do patrimônio como algo fictício, sem alma, inventado para agradar a quem vem de fora da comunidade.

A modernização da sociedade e a vida agitada das grandes cidades trouxeram um desejo da volta ao passado. A busca por lugarejos bucólicos que possuem uma atmosfera que conjuga tranquilidade, o resgate do natural e uma identidade cultural diferenciada é um fenômeno moderno, que evidencia a necessidade de fugir do caos e da angústia das grandes cidades. Percebe-se que o desenvolvimento do turismo nas localidades interioranas mineiras é um reflexo dessa tendência.

Entende-se que o turismo na comunidade está diretamente relacionado ao seu patrimônio cultural, seja ele de perfil natural, material ou imaterial. Buscamos, estudando o desenvolvimento do turismo no Distrito, dimensionar e compreender as mudanças no patrimônio cultural local, as motivações e os atores envolvidos nesse processo, o efeito das

ações preservacionistas existentes, alertando para a importância de amenizar certos exageros no que tange à descaracterização da herança colonial presente nos monumentos e costumes locais.

Considera-se que a venda de terrenos pela Irmandade Mesa a partir de 1980 em Lavras Novas foi o primeiro passo para o processo de expansão da comunidade e do turismo como atividade geradora de renda. Os primeiros terrenos foram vendidos por quantias irrisórias, principalmente para pessoas que possuíam algum vínculo com a comunidade. A Irmandade Mesa buscava com a venda dos terrenos arrecadar fundos para a manutenção da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, do Cemitério de Lavras Novas e das Festividades do Divino Espírito Santo¹⁰⁷. A chegada de novos empreendimentos e novos moradores foram os primeiros passos para a transformação na atmosfera de Lavras Novas. Num próximo momento, despontariam o turismo e as visitas como uma junção entre elementos econômicos e culturais.

Empreende-se que as primeiras mudanças espaciais provocadas pelo turismo no Distrito surgiram com a consolidação da atividade na década de 1990. Nesse momento, os moradores perceberam a oportunidade de ganhar algum dinheiro oferecendo opção de moradia e alimentação aos visitantes. A disseminação do turismo em uma economia em alta agravou o processo de posse individual da terra. Os proprietários nativos de Lavras Novas, vislumbrando os lucros provenientes da valorização das terras, resolveram fragmentar os terrenos, dividindo-os em vários lotes, fomentando assim a especulação imobiliária.

Atualmente a venda de terrenos é controlada por um processo formal, onde é necessário o registro em cartório de escrituras de imóveis, dificultando assim a divisão e revenda descontrolada dos terrenos¹⁰⁸. Outro ponto estratégico para a explosão de Lavras Novas como alternativa turística foi o asfaltamento em 2001 da rodovia que liga Ouro Preto a Ouro Branco, a MG-129, facilitando o acesso ao Distrito, contribuindo para valorização das terras, enfatizando cada vez mais a questão da especulação imobiliária.

Considera-se que Lavras Novas está na zona perimetropolitana de Belo Horizonte, por apresentar-se posicionada a cerca de 110 km da Capital. Nesse perímetro, o desenvolvimento econômico é impulsionado pela proximidade com a Capital do Estado. Entende-se que o turismo e as mudanças socioculturais podem ser um reflexo do processo de descentralização territorial. Desse modo, percebe-se que o processo de modernização espacial de Lavras Novas consiste num processo de urbanização periférica, comum em outras localidades da região

¹⁰⁷ VARAJÃO, G. F. D. C.; DINIZ, A. M. A. **A evolução da rede urbana de Lavras Novas e a transformação do seu patrimônio construído**. PUC - MG. Belo Horizonte, 2013, p. 114

¹⁰⁸ **Ibidem**.

perimetropolitana, como, por exemplo, a Serra do Cipó, localizada a 90 km de Belo Horizonte¹⁰⁹.

Nesse contexto, Lavras Novas é vista como uma opção de lazer para a região polarizada pela Capital do Estado e às vezes até como local de segunda morada. O aporte de recursos surge como ótima opção de negócio, atraindo olhares de empresários de toda a região. Lavras Novas volta a ser evidenciada como uma “mina de ouro”. Geralmente em regiões onde ocorre expansão econômica acelerada, os recursos raramente permanecem na localidade. Na maioria das vezes, os investimentos são realizados por empresários de fora que carregam os recursos deixando muito pouco na comunidade. Em Lavras Novas, a dificuldade de adquirir terras inibiu um pouco essas ações imperialistas.

Por outro lado, Lavras Novas só foi elevada à categoria de distrito graças a essa relação com região e pelas mudanças provenientes do turismo. Posteriormente, o destaque de Lavras Novas na região, combinado com a cobrança da própria comunidade, resultou na viabilização de alguns investimentos públicos em melhorias estruturais, principalmente na área do lazer¹¹⁰.

As mudanças culturais e econômicas que surgiram nas últimas décadas foram refletidas principalmente no patrimônio material, deixando suas marcas no conjunto arquitetônico colonial do Distrito. As casas de origem setecentista de Lavras Novas, em sua maioria, eram de “pau a pique”, utilizando em suas estruturas madeiras locais, como candeia e bambu. Os esteios do telhado eram feitos de braúna, e os marcos e as janelas, de jacarandá. O telhado era sempre de quatro águas, visto que as casas não eram perto umas das outras. O pé-direito da casa era geralmente de 2,5 m, as paredes das construções eram pintadas constantemente com cal ou tinta à base de água, os fogões à lenha eram encerados com cera vermelha. Os forros das casas eram feitos utilizando taquaras pintadas em tinta óleo branca ou azul. As janelas não possuíam vidro, sendo do modelo mais antigo e simples que existia. O piso geralmente era feito em madeira sem tratamento, sustentado por batentes que isolavam a casa do solo, evitando a questão da umidade¹¹¹.

Possivelmente devido à influência de construtores paulistas, as casas possuíam uma sala colocada entre dois quartos, eliminando assim a necessidade de corredores¹¹². A frente das casas era um pouco afastada em relação à rua, oferecendo uma privacidade maior em relação ao trânsito. Somente as casas maiores possuíam uma copa conectada com a cozinha. Quase todas as casas continham um altar pequeno na sala. As cozinhas eram localizadas na parte de trás da

¹⁰⁹ **Ibidem.**

¹¹⁰ VARAJÃO, G. F. D. C.; DINIZ, A. M. A. **op. cit.** p. 115.

¹¹¹ **Ibid.** p.121.

¹¹² **Ibidem.**

casa e dispunham de fogão à lenha¹¹³. As instalações sanitárias junto à cozinha só foram incorporadas após a década de 1990¹¹⁴.

Hoje em dia, em visita a Lavras Novas, percebe-se que são poucas as casas que preservam intactas as características coloniais descritas. As reformas com a inserção de materiais contemporâneos e a ampliação das construções, visando melhorar a qualidade de vida e atender às demandas turísticas, foram os elementos que mais contribuíram para mudança nas características arquitetônicas do patrimônio local.

Como podemos ver nas fotos, as casas do conjunto arquitetônico atual possuem varandas construídas em suas fachadas, em alguns casos, utilizando até mesmo a área destinada para construção da calçada. Reformas com ampliação de pavimentos são alterações facilmente vistas em Lavras Novas. A necessidade de hospedar os turistas motivou a adaptação das casas do conjunto arquitetônico colonial para receberem um segundo andar. A foto a seguir ilustra

Figura 6 - Casa de origem colonial com varanda construída



Fonte: Google Street View – Data de acesso: 25/05/2017

¹¹³ **Ibid.** p. 122.

¹¹⁴ **Ibidem.**

Figura 7- Casa com segundo andar construído



Fonte: Arquivo pessoal

O quintal das casas, que no passado era destinado ao cultivo de hortaliças, atualmente está sendo ocupado por quartos que também são alugados para visitantes, enfraquecendo a questão da cultura de subsistência do Distrito¹¹⁵. Na foto abaixo, podemos ver a área central de Lavras Novas. O conjunto mostrado ao redor da Capela é o mais antigo do Distrito. Atenção para a casa azul e branca no canto esquerdo da imagem, uma das poucas que preservaram grande parte das características do período colonial!

Figura 8- Vista aérea do núcleo pioneiro de Lavras Novas



Fonte: Imagem retirada do site retrip.com

Além das modificações, o turismo ainda trouxe outras mudanças na disposição de valor dos terrenos de Lavras Novas. No passado, as terras dos arredores da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres eram as mais valorizadas no Distrito. Na atualidade, a especulação imobiliária motivada pelo turismo elegeu os terrenos que possuem vista panorâmica para a Serra do Trovão como os mais valorizados de Lavras Novas, desprestigiando o núcleo urbano de raízes

¹¹⁵ VARAJÃO, G. F. D. C.; DINIZ, A. M. A. **op. cit.** p. 115.

setecentistas¹¹⁶. A foto abaixo mostra a vista do caminho para a Serra do Trovão, que atualmente é uma das áreas mais atacada pela especulação imobiliária.

Figura 9 - Vista do caminho para a Serra do Trovão, na chegada de Lavras Novas



Fonte: Arquivo pessoal

O comércio voltado para o turismo foi outro fator relevante quando pensamos em mudanças de hábito e costumes ligados à gestão do patrimônio. As adaptações das casas para que suportem as inserções de bares, restaurantes e pousadas são tão severas que, em alguns casos, chegam ao ponto de fazerem sumir totalmente com os traços do período colonial. Em contrapartida, uma vez que a imagem colonial é valorizada como diferencial turístico, muitos empresários tentam manter a “originalidade” das fachadas das edificações. Se necessário, evidências de um período colonial podem ser construídas e veiculadas como autênticas. Muitos empreendimentos são construídos na perspectiva de agradar aos turistas que se interessam pelo “antigo”. Muitas vezes, as cópias são tão bem-feitas que tornam a diferenciação complicada para os visitantes. Abaixo, podemos ver uma loja de souvenir e um restaurante que se esforçaram para manter o ar colonial presente em sua imagem.

¹¹⁶ **Ibidem.**

Figura 10 - Casa colonial utilizada como ponto comercial para venda de *suvenirs*



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 11 - Casa colonial adaptada como restaurante



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 12 - Vista interna da casa colonial modificada para restaurante



Fonte: Arquivo Pessoal

Além da questão das adaptações “questionáveis” do patrimônio arquitetônico existente, surge o problema da construção de réplicas que destoam totalmente do padrão do período colonial de Lavras Novas. O objetivo cenográfico, pensado para o entretenimento, funciona como uma boa estratégia de atração de turistas, apesar de possuir pouca importância para memórias e para a cultura local.

Dentre as “réplicas”, destaca-se o Espaço Cultural Santo Graal. Criado com o objetivo da realização de eventos diversos, o empreendimento é espelhado em decoração e arquitetura medieval. Atualmente, o espaço oferece serviços de livreria, cafeteria, restaurante e espaço de festa, retratando um contexto discrepante do cenário de origem setecentista colonial.

Figura 13- Espaço Cultural Santo Graal



Fonte: Arquivo pessoal

A viabilização de empreendimentos, apesar de moderada pelo Plano Diretor de Ocupação e Uso do Solo, ainda pode ser considerada um ponto problemático para o Distrito. Um exemplo dessa dificuldade é a construção desse espaço cenográfico de características medievais no meio de “casinhas” de origem colonial. Deve-se saber equilibrar os campos do desenvolvimento econômico e da preservação da memória cultural dos moradores. Sabe-se da importância dos turistas para a manutenção econômica das famílias, mas os excessos devem ser combatidos.

A demanda por turismo ecológico é outra problemática que afeta indiretamente a preservação do conjunto arquitetônico. Entende-se que em Lavras Novas os visitantes estão mais focados em aproveitar os atrativos naturais, como as cachoeiras, as trilhas e a Bacia do Custódio. A força da demanda impulsionou o surgimento de vários empreendimentos, como o Quadricross, especializados na venda de passeios turísticos em Lavras Novas. Na tentativa de

atender essa procura pelo turismo ecológico, a comunidade pode ser levada a alterar drasticamente seus monumentos e seu patrimônio arquitetônico. Até mesmo uma possível omissão no que diz respeito à preservação dos bens materiais já deve ser encarada com preocupação pelas lideranças locais. Estratégias devem ser pensadas para que uma valorização excessiva do patrimônio natural não ofusque a importância da preservação de outros elementos culturais, que, quando somados, compõem o conceito de patrimônio cultural de Lavras Novas. Segue abaixo uma imagem da Bacia do Custódio, principal ponto de turismo ecológico de Lavras Novas.

Figura 14 - Vista parcial da Bacia do Custódio



Fonte: Arquivo pessoal

A culinária foi outro elemento cultural alterado pela conexão com o turismo. Alimentos que anteriormente não eram conhecidos em Lavras Novas estão inseridos na culinária local e passam a integrar o contexto da sociedade. Doces artesanais provenientes de outras regiões, que pouco têm relação com a cultura local, são vendidos aos turistas como produtos típicos de Lavras Novas. As lojas de souvenir seguem as tendências de mercado, comercializando o que for atrativo para os seus clientes. É o “inautêntico” sendo absorvido como “singular”, devido ao seu distanciamento temporal em relação ao cotidiano¹¹⁷.

Compreende-se que a modernização dos meios de produção dificulta o resgate da culinária colonial. Os “modos de fazer” são concepções abstratas que muitas vezes dependem de variáveis que já não existem no mundo atual. Com o passar do tempo, os elementos externos se misturam com a vida cotidiana e passam a fazer parte da cultura local. O intercâmbio cultural oriundo do turismo fomenta a importação e a exportação de hábitos e modelos culturais. Em alguns casos, a absorção de um costume externo é tão plena que fica difícil

¹¹⁷ VARAJÃO, G. F. D. C.; DINIZ, A. M. A. **op. cit.** p. 140

identificar que tal elemento tenha sido inserido recentemente no contexto social da comunidade.

Guilherme Fortes Varajão, em sua pesquisa, relata as mudanças na ocupação do solo em Lavras Novas no intervalo de 1966 a 2006, baseando suas análises em imagens de satélite e fotografias aéreas e mostrando as evoluções no patrimônio edificado e na vegetação. Segundo o autor, o sensoriamento remoto das imagens de satélites permite perceber uma recuperação da vegetação anteriormente degradada pelas atividades mineradoras, pela extração de lenha e pela produção de eucalipto. Atividades presentes durante 300 anos em Lavras Novas e atuando como principais fontes de renda do Distrito.¹¹⁸ O turismo, quando comparado com a mineração, a silvicultura e a retirada de lenha, mostra-se uma atividade menos impactante para a paisagem natural de Lavras Novas.

As mudanças próximas da sede do Distrito são percebidas de maneira mais significativas somente a partir de 2006, onde são evidenciadas muitas construções na porção sul do conjunto arquitetônico colonial de Lavras Novas e abertura de várias trilhas na Serra do Trovão¹¹⁹. Estima-se que as trilhas surgiram principalmente pelo tráfego de veículo com tração 4x4 e motos de trilha. A área edificada do Distrito dilatou em 3,5 vezes seu tamanho, aumentando a extensão do conjunto arquitetônico de 17 hectares para 58,9 hectares. Já a área de vegetação em 2006 aumentou 8 hectares em relação aos 678 hectares registrados em 1986¹²⁰.

Sabe-se que a expansão da área urbana de Lavras Novas expõe, a impactos diversos, a paisagem e os recursos naturais. Mas acredita-se que, quando comparado com alternativas de geração de renda extrativista, o turismo possui um potencial menor de degradação das paisagens naturais.

Apesar das dificuldades, a normatização da ocupação do solo trouxe melhorias no que se refere à preservação do conjunto arquitetônico colonial de Lavras Novas. O poder público municipal, através do Plano Diretor, fixou regras visando a um desenvolvimento municipal equilibrado com as funções sociais do patrimônio público e das propriedades privadas. O Plano Diretor Municipal, regulamentado por meio da Lei Complementar nº 29, de 28 de dezembro de 2006, foi pensado pelo poder público na intenção de incorporar ações, planos, programas que visem garantir o ordenamento urbano e territorial de Ouro Preto e seus distritos¹²¹.

¹¹⁸ **Ibidem**

¹¹⁹ **Ibid.** p. 141

¹²⁰ **Ibid.** p. 140

¹²¹ OURO PRETO, **Lei complementar nº 29, 2006**. A lei é o Plano Diretor de Ouro Preto e pode ser acessado no link: http://www.ouropreto.mg.gov.br/uploads/prefeitura_ouro_preto_2015/arquivos_veja_tambem/lc-29-2006-

O Plano Diretor, talvez por ser uma lei mais recente, traz para o contexto da ocupação do solo questões como a valorização e proteção do patrimônio cultural e natural, entendendo tais princípios como pontos determinantes para o desenvolvimento socioeconômico das localidades. As diretrizes para apropriação da paisagem entendem o seu dever na melhoria da geração de empregos e consequentemente na melhoria da qualidade de vida da sociedade local. Nessa perspectiva, os bens artísticos, arquitetônicos e paisagísticos, considerados de relevância cultural e natural para a comunidade, vistos em conjunto ou individualmente, são pensados como bens inalienáveis para a sociedade, cabendo a ela a responsabilidade de preservá-los.

O Plano Diretor possui como principal objetivo normatizar os esforços referentes à preservação do patrimônio cultural, adequando a ocupação do solo ao cumprimento da sua função social, favorecendo a dinamização no campo econômico, protegendo as áreas e edificações de interesse natural e cultural, fomentando a descentralização econômica, melhorando a qualidade de vida nos distritos ouro-pretanos. A proteção da produção cultural como exercício da cidadania e o estímulo na participação da vida comunitária são pontos encontrados constantemente no texto do Plano Diretor.

No caso o texto mostra-se teoricamente bem estruturado e propõe uma atuação preservacionista inteligente, mas sabe-se que em Lavras Novas há uma certa distância entre o que está escrito e o que realmente acontece na prática. Busca-se entender quais são os elementos que motivam essa distância entre prática e teoria.

Sabe-se que o Plano Diretor do município de Ouro Preto não é uma ferramenta preservacionista considerada rígida. Ele prevê certo nível de apropriação do patrimônio, não tratando a gestão do patrimônio de uma forma totalmente impositiva. No que tange à proteção do patrimônio cultural nos distritos, o Plano Diretor busca a reabilitação dos núcleos urbanos, equilibrando as demandas preservacionistas com a criação de estruturas coletivas e pensando na melhoria do bem-estar social.

Acredita-se que um dos problemas do Plano Diretor está na omissão quanto à determinação dos recursos financeiros para executar as garantias propostas. Não tem como assegurar a reabilitação de núcleos urbanos sem que haja provimento de recursos financeiros. Espera-se que o poder público atue no sentido de estimular as diversas formas de uso do patrimônio, alertando a comunidade para a função social do patrimônio e a necessidade de garantir a sua preservação. Desse modo, talvez a própria comunidade consiga preservar o seu patrimônio, desonerando o poder público.

A política de proteção do patrimônio cultural da qual trata o Plano Diretor, na teoria, tem como objetivo primordial reforçar o vínculo do morador com a história e a cultura ouropretana. O espaço urbano deve ser visto como registros históricos e ao mesmo tempo como lugar de vida. Em Ouro Preto e seus distritos, é fomentado o uso das áreas históricas como moradia, entendendo que a ocupação seja um ponto positivo para os processos preservacionistas¹²².

A perspectiva de uso do patrimônio é um fato que não pode ser esquecido nos processos de gestão do patrimônio. Entende-se que o uso do patrimônio deve ser mediado por ferramentas de gestão como o Plano Diretor, onde as normas traçam um norte para a atuação dos indivíduos. Nesse processo, o controle e a fiscalização têm-se tornado elementos fundamentais para garantir o sucesso das ferramentas. O próprio Plano Diretor deve pressupor as formas de fiscalização das alterações na paisagem cultural, bem como as formas de punição para as pessoas que não respeitarem as diretrizes do documento.

A sede do distrito de Lavras Novas é listada no artigo 41, inciso III, do Plano Diretor, como área urbana. Ali estão relacionadas as diversas classificações para áreas de preservação. A região central da área urbana do distrito de Lavras Novas pode ser classificada como zona de proteção especial, pois possui elementos estruturais a serem preservados, provenientes de um traçado arquitetônico equipado com estruturas urbanísticas e paisagísticas que identificam o lugar. Nessa área não é permitida a construção de casas de dois andares.

Lavras Novas, vista de forma extensiva, pode ser considerada, dentro das definições do Plano Diretor, uma zona de adensamento restrita, onde o uso e a ocupação do solo são controlados devido à possibilidade de descaracterização do patrimônio cultural pela carência de infraestrutura local. O esforço de gestão, apesar de tardio, será importante para evitar excessos futuros em relação às modificações em áreas de patrimônio cultural.

A definição tardia das diretrizes presentes no Plano Diretor, combinada com a falta de fiscalização, nos remete à ideia de que as construções de Lavras Novas foram alteradas livremente atendendo somente os interesses dos proprietários. Após dez anos da sua concepção, andando pelas ruas de Lavras Novas, ainda não conseguimos visualizar claramente os efeitos do controle imposto pelo Plano Diretor.

Tem-se a ideia de que existe um viés cultural que complica as atuações regulatórias. As pessoas que residem em Lavras Novas viveram muitos anos esquecidas pelo Estado e esse fato hoje dificulta a atuação estatal. Entende-se o Plano Diretor no contexto de Lavras Novas como

¹²² OURO PRETO, **Lei complementar nº 29**, 2006, art. 23

uma política pública de longo prazo, que possivelmente só surtirá efeitos perceptíveis quando pensada em um intervalo de vários anos. Nesse prisma, caberá ao poder público atuar no viés educacional conscientizando a sociedade da importância da preservação das raízes culturais locais. O poder público deverá trabalhar ao mesmo tempo no enfoque da conscientização e da fiscalização.

No campo da fiscalização, o Plano Diretor, no artigo 73, estampa a atuação do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT como responsável por acompanhar, analisar e emitir pareceres em relação às propostas de intervenção que possam em qualquer prazo originar impactos sobre o patrimônio cultural ouro-pretano. O GAT possui a missão de zelar pelo conjunto urbano e cultural e pelas particularidades paisagísticas de Ouro Preto e seus distritos.

No texto do Plano Diretor, não há prescrição de estratégias educativas. Sabe-se que, para o sucesso das políticas intervencionistas, é imprescindível a atuação educacional. As pessoas precisam entender a razão e a função das normas e quais os seus efeitos para melhoria da sua qualidade de vida. Pode-se remediar essa deficiência através da elaboração de “instruções normativas” educativas. Essas instruções educativas poderiam ser veiculadas pelo GAT como um norte para as atividades de controle e fiscalização. Essa estratégia inovaria no campo da fiscalização instaurando um sistema de controle educativo.

De um enfoque distante do que prevê o Plano Diretor, acredita-se que as transformações das construções de “pau a pique” pela incorporação de materiais contemporâneos, dispostos conforme as condições econômicas dos moradores locais, muitas vezes até de maneira bem improvisada, concederam ao conjunto arquitetônico um ar excêntrico que, na modernidade, o diferencia frente aos outros núcleos de origem colonial. Vejam as fotos abaixo de construções idealizadas e ressignificadas na contemporaneidade.

Figura 15 - Casas utilizadas para hospedar turistas



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 16 - Casas reformadas utilizando materiais contemporâneos



Fonte: Arquivo pessoal

Percebe-se que a sociedade contemporânea inseriu as marcas de sua vivência no patrimônio local de maneira inusitada, mantendo o seu diferencial, que faz de Lavras Novas um interessante destino turístico. Nesse processo de transformação da paisagem, onde o cidadão torna-se sujeito ativo da comunidade, o patrimônio atua no fomento do reconhecimento cultural, caracterizando essa paisagem como local de pertencimento. Acredita-se que não só no distrito de Lavras Novas, mas também o mundo que conhecemos atualmente, é um fruto desse processo de transformação.

Compreende-se que a arquitetura típica local é uma transformação baseada no atual modo de vida da comunidade. Acredita-se que esse modo de vida expressa direta ou

indiretamente as heranças culturais setecentistas, que potencialmente atraem a atenção dos visitantes.

É fato que as modificações no conjunto arquitetônico local foram necessárias para atender as novas demandas estruturais e consolidar o turismo como principal fonte de renda do Distrito. A melhoria da renda familiar motivou os moradores locais a se dedicarem cada vez mais a oferecerem opções de lazer voltadas à indústria do turismo e buscarem melhoras em sua qualidade de vida.

Possivelmente, sem as mudanças estruturais no Distrito, não conheceríamos Lavras Novas, e a sua paisagem cultural não estaria tão evidenciada e valorizada. Pode-se pensar que o turismo por um lado contribuiu para a perpetuidade das memórias locais. A presença dos visitantes e a oportunidade de ganhos financeiros impulsionaram diversos olhares sobre a comunidade, trazendo à tona as discussões sobre a necessidade de se resguardarem as memórias e as identidades culturais.

Quando viabilizadas de forma equilibrada, harmonizando-se a preservação das memórias e as necessidades contemporâneas, as modificações arquitetônicas podem contribuir para o surgimento de um novo patrimônio cultural, que carregará as memórias da sociedade atual. As construções podem carregar referências de diferentes tempos históricos. O que se deve buscar é saber conjugar as diversas memórias para que uma não se sobreponha à outra.

Elementos arquitetônicos ou objetos de uso pessoal, como utensílios domésticos, que rememoram momentos da origem setecentista, fazem parte do cotidiano de Lavras Novas. É comum em Lavras Novas, ao entrarmos numa casa reformada ou num estabelecimento comercial moderno, perceberemos a presença de uma parede de “pau a pique”, algumas vezes até evidenciada como elemento decorativo, ou a existência de estruturas de madeira centenárias, que nos remetem ao período colonial de Lavras Novas. Essas memórias de origem colonial coexistem inevitavelmente ao lado de elementos modernos.

Apesar da pressão imobiliária e dos investimentos turísticos, conjugados com o nascimento tardio das estratégias de preservação do patrimônio, as transformações no patrimônio arquitetônico, ainda que aparentes, não necessariamente apagaram as memórias da colonial de Lavras Novas. As lembranças do passado, as marcas do presente e as que virão no futuro com as novas gerações devem conviver em harmonia dentro de um determinado contexto cultural.

Mesmo que as transformações aconteçam em simetria com as diversas memórias que ali coexistem, quando pensamos a relação entre patrimônio cultural e atividades econômicas, o processo de mediação é fundamental. Talvez sem a existência de um elemento mediador, a

indústria do turismo coordenará uma seleção que fomentará os campos do patrimônio que trazem retorno econômico, condenando ao esquecimento partes do passado que não são interessantes para o turismo.

Em Lavras Novas, as ações públicas em prol da normatização da apropriação turística do patrimônio são muito recentes. Para termos uma ideia do tempo de atuação das políticas públicas, basta lembrarmos que o Plano Diretor de Ocupação do Solo foi aprovado na Câmara Municipal em 2006. Durante mais de 20 anos, o patrimônio cultural de Lavras Novas ficou praticamente à mercê da apropriação aleatória do turismo. As ações voltadas à normatização existentes anteriormente em Lavras Novas eram singelas e de iniciativa da própria comunidade, visando, de maneira geral, ao aumento da renda das pessoas que moravam no Distrito. A moderação deve ser pensada como forma de assegurar o espaço das diversas heranças culturais construídas ao longo da história. A perspectiva é que o turismo em Lavras Novas possa fomentar a perpetuação das memórias culturais de determinados contextos.

1.5. Políticas públicas e gestão do patrimônio

No município de Ouro Preto, existe um discurso que trata as propostas ligadas à gestão do patrimônio em Lavras Novas como um produto da parceria entre o poder público e as lideranças comunitárias. Segundo informações do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto - COMPATRI veiculadas no site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, os processos voltados à idealização das políticas públicas de gestão do patrimônio são alicerçados na participação social. O COMPATRI possui como função principal propor e regular as bases das políticas de preservação do patrimônio cultural e natural do município de Ouro Preto, prevendo em sua composição a participação de três membros de entidades que representem os movimentos comunitários dos moradores dos bairros e dos distritos.

Sabe-se que as políticas públicas, como, por exemplo, o inventário de bens patrimoniais, carregam conceitos variados como: identidade, seleção, diálogo, processo de negociação. Em Lavras Novas, o inventário patrimonial é visto como uma política pública, sendo realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, sob a supervisão do COMPATRI. São duzentos e cinquenta itens inventariados em Lavras Novas. O inventário aborda itens materiais e imateriais de natureza arquitetônica, religiosa, natural e cultural, que de alguma maneira, se destacam no Distrito. O embate dos estudos sobre políticas públicas de proteção do patrimônio possivelmente está na ênfase dada aos processos patrimoniais e nas discussões referentes à metodologia usada no processo de construção dessas políticas. Em

Lavras Novas, entende-se que o processo de inventário patrimonial está ligado ao turismo. O exagero na ênfase turística talvez possa ser visto como uma fragilidade dos processos de construção das políticas públicas preservacionistas em Lavras Novas.

As avaliações das iniciativas preservacionistas tangenciarão o ato de mensurar e interpretar os resultados das estratégias implantadas. Sintetizar a expressão “política pública”, apesar de não ser uma tarefa fácil, compreenderá um momento necessário para nossas análises. Segundo Leonardo Secchi, na literatura especializada não há consenso em relação ao conceito de política pública. Isso porque os teóricos não conseguem definir se as políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais, tratando-se somente de assuntos provenientes do nível estratégico, excluindo diretrizes de nível operacional¹²³.

No que se refere à arquitetura das políticas públicas, existem autores que defendem a ideia da proposição estatista, e outros, o conceito de abordagem multicêntrica de gestão. A abordagem estatista sustenta o monopólio estatal no que diz respeito às políticas públicas. Já a forma multicêntrica relaciona o adjetivo “pública” à política quando a questão relaciona-se ao interesse coletivo.

Na visão multicêntrica, os protagonistas das políticas públicas podem ser organizações não governamentais, organizações privadas, redes multilaterais, organismos estatais e até redes de políticas públicas. Já na abordagem estatista, uma campanha de uma organização não governamental em prol da proteção do patrimônio cultural, que vise por exemplo à sensibilização da população, não pode ser considerada uma política pública, apesar de abordar um problema de relevância coletiva¹²⁴.

Acredita-se que, no campo do patrimônio, a abordagem multicêntrica seja mais adequada. Quando se discute solução de problemas no âmbito do patrimônio, há uma tendência a dissipar as distinções entre estatal e não estatal. O palco das discussões é protagonizado por diversos atores que atuam de maneira dinâmica no processo de enfrentamentos dos problemas coletivos. No nosso entendimento, a atuação da Secretaria de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto se aproxima da abordagem multicêntrica. O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Ouro Preto - COMPATRI foi pensado como estratégia de motivar o diálogo paritário entre os diversos atores governamentais e não governamentais envolvidos com as questões relativas ao patrimônio.

Na atuação das organizações governamentais, o caráter mais interpretativo e menos

¹²³ SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, São Paulo, Cengage Learning, 2010. p. 2.

¹²⁴ SECCHI, L. **op. cit.** p.3.

positivista é importante nas ponderações sobre patrimônio¹²⁵. Os atores envolvidos devem empreender construções interpretativas de políticas públicas de proteção do patrimônio cultural. O patrimônio problematizado em comunidades como Lavras Novas é um campo multifocal e multidisciplinar, não tolerando visões engessadas.

Na visão multicêntrica, as políticas governamentais representam um subconjunto contido no universo de políticas públicas. Nessa perspectiva, o foco da natureza do conceito de política pública é o problema público. A diferença entre política pública e política não pública está na intenção de solucionar um problema público, e não na razão social do tomador de decisão¹²⁶.

Outro entendimento que se deve evitar é a interpretação das políticas públicas como algo estritamente macro, descartando atuações pontuais. No ponto de vista macro, as políticas públicas desconsiderariam os problemas públicos de menor nível de abrangência. Dentro do nível estratégico municipal, talvez seja ideal pensar em subdivisões em níveis operacionais adaptadas às subdivisões do município. Sabe-se que em cada nível estratégico de política pública há um entendimento diferente dos problemas e das soluções. Existe sempre uma configuração diferente de atores, problemas e soluções¹²⁷. A análise de uma política pública de patrimônio é muito mais árdua no nível macro. Mapear os atores envolvidos, os interesses, os elementos culturais, as possibilidades de sucesso ou insucesso mostra-se muito mais fácil e eficaz no nível operacional.

Considera-se o problema público como a diferença entre “status quo” e uma situação ideal possível¹²⁸. Desse ponto de vista, um problema público pode ser visto como uma questão subjetiva. A delimitação do problema é um ponto estratégico no processo de idealização de uma política pública. Muitas vezes, políticas públicas são criadas apenas para mitigar o problema, diminuindo o seu impacto negativo. Às vezes, o problema identificado não possui uma solução iminente. Os entes políticos e as organizações não governamentais são os personagens mais engajados em identificar problemas públicos. Quando um patrimônio cultural é ameaçado publicamente, surge uma oportunidade de promoção da imagem pública de determinado ente político.

Os responsáveis por liderar os processos de viabilização das políticas públicas deverão trabalhar como mediadores, dominando os fatores motivacionais dos envolvidos, as barreiras institucionais, as dificuldades legais e os conflitos potenciais. No campo do patrimônio, o

¹²⁵ **Ibidem.**

¹²⁶ **Ibid.** p. 5.

¹²⁷ SECCHI, L. **op. cit.** p. 7.

¹²⁸ **Ibidem.**

sucesso na concretização de políticas públicas depende de mediação, buscando-se o máximo envolvimento e cooperação de todas as partes envolvidas.

Segundo Leonardo Secchi, no Brasil a participação social está mais presente nas audiências públicas, nos Conselhos Gestores (inclusive os Conselhos Gestores do Patrimônio) e nas metodologias de planejamento participativo (orçamento participativo, planos diretores elaborados pelos municípios)¹²⁹. Apesar da importância da participação pública para o sistema democrático, a sua efetivação passa por dificuldades. Os altos custos de articulação das ações em prol da contribuição dos atores, as complicações ligadas à resolução de conflitos e o custo de oportunidade, quando somados à falta de tempo para gestão dos atores, quase que inviabilizam os processos com base na participação social¹³⁰. Em Ouro Preto e Lavras Novas deve-se lembrar da atuação do COMPATRI e de suas experiências relativas à gestão do patrimônio.

Apesar de no Brasil, historicamente, predominar a participação estatista no protagonismo da estruturação social, a viabilização de políticas públicas como iniciativa da sociedade é uma possibilidade real¹³¹. Nessas situações, a legitimidade das decisões surge com base em processos de discussão focados pelos ideais de inclusão, de igualdade dos direitos, do pluralismo, da autonomia e visando ao bem comum¹³². Esse modelo de gestão dialético é chamado de gestão social. Diferenciado pela reflexão prática, surge como possibilidade de gestão democrática e oferece espaço ao cidadão deliberativo¹³³. Por muito tempo, a construção de políticas públicas de proteção do patrimônio era responsabilidade estatal. A atuação direta da sociedade veio principalmente com a abertura dos Conselhos Gestores de Patrimônio, com participação de representantes da sociedade civil.

A gestão participativa veio proposta como ruptura de um poder elitista, no sentido de se incluir classes sociais anteriormente negligenciadas¹³⁴. A participação do cidadão nos processos de construção sintetiza a ideia do Estado Modesto. O Estado Modesto segue a linha de investir no futuro, a serviço de uma sociedade que ele escuta, podendo se ausentar quando uma ação de sucesso possa ser assegurada pelos próprios atores¹³⁵. O resultado pode ser a sensação de um Estado menos glorioso, porém mais refinado do ponto de vista intelectual. Quanto maior a liberdade dos atores no contexto social, maior será a demanda por planejamento e organização.

¹²⁹ SECCHI, L. *op. cit.* p. 35.

¹³⁰ **Ibidem.**

¹³¹ PEREIRA, J.R. *Gestão Social de Políticas Públicas*. 1ª edição. Ed. Lavras: UFLA, 2011, p. 22.

¹³² **Ibid.** p. 23.

¹³³ **Ibidem.**

¹³⁴ **Ibidem.**

¹³⁵ **Ibidem.**

Nessa perspectiva, o terceiro setor surge como alternativa para democratizar a atuação do Estado¹³⁶. As organizações não governamentais e as associações sociais sem fins lucrativos colaboram para reforma do Estado, participando da execução dos serviços sociais, alicerçando a “economia social”¹³⁷. É nesse viés que podemos entender a atuação das diversas instituições que trabalham na preservação das tradições em Lavras Novas.

A renovação do perfil de atuação estatal deve ser pensada como aceno social junto à comunidade, conferindo legitimidade social às ações governamentais. O terceiro setor, pensando no alcance da efetividade no que tange à democratização, não pode se transformar sozinho no único agente da reforma democrática do Estado. O processo de democratização deve acontecer em conjunto com as instituições estatais.

Mesmo considerando que os protagonistas na preservação do patrimônio em Lavras Novas possuem uma atuação positiva em relação à definição de estratégias preservacionistas, a relação entre grupos sociais e poder público está sujeita aos entraves da tensão dialética entre vontade geral e vontade dos particulares, entre a regulação social e a emancipação social.

Dimensionar essa tensão dialética é voltar às raízes da emancipação social brasileira. A formação do Estado brasileiro teve fortes influências de uma administração patrimonial. O gestor apropriava-se de tal forma dos bens públicos que ficava até difícil saber o que é proveniente da pessoa e o que é de direito público. No Brasil, o uso da máquina pública em benefício próprio e de grupos específicos sempre foi algo comum. Essas práticas eram viáveis devido à ordem legal vigente, que amparava o favoritismo sem prever direitos individuais e políticos que motivassem o mínimo possível de participação na vida social¹³⁸. O fato de não se reconhecer como sujeito de direito afastou o cidadão brasileiro da vida política social. Esse foi o modelo português de colonização que atrasou o processo de civilização brasileiro¹³⁹. A tradição da cidadania brasileira é atribuída à concessão de direitos pelo Estado. O menor presságio de incitação social na reivindicação de direitos já é motivação para que o Estado ou se antecipe e os conceda ou reprima os movimentos, visando à manutenção da ordem e à paz social¹⁴⁰.

Os movimentos sociais e organizações não governamentais surgem como opção de articulação, junto ao Estado, dos diversos interesses sociais, postulando iniciativas

¹³⁶ **Ibid.** p. 26.

¹³⁷ **Ibidem.**

¹³⁸ PEREIRA, J.R. **op. cit.** p. 29.

¹³⁹ **Ibid.** p. 30.

¹⁴⁰ **Ibidem.**

governamentais na viabilização de políticas públicas¹⁴¹. O trabalho da gestão social em Lavras Novas é articulador, atuando na tentativa de motivar a mediação pacífica dos interesses e pensando no diálogo e na instalação do processo social dialético.

¹⁴¹ **Ibidem.**

Capítulo 2: Políticas públicas e a gestão do patrimônio cultural em Lavras Novas

2.1. Atuação do poder público municipal em prol da proteção do patrimônio cultural ouro-pretano

2.1.1. Lei Orgânica, Inventário Municipal e Tombamento

Em face da compreensão dos processos de gestão do patrimônio cultural de Lavras Novas e percebendo a preservação do patrimônio como um campo de interseção entre vários olhares, direcionamos nossas observações para a participação do poder público ouro-pretano nos processos preservacionistas que envolvem, direta ou indiretamente, o distrito de Lavras Novas. Entendemos que a análise dos pontos positivos e negativos da atuação do Governo Municipal, conjugada com a participação da sociedade, ao final, apontará o perfil e a eficácia das políticas de enfoque preservacionista.

As políticas de proteção do patrimônio cultural em Ouro Preto em nível municipal, segundo informação do Portal do Patrimônio¹⁴², tiveram como marco inicial a criação da Lei Orgânica, em 1990. O art. 163 desta Lei trata da responsabilidade do município, em parceria com a comunidade, de viabilizar um plano permanente de proteção do Patrimônio Histórico e Cultural Municipal¹⁴³. No artigo, dentre as diversas ferramentas de preservação, constam: pesquisas, registros, vigilância, tombamento e desapropriação.

A Lei institui que a colaboração da sociedade na construção das políticas governamentais preservacionistas dar-se-á pela sua participação no Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural - COMPATRI¹⁴⁴. A colaboração social, em prol de uma visão múltipla, integrada e sustentável do patrimônio local, além de apontar diversas maneiras de se chegar a um determinado resultado, mostra-se, segundo a Secretaria de Patrimônio de Ouro

¹⁴² Portal do Patrimônio é uma iniciativa da Prefeitura de Ouro Preto, idealizado e consolidado pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. O Portal possui como objetivo divulgar as ações do poder público municipal relacionadas à proteção do patrimônio cultural. Neste portal, estão disponíveis informações acerca dos principais bens culturais, levantados desde 2004. São informações de natureza histórica, cartográfica, descritiva, analítica e icnográfica, que vêm orientando as intervenções e a aplicação de recursos, além da efetiva preservação do patrimônio. O Portal pode ser acessado pelo link www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_patrimonio_ouro_preto_2015/

¹⁴³ OURO PRETO, *Lei Orgânica do Município de Ouro Preto*, Ouro Preto, MG, março de 1990. Pode ser acessada pelo link <http://www.cmop.mg.gov.br/arquivos/documentos/leis/leiorganica.pdf>

¹⁴⁴ O COMPATRI - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto é um órgão colegiado com atribuições previstas na Lei 17/2002, possui 20 membros titulares, sendo 10 da sociedade civil e 10 do poder público. A informação pode ser acessada no link www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_patrimonio_ouro_preto_2015/

Preto, como um método de comunicação e fomento da participação social. Essas são as ações propagadas pela organização pública municipal

Dentro desse panorama de atuação, deve-se cuidar para que todos os envolvidos tenham espaço para expressar suas opiniões. Quando se motiva a participação da comunidade no processo de planejamento patrimonial, espera-se um leque maior de ideias, oriundas dos diferentes olhares sobre o tema. A moderação será necessária para coordenar as sugestões, as ações e perspectivas dos diversos setores econômicos e das muitas lideranças distritais, visto que Lavras Novas é um dos 12 distritos de Ouro Preto. O modelo deverá adequar-se às características próprias do coletivo, buscando eficácia, clareza e profundidade em suas definições. Os processos decisórios, referentes às ações preservacionistas, contam com a participação de grupos formais e informais distritais, como, por exemplo, associações, conselhos locais, ONGs, grupos religiosos etc.

O COMPATRI é o órgão responsável pela construção e gestão do plano permanente de proteção do patrimônio. No caso de Lavras Novas, a atuação do órgão está mais focada no apoio junto às diversas secretarias municipais na construção do inventário dos bens materiais e imateriais e na condução dos processos de tombamento de caráter preservacionista.

Do ponto de vista do poder público municipal, o inventário de bens patrimoniais, como estratégia de preservação do patrimônio cultural e política pública, evidencia-se por ser um processo descomplicado, de efeitos mais brandos e desenvolvimento mais eficaz, quando comparado com outras ferramentas preservacionistas, como o tombamento. Essas características do processo de inventário estimulam a sua aplicação, principalmente em contextos de análises complexas, como em Lavras Novas. Afinal, o turismo produz múltiplas variáveis, que muitas vezes dificultam a conclusão dos estudos necessários num processo de tombamento.

O poder público ouro-pretano entende que ao inventariar um bem material ou imaterial, dá destaque a ele, reconhecendo o seu valor cultural para uma determinada coletividade. Segundo informação do portal do patrimônio, o processo de inventário, elaborado em ação conjunta das diversas secretarias municipais, conta com a concepção de uma ficha de inventário, contendo a descrição detalha do item inventariado, colaborando para viabilização de diversas estratégias de proteção do patrimônio como: pesquisa, registro, vigilância, tombamento.

A metodologia de inventário seguida pela Prefeitura de Ouro Preto e pelo COMPATRI foi proposta pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IPEPHA/MG), sendo

conhecida como Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC)¹⁴⁵. Para efeito de inventário, os bens foram segmentados entre as seguintes categorias, visando a um registro documental diferenciado:

- Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas.
- Bens Móveis.
- Bens Integrados;
- Patrimônio Arqueológico.
- Arquivos.
- Sítios Naturais.
- Patrimônio Imaterial.

Em Lavras Novas, os bens enquadrados nas cinco primeiras categorias são inventariados pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. Já os sítios naturais são inventariados pela Secretaria de Meio Ambiente e Patrimônio Imaterial e pela Secretaria de Turismo.

De acordo com as premissas relacionadas no Portal do Patrimônio, em Lavras Novas, a escolha dos bens para inventário é baseada em questões como época de ocupação, construção, tipologias tradicionais e referenciais urbanos e paisagísticos, com especial atenção ao acervo religioso, tendo em vista a importância das igrejas e capelas na organização do espaço, além do caráter definidor da malha ferroviária na evolução urbana dos povoados ¹⁴⁶.

De maneira geral, os passos seguidos pelo poder público municipal, para elaboração do inventário patrimonial em Ouro Preto aplicados em Lavras Novas, são os seguintes:

- Levantamento e identificação preliminar dos bens de interesse cultural objetos do inventário.
- Levantamento de campo dos bens identificados e selecionados.
- Pesquisa histórica e arquitetônica, baseada na bibliografia e acervos gerais.
- Reprodução ou transcrição de documentos.
- Pesquisa oral/entrevistas.
- Preenchimento das fichas de inventário.
- Organização sistemática das fichas.
- Listagem final dos bens inventariados.

¹⁴⁵ Informações retiradas do Portal do Patrimônio acessado no link: www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_patrimonio_ouro_preto_2015/

¹⁴⁶ As premissas para viabilização do inventário, divulgadas no Portal do Patrimônio, foram discutidas em nível do COMPATRI.

- Mapeamentos dos bens inventariados.

A ficha ou fichamento de cada bem inventariado constitui-se de informações relativas a: designação, localização, propriedade, responsável, autoria, época, materiais, marcas e legendas, situação de ocupação, análise de entrono, histórico, descrição, caracterização, usos, proteções legais existentes, análise do estado de conservação, fatores de degradação e medidas de conservação e intervenção realizadas, além de documentação fotográfica¹⁴⁷. As pesquisas dividem-se entre atuações no campo e análises documentais e de arquivos. Essa ficha de inventário será utilizada por nós como fonte de informação na composição dos textos vinculados ao nosso produto.

Em Lavras Novas, o inventário patrimonial, realizado em 2014 pela Secretaria do Patrimônio, relaciona 250 itens patrimoniais, divididos entre estruturas arquitetônicas e urbanísticas, bens integrados, bens móveis, sítios naturais e patrimônio material, tabelados a seguir:

Tabela 1- Itens inventariados em Lavras Novas

Descrição	Quantidade
Arquitetura Urbana	97
Bens Móveis	113
Sítios Naturais	9
Bens Integrados	26
Bens Imateriais	5
Total de Itens	250

Fonte: Processo de Inventário Municipal

Além dos itens inventariados, o Distrito ainda possui dois bens tombados: o primeiro é a imagem de Santana, do povoado da Chapada, uma das obras de Aleijadinho, tombada em nível federal, localizada na Capela de Sant'Ana, no povoado da Chapada. O segundo é a própria Capela de Sant'Ana e seus bens integralizados, tombada em nível municipal, localizada na praça Santana, no povoado da Chapada¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Portal do Patrimônio: www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_patrimonio_ouro_preto_2015/.

¹⁴⁸ Essas informações foram repassadas pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano e são parte do Inventário de Proteção do Acervo Cultural até 2014.

Figura 17 - Imagem de Sant'Ana



Fonte: Imagem retirada do site do Portal do Patrimônio Cultural

Figura 18 - Capela de Sant'Ana da Chapada



Fonte: Arquivo pessoal

Evidencia-se que o conjunto de bens patrimoniais materiais e imateriais de Lavras Novas possui grande relevância artística, e apesar das grandes mudanças culturais e sociais ocorridas no Distrito, suas raízes ainda carregam lembranças do período colonial setecentista. O inventário patrimonial, somado aos processos de tombamento, sintetizam as principais atuações do poder público no distrito de Lavras Novas. Entende-se que, apesar de todo o interesse econômico em torno das tradições, a atuação do poder público em prol da preservação é muito tímida.

Aliada à proposição do inventário e dos processos de tombamento, está a Lei Orgânica Municipal. Trata-se de uma ferramenta estratégica no que tange à preservação do patrimônio cultural. Dentre suas colaborações, está a criação de programas de conservação e restauração de bens imóveis, a adequação do sistema de transporte coletivo e de carga, as condições especiais

das vias públicas e pontos estratégicos na preservação do patrimônio em distritos de grande movimentação turística, como Lavras Novas. A estipulação de multas e sanções, conjugadas com campanhas educativas permanentes, pensando no combate da evasão, destruição, descaracterização do Patrimônio Cultural e Natural em Lavras Novas, é uma conduta de grande ajuda no que tange à gestão turística e à defesa dos monumentos, visto o grande trânsito de veículos e pessoas provenientes das visitas.

Em uma vertente preservacionista paralela ao inventário, estão os processos de tombamento. O tombamento municipal, regulamentado pela Lei Orgânica, de 1990, foi outro elemento crucial dentro das atuais estratégias de preservação do patrimônio cultural em Ouro Preto e seus distritos¹⁴⁹. O art. 165 da Lei Orgânica Municipal define que as áreas e os bens móveis e imóveis de grande importância cultural ou natural para o Município podem ser salvaguardados pelo tombamento. A problemática da ferramenta está no processo de definição das áreas que possuem ou não possuem importância cultural para a comunidade. Apesar de instituído em 1990, o mecanismo só foi regulamentado em nível municipal em 2002 pela Lei nº 17. O inventário municipal relata o tombamento da Capela de Sant'Ana em nível municipal no distrito de Lavras Novas.

A Lei nº 17/2002, que regulamenta o artigo 165 da Lei Orgânica Municipal, normatiza o processo de tombamento de bens móveis e imóveis, assim como o registro dos bens imateriais do município de Ouro Preto. Na abordagem da sua problemática principal, a Lei nº 17/2002 considera os quesitos estéticos, éticos, filosóficos, históricos, paisagísticos, etnográficos e científicos como parâmetros para determinar a proteção ou não dos bens culturais materiais e imateriais de propriedade pública ou privada existentes no município. Os bens culturais que se relacionam com mais intensidade à ideia de memória e identidade dos grupos sociais ouro-pretanos, vistos do ponto de vista dos membros do COMPATRI e da Secretaria Municipal do Patrimônio, são dispostos à proteção especial do Município. Segundo o texto da lei, os bens serão considerados parte do patrimônio cultural municipal, depois de realizada a sua inscrição nos Livros de Tombo ou de Registro.

Os dossiês de tombamento, na sua maioria, são realizados pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. No caso da Capela de Sant'Ana, localizada no distrito de Lavras Novas, o parecer técnico do processo de tombamento traz breves informações historiográficas, sendo construído com foco nas apropriações e ressignificações no que tange ao monumento, idealizadas pela comunidade do distrito de Lavras Novas. Acredita-se que essa

¹⁴⁹ Portal do Patrimônio: www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_patrimonio_ouro_preto_2015/

seja a tendência seguida pelos membros do COMPATRI para arquitetar o perfil de trabalho das estratégias preservacionistas, como os processos de tombamento municipais.

O processo de tombamento em nível municipal, discriminado no Capítulo III da Lei nº 17/2002 define que podem apresentar propostas de tombamento através do COMPATRI:

- As pessoas de direito público e entidades a elas vinculadas.
- Entidades culturais do município.
- O proprietário ou qualquer do povo.

Segundo a Lei nº 17/2002, as propostas de tombamento apresentadas por escrito, devidamente instruídas e justificadas, são submetidas ao crivo do COMPATRI, iniciando-se, caso aceito, o processo de tombamento. Devido à complexidade do processo, o tombamento é utilizado com mais frequência na proteção de bens de “expressiva importância cultural” e que estejam sob risco iminente. No caso tombamento, a importância cultural, inicialmente, é avaliada pelos membros do COMPATRI e posteriormente comprovada por meio de estudo realizado por empresa especializada no assunto ou por equipe da própria Secretaria do Patrimônio. O processo de tombamento, por possuir um rito mais complexo, às vezes demanda a contratação de uma empresa especializada.

Na prática, a maior parte das demandas referentes aos processos de tombamento é trazida pelos próprios membros do Conselho. Em segundo lugar no número de propostas de tombamento, está o Ministério Público - Federal e Estadual -, que constantemente notifica o COMPATRI solicitando parecer de viabilidade de tombamento para os mais diversos itens culturais. A sociedade civil pouco reivindica diretamente a abertura de processo de tombamento. Geralmente os populares atuam indiretamente via Ministério Público. Sabe-se que muitas das atuações do Ministério Público provêm de denúncias resultantes de descaso ou ameaças ao patrimônio cultural.

O tombamento é uma forma de impor legalmente a proteção de uma referência cultural. Por lei, a avaria de um bem tombado requer a reparação imediata por quem o danificou, aplicando-se multa de 50% do valor do bem ao responsável. Os bens tombados não poderão ser modificados, demolidos, destruídos ou mutilados. Qualquer tipo de alteração dependerá de autorização dos órgãos competentes. Talvez esse seja o motivo que faça do processo de tombamento a estratégia mais utilizada quando se quer promover proteção incondicional de determinado bem patrimonial. O inventário não possui esse “poder de punição”. Quando comparado com o inventário, o tombamento é mais eficaz em impedir coercitivamente alterações físicas indesejadas no patrimônio cultural protegido. O inventário se faz como ferramenta de perfil mais educativo do que punitivo.

2.1.2. Lei de Ocupação do Solo e Plano Diretor

Aliado aos processos de inventário, registro e tombamento no município de Ouro Preto, estão o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. A expansão urbana do município de Ouro Preto é cada vez maior. As ocupações irregulares se espalham de maneira descontrolada pelas montanhas e morros do município, representando, para as autoridades públicas, uma suposta ameaça à paisagem setecentista. Em Lavras Novas, esse fenômeno não é diferente. A expansão imobiliária motiva o desmatamento e a ocupação de áreas de encosta consideradas estratégicas para manter a qualidade dos recursos hídricos. Sabe-se que a ocupação irregular dos espaços públicos faz parte da realidade brasileira, sendo um drama que há muitos anos desafia as autoridades.

A rápida urbanização, a partir de meados do século XX, mudou a morfologia urbana das cidades brasileiras. As regiões periféricas das cidades foram ocupadas pelas classes sociais de menor renda, em consequência do fenômeno da especulação imobiliária e do processo de valorização das áreas urbanas centrais. Sabe-se que esse processo de modernização das cidades teve como efeito colateral a formação de espaços de segregação urbanística. Entende-se que a ocupação do solo em Ouro Preto não foi diferente. A urbanização impulsionou a ocupação de encostas e a formação de áreas de pobreza. A população de baixa renda pouco pode fazer frente à pressão imobiliária e ao descaso do poder público. Restam a essas pessoas ocupar áreas de risco e terrenos baldios carentes de infraestrutura urbana, compondo uma paisagem que se destaca frente ao patrimônio estipulado pelas agências regulatórias.

Pensando nessa premissa da paisagem como elemento cultural em constante transformação, fruto de uma disposição espacial das manifestações culturais, compreenderemos as dificuldades de se preservar de forma impositiva uma paisagem setecentista na atualidade, sem com isso cometer violência ou injustiça através de imposição cultural.

A paisagem em Lavras Novas é um elemento estratégico para os moradores que tiram seu sustento do turismo, e por isso sabe-se a importância de se manter a imagem de lugarejo de clima serrano, de ar bucólico, que guarda as características originais do período colonial. Essas características são fundamentais para despertar interesses nos turistas, mantendo a constância nas visitas.

A intensificação do turismo em Lavras Novas na década 1990 evidenciou, em parte da população, a oportunidade de se obter renda através do oferecimento de alimentação e hospedagem aos visitantes que apareciam na comunidade. A consolidação do turismo como atividade econômica motivou a construção de novas casas e pousadas para atender o crescente

aumento de visitantes¹⁵⁰. É fato que algumas das construções recentes não acompanhavam o estilo arquitetônico de origem colonial, representando mudanças no patrimônio cultural material de Lavras Novas, já discutidas anteriormente. Muitas mudanças podem ser observadas no núcleo urbano próximo da Capela Nossa Senhora dos Prazeres, que anteriormente à expansão do turismo possuía uma função residencial e atualmente se transformou na principal área comercial do Distrito.

Outra mudança ocorrida em Lavras Novas, motivada pelo turismo, já voltada à atuação pública, foi o calçamento da área central em 1994. O restante do Distrito só recebeu calçamento em 2006¹⁵¹. Atualmente é possível observar-se a presença de grandes construções sofisticadas, que se esforçam por se misturar às casas de estilo simples e ao ar bucólico da comunidade. O surgimento dessas edificações voltadas ao turista de maior renda é uma questão polêmica. Esses empreendimentos além de artificializar a paisagem, destoando drasticamente das construções locais, em alguns casos, restringem o acesso de elementos paisagísticos às pessoas que podem pagar.

Pensados para amenizar os efeitos da viabilização dos grandes empreendimentos em áreas de proteção, o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo foram propostos como ferramentas democráticas, pois preveem a participação social paritária na tomada de decisões e tentam conjugar preservação do patrimônio com desenvolvimento urbano através do envolvimento do COMPATRI. Em sua essência, essas ferramentas visam definir diretrizes claras e objetivas para organização da ocupação do terreno, visando à proteção da paisagem cultural eleita como “ouro-pretana” e refletindo sobre as conjunturas das variadas microrregiões distritais do município.

Sabe-se que, em alguns casos, a autorização para demolição e construção de estruturas urbanas no município de Ouro Preto depende de autorização do COMPATRI. Segundo o presidente do COMPATRI, Hugo Xavier Guarilha, na conversa que tivemos na 144ª reunião do COMPATRI, realizada em 4 de maio de 2016, a solicitação de alvará para realizar construções e reformas chega à Secretaria de Obras, que é o órgão responsável por analisar e aprovar os projetos propostos. Caso a obra tenha alguma relação com o patrimônio cultural ouro-pretano, o técnico responsável da Secretaria de Obras encaminhará a demanda para ser discutida no COMPATRI e aprovada pelo IPHAN. O próprio Plano Diretor de Ocupação já define as áreas passíveis de anuência pelo COMPATRI e o IPHAN.

¹⁵⁰ CORDEIRO, E. D. O turismo como fomentador da configuração espacial do município de Ouro Preto: o novo distrito de Lavras Novas. **Cultur - Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus, nº 02, p. 61-84, julho 2008. ISSN 02, p.68.

¹⁵¹ **Ibid.** p. 73.

Como Lavras Novas é um distrito bastante explorado pelo turismo e muito relacionado à questão do patrimônio cultural de Ouro Preto, possuindo um universo de 97 itens arquitetônicos urbanísticos inventariados, é comum que as solicitações de alvará para construção e alteração de imóveis na área urbana do município sejam enviadas para análise pelo COMPATRI. Cabe a este Conselho se posicionar, mediante votação dos seus membros, sobre a viabilidade das obras e alterações.

2.1.3. O COMPATRI e as atuações preservacionistas colegiadas

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural/COMPATRI, criado pela Lei Orgânica Municipal e regulamentado pela Lei Municipal de nº 64/2002, é definido como órgão colegiado de caráter permanente, com atribuições previstas na Lei nº 17/2002, voltado à preservação do patrimônio cultural material e imaterial, assim como o Patrimônio Natural do Município de Ouro Preto. O Conselho atua em diversas situações ora como consultivo, ora como deliberativo. O COMPATRI possui vinculação à Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, recebendo apoio técnico e administrativo da mesma, que garante o seu funcionamento.

Segundo o art. 2º da Lei 708/2011, o COMPATRI é formado paritariamente por 8 membros do Poder Público e 8 membros de entidades da sociedade civil. Os membros são indicados pelas instituições que representam, sendo posteriormente nomeados pelo chefe do Poder Executivo Municipal para mandato de dois anos, permitida uma recondução

Para ilustrar a atuação do COMPATRI na proteção do patrimônio cultural ouro-pretano e discutir melhor o processo de tombamento e registro no município de Ouro Preto, passamos a avaliar as ponderações feitas na 144ª reunião do COMPATRI, realizada em 4 de maio de 2016, na sede da Secretaria Municipal de Patrimônio em Ouro Preto, compreendendo com isso as particularidades do seu modelo de atuação, o que nos será útil quando pensarmos em sua atuação em Lavras Novas.

O entendimento das metodologias de preservação do patrimônio cultural em Lavras Novas, no que tange ao domínio do poder público, demandará a elucidação dos debates realizados na esfera do COMPATRI, dito como responsável por promover o processo de construção das políticas públicas e propostas governamentais referentes à preservação do patrimônio cultural de Lavras Novas.

A temática da reunião relevante para o nosso estudo passou-se pelas abordagens referentes à solicitação de salvaguarda das estradas setecentistas que ligam o palácio de Ouro Preto, atual Museu de Mineralogia, ao Palácio Governamental localizado no distrito de

Cachoeira do Campo. Essa demanda originou-se de uma denúncia realizada no Ministério Público, que posteriormente foi transformada pelo promotor do Ministério Público no Inquérito Civil de nº 0461.16000032-3, gerando amplo debate sobre a questão do tombamento.

Para tratar a questão da salvaguarda das estradas, foram convidados pelos membros do COMPATRI, para essa reunião, o professor Alex Boher, do Departamento de Tecnologia em Conservação e Restauro/Instituto Federal de Minas Gerais, e Fernanda dos Santos Silva, orientanda do professor Alex numa pesquisa sobre a “Salvaguarda das Estradas de Vila Rica à Cachoeira do Campo: Antigos Caminhos da Estrada de Dom Rodrigo José de Menezes”. O professor Alex inicia a sua fala contextualizando a pesquisa, esclarecendo que o território ao qual se refere o Inquérito Civil é uma estrada que liga Ouro Preto ao distrito de Cachoeira do Campo, passando pela parte alta da serra e dividindo as duas localidades.

O estudo apresentado pelos pesquisadores preconiza um inventário patrimonial das estradas, mapeando o terreno, identificando as estruturas de valor arqueológico, evidenciadas pelos muros de contenção e calçamentos do século XVIII. Além da relevância dos fatores arqueológicos, a pesquisa também versa sobre a junção da importância ambiental do território como uma construção de referência cultural, arquitetando-se uma discussão sobre o tema da paisagem cultural.

Segundo o professor, a estrada fica localizada na região do Chafariz Dom Rodrigo de Menezes, possui uma extensão total de 20km, sendo que 6km apresentam interesse arqueológico. A região estudada na verdade possui duas estradas: a mais antiga, com data de 1718, localizada na parte alta da serra, antecedendo a construção das grandes igrejas de Ouro Preto, e uma segunda estrada, que surgiu como alternativa à subida íngreme da estrada mais antiga, que em alguns momentos do ano ficava quase intransitável. A estrada localizada na parte mais baixa da serra possui registros com data de 1782. Quando somada à estrada mais antiga, representa a principal obra viária do século XVIII em Minas Gerais. O estudo topográfico da região das duas estradas identificou seis trechos de calçamento setecentista não muito longos, no esforço de propor trabalho preservacionista para as estruturas existentes ao longo da estrada antiga.

A pesquisa relata a importância estratégica das estradas para o distrito de Cachoeira do Campo, utilizadas intensamente até a década de 1970 para transporte de mercadorias e como rota alternativa para Ouro Preto. Atualmente, a estrada ainda é utilizada como passagem para cavaleiros. No geral, o grande problema que ameaça as estradas setecentistas do município de Ouro Preto é o uso pela prática do *motocross* ou trilha de moto. O tráfego das motos abre valas no calçamento antigo. O *motocross* é uma atividade muito comum em toda a região de Ouro

Preto. Em Lavras Novas, o *motocross* é regularmente praticado na Serra do Trovão e nas áreas próximas das cachoeiras e dos sítios naturais. Não há legislação que regulamente o esporte no município de Ouro Preto. O impacto ecológico proveniente da atividade é ignorado pelas autoridades e a população. A repercussão oriunda do dano em relação às estradas setecentistas surge como uma boa opção para refletir sobre o uso do patrimônio natural na Serra do Trovão, em Lavras Novas.

No caso estudado, além da ameaça das motos, ainda existe o interesse mineralógico na região. Houve realização de sondagens que apresentaram grandes quantidades de minério de ferro e ouro em grandes profundidades. Os conselheiros do COMPATRI confirmam o fato, dizendo que em data passada o COMPATRI foi demandado em relação a uma solicitação de autorização para realização de sondagens na região das estradas. João Paulo¹⁵² esclarece que autorizar ou não o estudo de viabilidade não é função do COMPATRI. Ao Conselho compete estar ciente da realização das sondagens, acompanhando sua execução no que tange à preservação do patrimônio. A autorização cabe aos órgãos responsáveis por normatizar e fiscalizar as questões ambientais referentes à exploração de minério. Vistas as ameaças, a proposta do estudo apresentado pelos pesquisadores é trazer a questão para o COMPATRI, discutindo-se a construção de estratégias de salvaguarda para a estrada.

Apesar de o COMPATRI atuar basicamente com tombamento e registro, no que se refere a ferramentas de defesa do patrimônio, não foi unanimidade na reunião que o tombamento das estradas será a forma mais adequada de proteção para esse caso específico. Para o COMPATRI, o processo de tombamento deve estar alicerçado nos interesses populares. Segundo informações provenientes do parecer de tombamento da Capela de Sant'Ana em Lavras Novas, expedido pela Secretaria de Patrimônio, o tombamento é o reconhecimento por parte das agências regulamentadoras da relevância social de um bem material ou imaterial adorado pela população. Entende-se que quanto maior a estima pelo bem maior será a eficácia preservacionista do processo de tombamento.

Na reunião, foram exibidas fotos das diversas estruturas existentes no trecho estudado (muro de contenção, calçamento, reservatórios de água). Nas fotos, são visíveis os estragos oriundos do *motocross*. Ao longo da estrada, é possível identificar muitos pontos com desmoronamento e valas proveniente do atrito dos pneus das motos.

Dentre as duas ameaças identificadas pela pesquisa, o uso das estradas pelo *motocross* foi eleito a ameaça mais devastadora. O calçamento setecentista não suporta o tráfego das

¹⁵² João Paulo é um historiador funcionário da Secretaria de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto, membro do COMPATRI, representa o poder público Municipal.

motos. O grupo salienta que talvez os praticantes do *motocross* não possuam o conhecimento da importância histórica das estruturas presentes na estrada, apontando para a instalação de placas ou correntes de proteção como forma de alertar os motoqueiros sobre a necessidade de se preservarem as estruturas arqueológicas.

Os praticantes de *motocross* geralmente se organizam por meio de realização de eventos. Outra estratégia colocada pelo grupo seria comparecer a esses eventos de *motocross* buscando o diálogo e informando os participantes da importância histórica das estradas e das estruturas ali existentes. Nas ações oriundas do COMPATRI, a sugestão do diálogo com os atores envolvidos é ponto de destaque das discussões.

As estradas estão localizadas em uma região próxima do Chafariz de Dom Rodrigo de Menezes, tombado pelo poder público municipal via COMPATRI. A alteração do decreto de tombamento do Chafariz, expandindo a sua área de alcance, de modo a englobar as estradas, seria uma alternativa de salvaguarda. O grupo enfatizou que o tombamento como tática de salvaguarda isolada não resolveria a questão do *motocross*, considerando a dificuldade de fiscalização na região onde se encontram as estradas e as estruturas. Pelas colocações feitas pelos membros do COMPATRI, compreende-se que o envolvimento social é importante para a eficiência do tombamento como estratégia de salvaguarda, seguindo o ocorrido no distrito de Lavras Novas com a Capela de Sant'Ana.

O tombamento foi considerado uma opção somente no caso das ameaças provenientes das atividades mineradoras, pois impediria qualquer atuação que descaracterizasse a paisagem. Pensando na eficácia do processo de tombamento na responsabilização jurídica das pessoas que por ventura vierem a causar danos às estruturas tombadas, a possibilidade de se fazer um tombamento provisório somente das estruturas arqueológicas que surgem ao longo das estradas é cotada pelos membros do COMPATRI como uma das estratégias de salvaguarda.

Mesmo que estabelecido de maneira provisória, as instruções normativas exigem a execução de estudo arqueológico para que se efetive o tombamento do bem. O pré-tombamento depende de uma perspectiva efetiva de tombamento no futuro. Em ocasiões específicas, regiões turísticas, como Lavras Novas, precisam de diretrizes coercitivas no que se refere à preservação dos monumentos e dos sítios naturais. Acredita-se que muitas vezes interações discricionárias tendem a caminhar por alternativas dramáticas em relação à preservação do patrimônio cultural.

A instalação de placas, correntes e estruturas de contenção nos trechos onde existem estruturas de interesse histórico foi apontada pelos membros do Conselho como saída para impedir o tráfego de motos sobre o calçamento histórico. Sabe-se que grande parte dessas

estradas já foi descaracterizada pelo “patrolamento” e que o foco nos pontos onde ainda há estruturas facilitaria a gestão do patrimônio. Os membros do Conselho entendem que as placas e as correntes como estratégias isoladas não irão garantir o manejo do patrimônio. A gestão dos monumentos depende da participação social.

Sabe-se que as estradas setecentistas são utilizadas pela população local para transitar a cavalo. Na visão do COMPATRI, o tráfego de cavalos é legítimo, não sendo prejudicial para o calçamento existente. As estratégias preservacionistas sustentáveis não devem impedir completamente o uso dos monumentos por parte da comunidade, mas sim encontrar o equilíbrio entre preservação e uso. Se fosse limitar a passagem, teria que ser por um método que proibisse somente a passagem de motos. Por esse motivo, a implantação das correntes não foi uma opção unânime. A responsabilização jurídica em caso de dano é uma questão necessária, sendo uma estratégia a se pensar.

Outra proposta levantada pelos pesquisadores foi a extensão dos limites do Parque Municipal do Morro da Queimada ou do Parque Estadual das Andorinhas englobando a região da estrada, criando-se um monumento natural e proibindo-se assim o seu uso pela prática do esporte na modalidade *motocross*. Os conselheiros reforçaram a proposta de diálogo com os grupos que praticam o esporte na região, dizendo que o tombamento é uma experiência interessante, mas de forma isolada não garantirá a salvaguarda dos itens.

Os conselheiros lembraram-se do projeto de criação do Jardim Botânico Municipal como possível estratégia de salvaguarda. O projeto está em curso e pode englobar o território da estrada. O Jardim Botânico viabilizaria toda a região como área de pesquisa das ciências biológicas, da arqueologia e da história, ocupando essa localidade com projetos de extensão e de uso turístico, substituindo o uso do *motocross* por atividade mais adequada à preservação do patrimônio cultural. Apesar de estratégia preservacionista de sistematização mais complexa, o Jardim Botânico seria uma saída considerada mais equilibrada, pensando-se na viabilização dos usos e na defesa da paisagem cultural. Segundo os membros do COMPATRI, monumentalizar um território traz a possibilidade de se pensarem os espaços de maneira conjunta, definindo-se usos mais dinâmicos.

Como medida protetiva inicial, o Conselho propôs uma conversa entre o COMPATRI e os praticantes de *motocross*, mediada pelo poder público municipal, representado pela figura da Secretaria de Patrimônio ou Secretaria de Turismo. A conversa deveria ser feita num tom amigável, visando criar uma parceria entre os praticantes do esporte e o COMPATRI e propondo um discurso em prol da fiscalização e da preservação das estradas. Os integrantes do COMPATRI lembraram que a Secretaria de Turismo talvez tenha o contato com os grupos que

realizam eventos de *motocross*. O diálogo com os atores envolvidos é a base de atuação das políticas preservacionistas ouro-pretanas.

O grupo concluiu que abrir um novo processo de tombamento seria um procedimento demorado, em virtude da longa fila de espera para realização dos estudos que comprovariam a relevância histórica e arquitetônica das estruturas a serem tombadas em Ouro Preto. Atualmente, as análises presentes nos processos de tombamento são elaboradas através da contratação de empresas especializadas na área.

O diálogo com os grupos praticantes de *motocross* e o tombamento provisório das estruturas existentes na região das duas estradas, aliados à definição de diretrizes preservacionistas, serão fundamentais na questão da preservação das estruturas, integrando a importância social e o fator humano com os dramas da preservação e da relevância arquitetônica. A normatização dos usos permitirá à população desfrutar do uso da paisagem e ao mesmo tempo preservar as estruturas setecentistas que fazem parte do seu cotidiano.

Essas diretrizes relativas aos usos são fundamentais para preservação de bens localizados em áreas de grande interesse turístico e volume de visitas, como a Capela de Sant'Ana, em Lavras Novas. O COMPATRI deve mediar o processo de construção de usos sustentáveis para os monumentos. A associação entre monumento, moradores locais e visitantes deve ser pensada e dimensionada pelo poder público, antes do processo de definição dos usos sustentáveis possíveis para o patrimônio local.

O discurso do COMPATRI, de conjugar diversas estratégias de preservação do patrimônio cultural, deve ser visto como uma sofisticação das perspectivas de atuação, associada à gestão das múltiplas variáveis presentes nos processos de preservação do patrimônio cultural. Esse discurso está em concordância com a modernização da sociedade, que cada vez mais estende a sua noção de patrimônio, reivindicando o reconhecimento dos diversificados referenciais culturais imputados com a modernidade. Localidades como Lavras Novas, que possuem muito contato com o turismo, estão mais expostas à modernização das relações sociais, vistas as combinações culturais provenientes da convivência entre indivíduos de diferentes grupos sociais.

A viabilidade do debate construído de forma dinâmica no COMPATRI passa pela interdisciplinaridade da sua composição e pela paridade na participação das diversificadas representatividades que formam o Conselho.

A concepção de estratégias por meio de planejamento inclusivo e motivador, que incentive a participação equilibrada da sociedade, pode ser entendida como um amadurecimento institucional, em proveito da proteção do patrimônio cultural. Com base no

que foi discutido no Conselho, se hipoteticamente a sua composição não estivesse alinhada com a construção social ouro-pretana, formar-se-ia uma situação no mínimo complicada.

A valorização dos conjuntos históricos como incorporadores de referências culturais diversificadas, do ponto de vista do poder público, só se tornou viável através das transformações nos meios de se avaliar e eleger as referências patrimoniais. As decisões discutidas no COMPATRI compactuam com a adoção de um perfil de atuação pluralista, que tende a enaltecer a diversidade ambiental, as divergências culturais, de modo a pensar a inclusão social dos cidadãos e a convivência equilibrada entre o homem e o meio ambiente, harmonizando o esporte e a preservação do patrimônio histórico e cultural.

No caso das estradas que ligam Ouro Preto a Cachoeira do Campo e do conjunto arquitetônico de Lavras Novas, as alegações e problemáticas ligadas à preservação do patrimônio são as mesmas. Lavras Novas sofre com a invasão de veículo e o tráfego intenso próximo de estruturas de grande valor arquitetônico. A pouca informação disponível aos turistas perpetua o desconhecimento em relação ao viés cultural das construções e de todo conjunto arquitetônico existente. Sabe-se da necessidade de se preservar o patrimônio conjugando sua importância cultural e econômica para o Distrito, equilibrando as diversas apropriações. As estratégias devem considerar as diversas variáveis como: “o trânsito inevitável” e zelar pela manutenção das estruturas, abordando com um apelo educativo as questões ambientais que tratam o uso e a apropriação das paisagens culturais naturais.

A proteção dos monumentos traz implícito o fomento da recuperação das áreas degradadas por diversos fatores. O processo de preservação do patrimônio cultural chega a ser tão dinâmico que o apelo implícito das estratégias mostra-se tão importante quanto o seu objetivo principal.

2.1.4. A educação patrimonial fortalecendo os laços entre o poder público e a população local

Em Lavras Novas, os dilemas versam sobre uma interseção entre políticas públicas, desenvolvimento econômico e inclusão social. É necessário um esforço coletivo das lideranças locais em prol de incorporar valores socioculturais, caminhando para a amortização da degradação do meio ambiente e dos bens culturais, da especulação imobiliária e da homogeneização cultural, que descaracterizam o patrimônio. Sabe-se que, em longo prazo, esses fenômenos são indiretamente responsáveis pelo desaparecimento da cultura local em face de uma incorporação por uma cultura transacional. Em alguns casos, resta apenas o sentimento de nostalgia utilizado como combustível na idealização dos processos preservacionistas. Esse

sentimento nostálgico pode resultar no surgimento de ideologias patrimoniais diversas, como as nacionalistas, românticas e localistas, comuns nos contextos do *marketing* cultural.

A gestão patrimonial entra nesse contexto pensando as pluralidades culturais que resultaram do alargamento do conceito de patrimônio cultural, pontuando as mudanças sociais e ambientais sem mascarar as diferenças de interesses entre os grupos sociais. Interesses políticos ou sociais possivelmente estarão presentes nos discursos, e esse fato deve ser dimensionado e visto com naturalidade, aproximando as estratégias e políticas públicas da realidade dos grupos sociais. Em Lavras Novas, não é diferente: o conflito mostra-se presente no campo das relações entre os grupos que defendem a exploração turística do Distrito e os moradores que são contra o desenvolvimento estritamente focado na exploração turística do conjunto arquitetônico.

Refletindo em relação ao discurso dos membros do COMPATRI sobre questões relativas ao patrimônio, entende-se que o poder público deve enxergar a população como agente nos processos de preservação históricos e culturais. Esse modelo de intervenção será capaz de motivar a transformação de grupos que ameaçam o patrimônio em agentes preservacionistas. Dentro dessa ótica, os grupos devem ser percebidos como formadores de cultura e capazes de assimilar outros focos culturais, sobrevivendo à evolução tecnológica dos meios de comunicação e da própria sociedade.

É nessa linha de atuação que o COMPATRI buscou sustentação para arquitetar as estratégias que priorizam o diálogo com os grupos praticantes de *motocross* do exemplo citado. As pessoas e os grupos sociais são o “legado vivo” da história. Não há como visualizar soluções relativas à preservação do patrimônio sem combinar as diversas variáveis que tangenciam a vivência dos grupos. A relação entre patrimônio e educação pode ser capaz de melhorar a convivência coletiva dos indivíduos e a existência de um patrimônio visto como coletivo.

Políticas públicas e ensino sistemático, através da educação patrimonial, se somam quando pensados de um mesmo prisma. Em Lavras Novas, não são muitos os exemplos de campanhas educativas que configuram objetivos como novas formas de manejo relativas à preservação do patrimônio cultural.

No caso discutido no COMPATRI, o próprio bem patrimonial pode ser percebido como estratégia educativa. A busca por novos usos e a gestão adequada das áreas e dos bens protegidos poderão fomentar diversas reflexões em relação ao significado coletivo e plural da história. Os estudos das determinantes do processo de preservação devem dimensionar o papel

dos atores envolvidos e das organizações sociais que possam, em nome do coletivo, trazer uma perspectiva ancorada em pressupostos sustentáveis.

As estratégias preservacionistas precisam ser pensadas para abranger a pesquisa, o registro e as diversas abordagens dos bens culturais no campo da memória e da diversidade cultural. A valorização das referências culturais aumenta ao passo em que os indivíduos sentem-se mais integrados com o seu entorno¹⁵³. O conhecimento, associado à apropriação dos bens culturais pelos grupos sociais, pode contribuir para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, estimulando o exercício da cidadania.

Segundo Sandra Pelegrini, não há lugar definido para abordagens referentes à educação patrimonial¹⁵⁴. O tema pode ser discutido na escola, na política, na rua ou no campo, aproveitando os lugares que transmitem a ideia do coletivo e carecem de preservação patrimonial. Em Lavras Novas podemos conectar o turismo a educação patrimonial através da veiculação da informação. Dentro dessa perspectiva a proposta do QR Code pode ser vista como uma estratégia voltada a educação patrimonial.

É interessante que o “saber patrimonial” seja estruturado junto ao público mais jovem, nas escolas, propagando a aceção da proteção patrimonial cultural e incentivando os alunos a figurarem como agentes preservacionistas no ambiente em que vivem. O patrimônio visto como cultural servirá como fonte primária de conhecimento, fortalecendo diversos paradigmas que devem estar alinhados com a consciência social local. Uma alternativa dinâmica para interação dos alunos com a educação patrimonial seria a visita dos monumentos e a construção de pequenos textos que poderiam ser postados em redes junto a fotos dos monumentos. Essa atividade forçaria a participação e a reflexão dos alunos quanto as referências culturais dos monumentos e ainda serviria como informação ao público.

Em Lavras Novas, a comunidade é a protagonista no processo de construção do conhecimento, intervindo no seu meio cultural de maneira equilibrada e conjugando as memórias do seu passado, refletidas nos aspectos culturais da atualidade. Monumentos, valores, costumes, hábitos e tradições se misturam com a dinâmica da vida moderna. Essa intercessão entre o presente e o passado possibilita a troca de conhecimento, fomentando um processo contínuo de enriquecimento social e uma possível construção de novos segmentos culturais¹⁵⁵.

¹⁵³ PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: o desafio das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, p. 27, Janeiro 2006. ISSN 0102-0188.

¹⁵⁴ **Ibidem**

¹⁵⁵ CORDEIRO, E. D. O turismo como fomentador da configuração espacial do município de Ouro Preto: o novo distrito de Lavras Novas. **Cultur - Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus, nº 02, p. 61-84, julho 2008. ISSN 02, p. 70.

Nessa reflexão entende-se que a função da Educação Patrimonial é expor os questionamentos entre os segmentos sociais, canalizando as energias para uma integração das várias camadas sociais, na construção de um patrimônio coletivo que entenda a diversidade de memórias como um ponto positivo no seu processo de construção, fortalecendo com isso o papel do cidadão. O emprego da educação patrimonial motiva a idealização cultural participativa, possibilitando “formação e informação” e trazendo a reflexão sobre cidadania, que de maneira indireta leva as políticas de preservação do patrimônio e as construções históricas ao crivo de sua aceção coletiva e plural¹⁵⁶. Nessa linha de pensamento, a Educação Patrimonial fornece os elementos fundamentais para que a população perceba o seu espaço cultural: valorização pressupõe conhecimento.

O diálogo proposto pelo COMPATRI como estratégia de salvaguarda das estradas setecentistas, quando visto como um reforço à apropriação responsável do Patrimônio Cultural pela comunidade, pode ser entendido como uma aplicação prática dos conceitos de Educação Patrimonial. Talvez seja nesse viés que desponte o turismo cultural como elemento motivador do resgate do contexto histórico das estruturas arquitetônicas presentes nas comunidades, a fim de transmiti-lo aos turistas. Entende-se que o turismo cultural demanda, como produto principal, o legado histórico do homem nas diferentes épocas, sintetizado através do patrimônio cultural.¹⁵⁷

2.1.5. Turismo Cultural e a Gestão Pública ouro-pretana

Sabe-se que o planejamento e o controle permanente das atividades turísticas, através de intervenções conscientes e profissionais, serão pontos estratégicos para que o turismo e o patrimônio possam ter uma relação saudável em distritos, como Lavras Novas, onde exista forte interesse turístico¹⁵⁸. Limites devem ser definidos, a fim de propor usos turísticos que não afetem a integridade do bem patrimonial.

No turismo cultural, a motivação central dos visitantes está relacionada com a busca pelo conhecimento que satisfaça as suas curiosidades em relação ao modo de vida dos outros indivíduos¹⁵⁹. É nesse contexto que se destacam comunidades de origem setecentistas, como Lavras Novas. O turismo cultural pode ser entendido como parte de uma experiência social, que pressupõe a existência de relações das mais variadas intensidades. Endente-se que nessas

¹⁵⁶ PELEGRINI, S. C. A. **op. cit. p. loc. cit.**

¹⁵⁷ BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 7ª edição, São Paulo: SENAC, 2007, p. 422.

¹⁵⁸ BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planejamento**. Campinas: Paribus, 2001, p.75.

¹⁵⁹ IRVING, M. D. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, p. 151.

relações o ser humano busca conhecer a si mesmo e o mundo que o rodeia, através da descoberta de heranças culturais e particularidades das paisagens¹⁶⁰.

Entende-se que em Lavras Novas a falta de planejamento das atividades turísticas, combinada com a crescente presença de visitantes, atraídos pela beleza da paisagem, tranquilidade, representatividade histórica e cultural do seu conjunto arquitetônico, resulta em diversas formas de impactos ambientais¹⁶¹. Sabe-se que na atualidade a renda do turismo é muito importante, chegando ao ponto de motivar moradores nativos a alugarem suas próprias casas ou cômodos anexos para os visitantes que surgem no Distrito.

Lavras Novas, apesar de ser uma comunidade de importância história e origem setecentista, só foi reconhecida como distrito em 14 de outubro de 2005 pela Lei Municipal nº 117. Talvez essa iniciativa legalista, acompanhada pelo tombamento em nível municipal da Capela da Chapada, possa ser considerada como a primeira tentativa de intervenção preservacionista de atuação direta do poder público em Lavras Novas, que posteriormente foi seguida pelo inventário municipal, realizado em 2014 pela Secretaria Municipal de Cultural e Patrimônio com assistência do COMPATRI.

O projeto de lei consagrou a comunidade com o *status* de distrito, redefinindo e especificando as suas novas divisas interdistritais, elencando-a como parte estratégica do município de Ouro Preto. Nesse momento Lavras Novas passa a ocupar uma posição de destaque dentro dos planos estratégicos municipais. Possivelmente esse novo arranjo espacial no território ouro-pretano, premiando Lavras Novas com o status de distrito, motivou-se exclusivamente por influência do crescimento do turismo na comunidade.¹⁶² A expansão do turismo cultural e principalmente das práticas turísticas voltadas ao ecoturismo e ao contato com a natureza atraiu o olhar do poder público municipal, que idealizava estratégias pontuais para tornar o novo distrito ainda mais conhecido.¹⁶³

Pensando no momento em que Lavras Novas foi elevada à condição de distrito, entendemos que um dos objetivos do poder público era agregar mais valor mercadológico à imagem da comunidade, ampliando a percepção de Lavras Novas como produto turístico, não se preocupando com a sustentabilidade das estratégias de fomento ao consumo e difusão mercadológica da imagem do distrito¹⁶⁴.

¹⁶⁰ **Ibid.** p. 155.

¹⁶¹ CORDEIRO, E. D. O turismo como fomentador da configuração espacial do município de Ouro Preto: o novo distrito de Lavras Novas. **Cultur - Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus, nº 02, p. 61-84, julho 2008. ISSN 02. p.63

¹⁶² CORDEIRO, E. D, **op. cit.** p. 63

¹⁶³ **Ibidem.**

¹⁶⁴ **Ibid.** p. 65.

Érika Dias Cordeiro aponta uma possível inversão nas etapas do planejamento turístico, criticando a falta de visão holística do poder público. A falha é percebida quando, ao invés de a gestão municipal focar os seus esforços em estruturar o Distrito para atender com qualidade a demanda dos turistas, ela se preocupa apenas em disseminar a imagem do Distrito como opção de destino turístico. Não adianta criar uma imagem promocional atrativa aos turistas e não oferecer condições básicas para recebê-los com qualidade no Distrito.

A elevação de Lavras Novas à condição de Distrito pressupunha, do ponto de vista da gestão eficiente, a agregação de um novo modelo de gestão patrimonial-turístico, e não somente campanhas de *marketing* voltadas para fomentar a mercantilização do patrimônio cultural do recém-criado Distrito. Nesse momento, uma atuação do poder público, muito centralizada em potencializar elementos econômicos, caminhava para construir resultados negativos para os moradores do Distrito, que verão o seu espaço tomado por visitantes em busca de diversão e sofrerão os impactos dessa ocupação descontrolada.

O Plano Municipal de Turismo, construído pela Secretaria Municipal de Turismo, previa a diversificação das opções turísticas ouro-pretanas, através do fortalecimento e da divulgação dos atrativos turísticos das localidades satélites, como Lavras Novas. Essa iniciativa de maximizar o *mix* de atrativos foi pensada para resolver o problema da baixa permanência dos turistas em Ouro Preto, apontada como ameaça em diagnóstico realizado pela Secretaria de Patrimônio¹⁶⁵. A expectativa era que o turista ficasse por mais tempo em Ouro Preto desfrutando de atrativos regionais. Os gestores públicos acreditavam que as opções e atrativos turísticos mais populares de Ouro Preto estavam muito aglomerados no Centro Histórico.

Essa estratégica da Secretaria de Turismo, apesar de possuir potencial para alcançar o objetivo de aumentar o tempo de permanência do turista na cidade, expôs muito distritos, como Lavras Novas, preparados ou não no que tange à infraestrutura, aos impactos do turismo predatório. O poder público, na tentativa de resolver uma questão pontual, aumentando a permanência do turista em Ouro Preto, corre o risco de gerar um problema ainda maior nos distritos. Nesses processos de definição de estratégias, a visão sistêmica é um ponto fundamental para sincronia das ações, garantindo a sustentabilidade nos objetivos alcançados.

O município e seus distritos devem ser pensados como um sistema onde o todo é maior que a simples soma das partes. O conhecimento das forças atuantes no sistema permite ao poder público propor ações mais eficazes¹⁶⁶. Em uma análise do tipo sistêmica, provavelmente a Secretaria de Turismo perceberia as implicações existentes nas tentativas de fomentar a

¹⁶⁵ CORDEIRO, E. D. *op. cit.* p. 65

¹⁶⁶ *Ibidem.*

qualquer custo a permanência dos turistas em Ouro Preto e os impactos dessa estratégia para distritos como Lavras Novas.

A visão da Secretaria de Turismo, concretizada no Plano Municipal de Turismo, enxerga o sistema turístico como uma rede de relações entre diversos polos atrativos e os territórios satélites, onde a junção dos encantos locais maximiza o desenvolvimento do turismo regional, dando um sentido comum aos espaços turísticos ouro-pretanos. Nessa perspectiva, a visão global só foi utilizada no intuito de dimensionar e somar atrativos turísticos que possam ser divulgados como opção de lazer e negócios, otimizando a arrecadação de recursos ao município.

Como atividade econômica consumidora de elementos culturais e espaciais, o turismo representa atualmente, para Lavras Novas, um elemento de transformação da realidade espacial local, visto que o Distrito possui os predicados paisagísticos e culturais atraentes para os turistas¹⁶⁷.

Todavia a carência de políticas públicas eficazes na dinamização dos espaços públicos e na proteção das referências culturais, aliada à desarticulação entre a sede e os distritos, é fator norteador dos principais dilemas do desenvolvimento do turismo e da relevância de Lavras Novas como referência no planejamento turístico ouro-pretano. O difícil acesso ao distrito de Lavras Novas complica ainda mais a disponibilização de recursos para atendimento dos turistas.

Ao COMPATRI cabe a missão de motivar o diálogo entre os diversos atores sociais, no sentido de construir estratégias que levem a dinamização dos espaços turísticos no que se refere à proteção do patrimônio cultural local e das heranças culturais do distrito. Apesar do trabalho do COMPATRI estar muito focado em questões onde existam ameaças declaradas à preservação do patrimônio histórico e cultural, a multidisciplinaridade do Conselho poderá auxiliar em situações relacionadas ao turismo, motivando a construção de um discurso mediado entre várias ciências, que se sobrepõem numa concepção dinâmica do patrimônio cultural e dos espaços turísticos.

É pensando na dinamicidade e legitimidade das ações referentes à preservação do patrimônio que a Secretaria do Patrimônio e o COMPATRI trabalham para dar destaque a iniciativas populares de preservação do patrimônio cultural nas localidades ouro-pretanas.

¹⁶⁷ CORDEIRO, E. D. **op. cit.** p. 65.

2.1.6. A proposta preservacionista: O tombamento da Capela da Chapada

Refletindo sobre a atuação do poder público municipal no contexto do tombamento, vemos o processo de tombamento da Capela de Sant'Ana da Chapada, que, segundo o parecer técnico do processo, foi provavelmente edificada durante o século XVIII e consiste num dos principais símbolos culturais do distrito de Lavras Novas.

Na verdade, a capela fica posicionada numa localidade pertencente ao distrito de Lavras Novas, chamada de “Chapada”. Segundo os estudos referentes ao processo de tombamento, a Capela funcionou como um núcleo aglutinador nos primórdios da busca pelo ouro na região. O local sagrado representava o ponto escolhido pelos desbravadores para se estabelecerem pelo menos de maneira provisória.

Nessa perspectiva, a ermida de Sant'Ana, localizada na Chapada, era um importante ponto de referência, visto que a padroeira da Capela era idolatrada tanto pelos desbravadores que passavam pela localidade quanto pelos moradores dos arredores da Capela.

A importância da Capela é reafirmada pela significativa reforma em 1883, que na prática resultou numa suposta ampliação em comparação com a Capela primitiva¹⁶⁸. Destaque para a cooperação social em prol da mobilização de esforços empenhados na tarefa de se transformar uma simples ermida num templo digno para a adorada padroeira Sant'Ana.

Segundo a Secretaria de Patrimônio, via parecer técnico, são patentes os esforços da população da Chapada para que a obra seja edificada. O parecer técnico chama atenção para esse fato, relatando a existência de campanha para arrecadação de fundos com o objetivo de viabilizar a reforma da Capela. Segundo o documento, nem mesmo a crise econômica que assolou a região mineradora durante o século XIX impediu a realização do empreendimento. Muitos trabalhadores devotos da Santa ofereceram-se para contribuir gratuitamente com a sua mão de obra, alguns fazendeiros cederam material, como pedras e madeiras, e o Governo Provincial participou com a cessão de parte dos recursos financeiros.

Segundo o parecer técnico, que se baseou em documentos produzidos em 2 maio de 1883 por Manoel Ferreira Guimarães - tesoureiro e presidente da obra -, destaca-se também a participação estratégica dos escravos na construção da Capela. Essa participação contribuiu para diversidade arquitetônica da obra, através do emprego de técnicas africanas, desconhecidas até então e diferentes do padrão europeu de construção. A presença de influência

¹⁶⁸ Informações retiradas do parecer técnico sobre o processo de tombamento da Capela de Sant'Ana. O parecer será colocado na íntegra nos anexos do trabalho.

da cultura africana e os traços religiosos dos negros, segundo o parecer técnico, reforçaram a questão da legitimidade perante a sociedade predominantemente negra de Lavras Novas, fortificando a Capela de Sant'Ana como símbolo local.

Ainda segundo o parecer técnico, durante o século XX, a Capela foi muito frequentada pelos habitantes do Distrito, que a utilizavam para batizados, casamentos, missas e orações. Além das cerimônias usuais, nos arredores da Capela de Sant'Ana ainda aconteciam diversas festividades, que conferiam uma personalidade diferenciada para o local, arquitetando um ar profano para o largo da igreja, sugerindo para a Capela de Sant'Ana uma junção entre o sacro e o mundano. Muitas desses eventos ainda acontecem nos arredores dos monumentos e são classificados no inventário municipal como patrimônio imaterial. A reforma da Capela de Sant'Ana trouxe uma ressignificação para o monumento, que o elevou como símbolo social e como suporte memorialístico local¹⁶⁹.

Segundo o parecer técnico, no que se refere às características arquitetônicas, a Capela se destaca por sua proporcionalidade e volumetria, pela presença de uma torre sineira deslocada do edifício principal e por representar uma figura articuladora num espaço urbano único, que acomoda diferentes maneiras de se perceber e viver o pensamento coletivo.

Na visão da Secretaria de Patrimônio, mesmo considerando diversas alterações em tempos distintos, a Capela não perdeu o seu valor identitário perante a comunidade, conectando os moradores ao Distrito. A Capela não se limita aos sentimentos religiosos, ela tem o poder de evocar características do cotidiano da comunidade, ligando-se de maneira orgânica ao dinamismo da comunidade.

O parecer técnico concluiu que a Capela é um monumento singular e que a importância de se preservar esse monumento justifica-se pela inserção do mesmo enquanto extrato das muitas histórias chapadenses, reconstruindo um quadro que começa nos primórdios da colonização e na fundação do povoado, passando pelas lutas para construir uma Capela definitiva, agregando os mais variados usos democráticos para os seus arredores. Entende-se que a Capela é um instrumento de comunicação que conseguiu dar vozes aos mais variados sujeitos anônimos que formam o cotidiano da comunidade. Os historiadores responsáveis por emitir o parecer técnico de tombamento afirmam que o monumento representa a historicidade do viver da comunidade, evocando sentidos além dos literais e que se transformam com o passar do tempo, refletindo no presente um passado ainda muito vivo. Isto reforça a afirmação de que o patrimônio não se restringe às expressões “mortas” da cultura de um povo, tais como

¹⁶⁹ Informações provenientes de entendimentos referentes à leitura do parecer técnico sobre o processo de tombamento da Capela de Sant'Ana.

conjuntos arquitetônicos antigos, mas sim uma interseção entre o passado e o presente. As políticas públicas devem adaptar-se a buscar soluções preservacionistas para além do que foi produzido no passado, conectando-se aos usos e necessidades contemporâneas das sociedades às quais os monumentos pertencem.

Pensando na atuação do poder público via Secretaria do Patrimônio e COMPATRI, percebemos uma tendência renovadora, que amplia as visões no campo do patrimônio. No processo de tombamento da Capela de Sant’Ana, a cultura popular e a participação social são pontos vistos como estratégicos para o legado histórico e cultural do monumento.

Essas tendências de renovação das estratégias preservacionistas tendem a migrar de uma visão chamada por Canclini de “tradicionalismo substancialista”, onde bens possuem valor declarado e são preservados pela importância que têm em si mesmos, independentemente do seu uso social, para uma relação “participacionista”, que entende a conservação do patrimônio levando em consideração os desejos e necessidades da sociedade como um todo.

A visão “participacionista” evidencia-se por não enxergar somente os bens patrimoniais ditos como tradicionais, trazendo à tona monumentos e elementos historicamente relevantes para o contexto social local¹⁷⁰. As mudanças nas políticas públicas são motivadas pelas transformações sofridas principalmente por modelos sociais nos modos de circulação e distribuição da cultura. A tecnologia ligada aos meios de comunicação expandiu as formas de acesso aos bens culturais, democratizando cada vez mais as relações e aproximando mundos anteriormente distantes.

A atuação do COMPATRI, no caso do tombamento da Capela, nasce do conceito contemporâneo de política cultural, descrita por Calabre como a soma de ações pensadas e executadas de maneira articulada pelos poderes públicos, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários dentro da área de desenvolvimento do simbolismo, pensando em satisfazer as necessidades culturais do conjunto social¹⁷¹.

Os processos de tombamento conduzidos pelo COMPATRI não cabem numa visão estatista centralizada, onde todas as ações voltadas ao desenvolvimento das práticas preservacionistas convergem para um perfil impositivo. O próprio modelo de formação multidisciplinar e paritário do COMPATRI inibe esse paradigma, motivando uma visão contemporânea, onde as decisões colegiadas são pensadas entre os diversos setores que compõem a sociedade.

¹⁷⁰ CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico** - IPHAN, Rio de Janeiro, v. 23, 1994. p.15.

¹⁷¹ CALABRE, L. **Políticas Culturais no Brasil dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 12.

O processo de tombamento como estratégia preservacionista, no caso da Capela de Sant'Ana, já extrapolou a ótica legalista de preservação, que tende somente a evitar que determinado indivíduo realize alterações ou destrua os monumentos, eliminando vestígios históricos e paisagísticos. O tombamento está mais no sentido de prestigiar a comunidade, reconhecendo seu valor para o conjunto arquitetônico e cultural ouro-pretano.

A Capela Sant'Ana, como monumento, é um suporte de memória com várias facetas, trazendo identidade, pertencimento e fé aos moradores de Lavras Novas e da localidade da Chapada. Para os visitantes, a Capela é alvo de admiração histórica, visto o seu papel memorialístico no que se refere à colonização mineira, e artística, por possuir obras de arte importantes, dentre elas uma imagem de Sant'Ana feita pelo mestre Aleijadinho.

A visão “monumentalista conservacionista”¹⁷², que difunde um sentido nacionalista aos processos de proteção do patrimônio cultural, atua no fomento da preservação de bens patrimoniais que exaltem imaginários da nacionalidade, na tentativa de criar símbolos de coesão e grandeza nacional, que na atualidade perde espaço frente ao pressuposto de que os diversos grupos sociais se apropriam de maneiras diferentes das heranças culturais do ambiente. Nesse sentido, o patrimônio deixa de ser visto como um elemento de coesão nacional, passando a produto das diferenças entre os mais variados grupos sociais.

As múltiplas visões e apropriações sobre o patrimônio são os desafios encontrados pelas políticas preservacionistas. Voltamos a destacar a importância dos processos com decisões colegiadas, que estimulem a participação da sociedade, do Estado e do setor privado, pensando numa expansão das políticas patrimoniais para além do que foi definido no passado, buscando um equilíbrio nas disputas sociais, políticas e simbólicas.

2.2. A atuação dos grupos formais na gestão do patrimônio em Lavras Novas: lideranças em prol da preservação do patrimônio cultural local

A idealização de políticas públicas de gestão e preservação do patrimônio cultural em Lavras Novas não é exclusividade da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Existem lideranças políticas em Lavras Novas organizadas por meio de associações, que de diversas maneiras possuem papel estratégico na normatização e fiscalização dos possíveis usos do patrimônio cultural e da paisagem.

A Organização Mesa Administrativa, por exemplo, é uma designação da cúpula da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, ligada à Igreja Católica, muito atuante nas questões

¹⁷² Esse conceito foi abordado por CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAN*, Rio de Janeiro, v. 23, 1994.

relacionadas à gestão patrimonial em Lavras Novas. Considerando os registros documentais que relatam a afiliação de Manoel de Almeida Braga, conhecido como Capitão Braga, em 16 de julho de 1746, calcula-se que a Irmandade possua mais de 260 anos de existência. A sua presença em Lavras Novas foi oficializada em 1762 com a inauguração da Capela Nossa Senhora dos Prazeres, localizada na área central de Lavras Novas¹⁷³.

De acordo com o estatuto da Irmandade, a Mesa Administrativa é composta por oito membros, eleitos para mandatos de dois anos. Como requisito para ser eleito, basta ser nativo ou residir há pelo menos 18 anos em Lavras Novas. Sabe-se que todas as decisões que envolvem o setor público de Lavras Novas são tomadas com o aval da Mesa Administrativa¹⁷⁴. Desse fato infere-se a relevância política da organização no desenvolvimento social da comunidade. Nesse contexto, percebe-se a gestão coletiva do patrimônio cultural, visto que todas as ações do poder público em prol da proteção do patrimônio cultural em Lavras Novas estão atreladas à análise e ponderação da Mesa Administrativa e participação de outras Associações conectadas a essas questões.

A posse das terras da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres é outra questão importante relacionada à Organização Mesa Administrativa. A lei das terras em 1850 proferia que o patrimônio religioso constituído antes de 1850 permaneceria propriedade da Igreja, mesmo que não existissem documentos comprobatórios¹⁷⁵. Com isso, as terras foram apropriadas de maneira coletiva pela comunidade de Lavras Novas em nome de Nossa Senhora dos Prazeres. Segundo Varajão, em meados do século XX a posse da terra foi questionada pela Companhia Eletroquímica Brasileira. O conflito foi mediado pela Igreja, que conseguiu o registro das terras para a Irmandade¹⁷⁶. Segundo Silva, até 1980, todas as terras da região de Lavras Novas eram de propriedade da Irmandade. A Irmandade autorizava e controlava o uso da terra pelos moradores da comunidade¹⁷⁷. Após 1980, iniciou-se a venda das terras para pessoas de fora da comunidade. Segundo Silva, atualmente estima-se que a Irmandade ainda é dona de 90% das terras de Lavras Novas. Alguns membros da comunidade já regularizaram a posse de seus terrenos por meio de escrituração¹⁷⁸.

A venda de terreno a pessoas que não são da comunidade foi uma estratégia problemática, que foi vista por alguns moradores como uma ameaça ao patrimônio cultural

¹⁷³VARAJÃO, G. F. D. C.; DINIZ, A. M. A. **A evolução da rede urbana de Lavras Novas e a transformação do seu patrimônio construído**. PUC - MG, Belo Horizonte, p. 2013, p. 117.

¹⁷⁴SILVA, V. J. D. **O planejamento de marketing integrado e os impactos socioculturais do turismo em pequenas comunidades**. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006, p. 38.

¹⁷⁵**Ibid.** p. 38

¹⁷⁶**Ibidem.**

¹⁷⁷**Ibid.** p. 40.

¹⁷⁸**Ibid.** p. 41.

local. No início, a construção de casas de veraneio e pousadas era viabilizada sem nenhum compromisso com o conjunto arquitetônico e sem levar em consideração regras e uso de ocupação do solo. Na verdade, nesse momento, não existiam normas que regulavam a ocupação do solo. A falta de planejamento no momento inicial das atividades turísticas foi um ponto marcante na história da comunidade e se reflete até hoje. Muitos dos problemas que demandam solução na atualidade são consequências dessa ocupação descontrolada.

Atuando em apoio à Mesa Administrativa, a ONG Grupo Ecológico Lavras Viva, criada, segundo Silva, em 2004, trabalha no processo de sensibilização da comunidade e dos visitantes para a relevância de se preservar o patrimônio cultural e natural de Lavras Novas. A ONG é composta de seis membros, sendo eles nativos ou pessoas oriundas de fora da comunidade que moram em Lavras Novas¹⁷⁹. Nas visitas a Lavras Novas, percebe-se que a ONG Lavras Vivas é um grupo muito atuante, que possui e mantém contato direto com os turistas. Constantemente os visitantes são abordados por colaboradores da ONG com informações relacionadas principalmente ao patrimônio natural e às opções culturais oferecidas pelo Distrito. As informações são repassadas por meio de encartes e de pequenos *folders*. Acredita-se que o esforço da ONG busca, através de estratégias educativas, transformar o cidadão num agente preservacionista.

Em 2003, foi criada em Lavras Novas a Associação para o Desenvolvimento Turístico. A organização tinha como objetivo principal desenvolver e organizar o turismo em Lavras Novas. Dentre as ações da Associação, estão a implantação de posto de informações turísticas, a viabilização de site para divulgação do patrimônio local e dos atrativos turísticos da comunidade e a disponibilização de cursos, palestras e eventos de treinamento para os profissionais que trabalham com o turismo¹⁸⁰.

A Associação preenche as lacunas deixadas pela omissão da Secretaria de Turismo de Ouro Preto, que, devido à grande área de abrangência e à sobrecarga de trabalho, não consegue atuar com mais presença em Lavras Novas. A Associação reúne-se semanalmente para discutir pautas relacionadas ao desenvolvimento local. Dentre as atividades desenvolvidas pela Associação, destaca-se a promoção de palestras para os moradores e empresários nas mais variadas áreas como: segurança, hotelaria e desenvolvimento do turismo.

Nessa configuração, está sintetizada a participação dos grupos formais no que tange à preservação do patrimônio cultural de Lavras Novas. Pode-se concluir que a participação social está substanciada de maneira segmentada por campos de exercício, que se dividem em:

¹⁷⁹ SILVA, V. J. D. **op. cit.** p. 41

¹⁸⁰ **Ibidem.**

organização territorial e das normas de ocupação; conscientização dos visitantes em prol da preservação do patrimônio cultural; e otimização e planejamento das atividades turísticas. Sabe-se que, apesar de identificarmos formas de atuação díspares entre as organizações, elas compartilham finalidades plurais, cooperando para um mesmo objetivo: a preservação das raízes culturais do distrito de Lavras Novas.

2.2.1. A economia cultural: o desenvolvimento econômico e a gestão pública do patrimônio cultural em Lavras Nova

Entende-se que os valores culturais transmitidos ao longo das gerações, provenientes de conexões sociais, manifestam-se na forma de produção de monumentos e de conhecimento de vida. Sabe-se que em algumas ocasiões presenciamos a valorização mercadológica das heranças culturais que possuem ligação com identidade. Seja pelo turismo ou por outro fenômeno qualquer, a apropriação dos ditos símbolos culturais é uma problemática a ser discutida no ponto de vista dos empreendimentos da economia cultural.

A singularidade das manifestações culturais é o diferencial dos produtos turísticos e a matéria-prima da chamada economia cultural. O turismo é visto como importante fenômeno articulador da economia cultural, fazendo a ligação entre o patrimônio cultural e a sua exploração econômica. Composto basicamente de elementos socioculturais repletos tanto de objetividade quanto de subjetividade, nos quais produtos e serviços se associam com herança, história e cultura, o turismo possui como “subproduto” um intercâmbio cultural entre os atores. É dessa relação de conflito entre culturas que nascem parte das preocupações com relação aos impactos negativos para ambos os protagonistas e as questões que tangenciam a preocupação com a proteção do patrimônio cultural.

A interação entre os turistas e os elementos culturais que compõem o destino visitado é natural e provavelmente irá existir. As políticas preservacionistas locais devem pensar a proteção dos bens patrimoniais nesse ambiente de interação cultural, buscando amenizar os pontos negativos provenientes desse intercâmbio cultural. A memória cultural local deve ser preservada ao mesmo tempo em que é apresentada e interage com os visitantes.

Se pensarmos o turismo do ponto de vista do *marketing*, entenderemos que os conflitos oriundos da atividade podem ser amenizados pela articulação entre organizações e comunidade local, arquitetando objetivos partilhados¹⁸¹. Entende-se que um programa de *marketing* interno que dimensione os impactos positivos e negativos do turismo, sensibilizando a comunidade

¹⁸¹ SILVA, V. J. D. **op. cit.** p. 12.

sobre a relevância de um bom acolhimento dos turistas, poderia avançar sensivelmente na questão da sustentabilidade do turismo¹⁸².

É compreensível a existência de diferença cultural entre o turista e a comunidade local. A diferença de níveis de desenvolvimento entre viajantes e moradores está relacionada diretamente à atratividade turística e ao impacto da atividade¹⁸³. Entende-se que, quanto mais exóticas, diferentes e originais forem consideradas as culturas locais, mais elas exercerão encanto nos turistas. Com isso, as sociedades que preservam as suas raízes culturais terão maiores possibilidade no fomento do turismo, mas estarão mais expostas aos impactos da interação com o turismo¹⁸⁴. Essa talvez seja a base da atual economia cultural.

No século XIX, surgiu a concepção do consumo entretenimento, que incorporava ideias tradicionais de cultura, como os museus, os grandes espetáculos e o patrimônio em geral. A partir desse momento, o patrimônio cultural passa a ser discutido através da dialética de valor e significado. Mais tarde surge o entendimento do valor das manifestações culturais dentro do mundo globalizado, potencializando a questão do valor econômico e do significado do elemento cultural dentro de uma ótica mercadológica globalizada.

Esses debates contribuíram para a construção de valores simbólicos pautados de interesses econômicos para elementos culturais vistos como identidade cultural. Em Lavras Novas, o patrimônio cultural, atualmente, é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico local. Na verdade, em algumas localidades, o elemento econômico da cultura está amplamente ligado à capacidade de transformá-la em turismo. A disseminação do patrimônio cultural como produto de consumo irá depender da expectativa do turista. Em Lavras Novas, o turismo traz como recorte cultural o interesse pelo patrimônio natural.

O investimento em cultura como atividade econômica traz uma gama de consequências positivas e negativas para o desenvolvimento da sociedade local. Em Lavras Novas, quando executada de maneira responsável, a promoção e o patrocínio de festivais gastronômicos, por exemplo, são uma excelente ferramenta de divulgação da imagem do Distrito e do seu patrimônio cultural. O aumento das visitas resulta na atração de investimentos que podem promover a concepção de estratégias preservacionistas. Os impactos negativos provenientes das apropriações turísticas do patrimônio cultural devem ser cuidadosamente dimensionados e já neutralizados pelas estratégias preservacionistas no momento de planejamento. As consequências positivas do turismo cultural serão a matéria-prima do “antídoto” para os

¹⁸² **Ibid.** p.12.

¹⁸³ **Ibidem.**

¹⁸⁴ **Ibid.** p. 16.

malefícios que por ventura surgirem nas comunidades.

A combinação experimentada por diversos países, entre um turismo de massa e de cultura, tem resultado na destruição de paisagens culturais importantes. O consumo a qualquer preço e a cultura vista como um souvenir viabilizam o fenômeno da “cultura de reprodução”, onde cópias do patrimônio cultural são criadas e vendidas especialmente para atender ao turismo de massa sem o compromisso com as raízes culturais, retratando imagem que muitas vezes pouco representa os moradores locais.

Um caso interessante relacionado ao impacto do turismo sobre o patrimônio cultural local aconteceu na região de Ilhabela, no litoral paulista. O modelo de empreendimento turístico extremamente capitalista se contrapôs totalmente ao estilo de vida da sociedade caiçara, cujo modo de vida prevê uma relação de apropriação da natureza, e não de posse¹⁸⁵. A cultura caiçara não foi um produto atraente para a indústria do turismo em Ilhabela. Esse dilema afastou os moradores caiçaras das áreas litorâneas, comprometendo os modos de sobrevivência, abalando a sua identidade cultural. No entendimento da comunidade marginalizada, sua cultura não tem valor nem mesmo para ser utilizada como produto turístico. Dessa visão, surge a ameaça ao patrimônio cultural, representada pelo desejo de abandonar os hábitos tradicionais, absorvendo a cultura dos visitantes¹⁸⁶. Em Lavras Novas, os elementos culturais que não possuem relação direta com o turismo acabam condenados ao esquecimento e posteriormente negligenciados pelas políticas públicas preservacionistas. Sabe-se que no Distrito as políticas preservacionistas atuam com mais ênfase na salvaguarda de seu patrimônio natural. O perfil dos turistas de Lavras Novas leva a própria população que vive do turismo a deixar em segundo plano, de maneira involuntária, o patrimônio cultural material e imaterial do Distrito.

É nesse viés que se destaca o planejamento de *marketing*, atuando em prol de desenvolver o turismo de forma dinâmica e interativa com toda a comunidade. Em Lavras Novas, o fomento do turismo como alternativa econômica deveria ser pensado como uma ferramenta de manutenção da conjuntura sociocultural, evitando o êxodo da população local e a desvalorização das memórias locais que não possuem ligação evidente com os fatores econômicos.

Como já discutido sabe-se que a expansão das atividades turísticas em Lavras Novas na década de 1990 foi totalmente aleatória, não existindo nenhuma ação voltada ao planejamento e

¹⁸⁵ SILVA, V. J. D. **op. cit.** p.19.

¹⁸⁶ **Ibidem.**

à definição de diretrizes para nortear o turismo nesse momento¹⁸⁷. O fato de as terras pertencerem à Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres freou um pouco a propagação dos empreendimentos turísticos conduzidos por pessoas de fora da comunidade. Nesse contexto, entende-se que a comunidade detém o controle da disseminação de empreendimentos turísticos de médio e grande porte¹⁸⁸.

Em contrapartida, há um crescimento dos negócios de pequeno porte em Lavras Novas. Os próprios moradores utilizam suas casas e quintais para expandirem estruturas voltadas para a indústria do turismo. Casas de aluguel são construídas anexas ou no fundo das casas dos moradores nativos, com os moradores criando restaurantes em suas próprias casas.

As construções são marcadas pela informalidade e pela falta de padrão, sendo que, neste contexto, não há muitas preocupação com a proteção do conjunto arquitetônico de origem colonial¹⁸⁹. No momento de euforia com a descoberta do turismo pela comunidade de Lavras Novas, a preocupação com a memória e o patrimônio cultural foi colocada em segundo plano. A herança cultural de origem setecentista do conjunto arquitetônico de Lavras Novas sofreu grandes modificações em prol da exploração turística do patrimônio natural e do ecoturismo.

Foi constatado em pesquisa que 53% dos populares entrevistados em Lavras Novas acreditam que a cultura é importante para o turismo no Distrito, mas não necessariamente atrativo para o turista. Já 75% acham que os turistas não estão interessados na cultura local¹⁹⁰. Nos depoimentos, os moradores acreditam que os turistas visitam Lavras Novas para desfrutar das paisagens, das cachoeiras, do clima e do ar puro. Os moradores enxergam o turismo cultural como uma proposta de otimizar o mercado turístico da comunidade, atraindo um público mais sofisticado.

Segundo a pesquisa entre os bens culturais imateriais, a Festa da Padroeira, Nossa Senhora dos Prazeres, é a que possui maior destaque¹⁹¹. No olhar dos moradores, a festa é muito importante para a comunidade, o que não se reflete com tanta força para os turistas.

Para os moradores, as principais vantagens trazidas pelo turismo estão relacionadas a questões econômicas. Um fato importante proveniente da renda oriunda do turismo foi a contribuição para diminuir o êxodo populacional. Os jovens do Distrito não precisam mais procurar emprego fora da comunidade. O turismo gera postos de trabalhos e oportunidades de

¹⁸⁷ **Ibidem.**

¹⁸⁸ **Ibid.** p. 45.

¹⁸⁹ SILVA, V. J. D. **op. cit.** p. 49.

¹⁹⁰ Na pesquisa realizada por S SILVA, V. J. D. **O planejamento de marketing integrado e os impactos socioculturais do turismo em pequenas comunidades**, foram entrevistados 5 membros de entidades, 5 empreendedores e 5 membros da comunidade.

¹⁹¹ **Ibid.** p. 59.

empreendedorismo absorvendo a mão de obra recém-chegada ao mercado de trabalho. A permanência, na comunidade, das novas gerações contribui para sobrevivência das raízes culturais locais¹⁹².

Ficou constatado na pesquisa que, dentre os problemas causados pelo turismo no Distrito, os relacionados à insuficiência estrutural são os que mais aborrecem os moradores locais¹⁹³. Lavras Novas não tem infraestrutura adequada para suportar o trânsito, a produção de resíduos, a poluição sonora, a falha no abastecimento de água e a falta segurança, gerados pelo turismo. Muitas vezes, eventos turísticos considerados de grande porte, realizados pela iniciativa privada, são amplamente divulgados, trazendo milhares de turistas para Lavras Novas, sem que nada seja pensado para amenizar o impacto social. Falhas de planejamento nas atividades turísticas promovem riscos para a segurança dos moradores locais.

A falta de normatização mais rigorosa do uso turístico do patrimônio cultural, além de impactar o estilo de vida da comunidade local, representa uma ameaça à preservação dos monumentos e dos costumes e tradições locais. As demandas turísticas devem ser estudadas visando atribuir limites preservacionistas. Em Lavras Novas, trilhas deveriam ser fechadas em certo período do ano visando à recuperação da vegetação, e em alguns casos até os monumentos precisariam ter a visitação diária restrita. Não há como desprezar o impacto da visitação dos turistas.

É preciso que a iniciativa privada busque o envolvimento dos moradores locais na promoção dos eventos culturais em Lavras Novas. A comunidade pode ajudar na idealização de eventos que sejam condizentes com as capacidades estruturais locais. A propagação de informação via internet potencializou a abrangência da divulgação dos eventos. Em certas situações, a veiculação descontrolada de um evento pode gerar situações complexas para a comunidade.

Recentemente, nos feriados da Semana Santa, um Festival de Cervejas Artesanais realizado em Lavras Novas, divulgado principalmente no *Facebook*, atraiu milhares de pessoas para o Distrito. Nesse contexto, é fundamental que existam ações conjuntas entre o poder público, a comunidade local e a iniciativa privada, visando receber bem os turistas e minimizar os impactos locais sobre a qualidade de vida dos moradores e o patrimônio cultural.

A presença constante de turistas trouxe impactos negativos até para a população jovem da comunidade¹⁹⁴. O distanciamento dos costumes locais e o aumento do consumo de droga são

¹⁹² SILVA, V. J. D. **op. cit.** p. 70.

¹⁹³ **Ibidem.**

¹⁹⁴ **Ibid.** p. 77.

as principais preocupações das autoridades locais provenientes do choque cultural entre jovens locais e os turistas. Ações educativas devem reforçar os elementos da cultura e da memória local, aproveitando para prevenir os jovens quanto às influências externas negativas, como o contato com as drogas.

Um dos pontos que dificulta o planejamento das atividades turísticas em Lavras Novas é a ausência de dados estatísticos sistematizados. Não há planejamento turístico em Lavras Novas, muito menos estudo da demanda turística¹⁹⁵. O turismo continua sendo desenvolvido quase da forma improvisada como começou. O poder público municipal insiste em veicular os atrativos turísticos de Lavras Novas como alternativa para potencializar o turismo ouro-pretano, sem em contrapartidas preocupar-se em realizar investimentos estruturais. A comunidade local, por meio do controle da ocupação das terras, tenta resistir à sedução do mercado imobiliário, evitando a propagação de grandes empreendimentos imobiliários que talvez venham a destoar do conjunto arquitetônico existente. A preocupação com o patrimônio material em Lavras Novas, apesar de tímida, está presente nos discursos dos moradores e das organizações que atuam na comunidade.

Sabe-se que ações como o inventário patrimonial e o tombamento, se bem conduzidas, são eficazes na preservação das características arquitetônicas do patrimônio cultural material. O drama está na preservação dos elementos e referências imateriais incorporados ao patrimônio material e à cultura local. Sem a significação e as referências culturais, os monumentos perdem o seu sentido. Nessa perspectiva, a sobrevivência do patrimônio cultural e até mesmo dos atrativos turísticos depende de ações preservacionistas que ponderem o patrimônio cultural de forma sistêmica.

Lavras Novas se assemelha a outros destinos turísticos, como Ibitipoca, Carrancas, Serra do Cipó e São Roque de Minas, onde elementos culturais se associam a atrativos naturais. Experiências ocorridas nessas comunidades podem ser utilizadas para otimizar o processo de construção de estratégias preservacionistas em Lavras Novas.

A comunidade deve pleitear uma posição mediadora do poder público, talvez via COMPATRI, que auxilie na construção de um planejamento que pense a comunidade a longo prazo. O planejamento deve traçar diretrizes alinhadas com a sobrevivência das raízes culturais, prezando pela existência de um turismo sustentável e o desenvolvimento socioeconômico. Acredita-se que, para o destino turístico ser considerado como local bom para se visitar, a localidade deve possuir um planejamento que integre três áreas fundamentais: governo, cadeia

¹⁹⁵ **Ibid.** p. 80.

produtiva e população¹⁹⁶. O caso de Lavras Novas o dilema está na atuação isolada das áreas. O Distrito clama por um agente de mediação.

Na verdade, espera-se que a complexidade das questões referentes à economia cultural esteja pautada no desafio da construção conjunta. Em Lavras Novas, o perfil imediatista das demandas levantadas na comunidade mostra a carência da população em relação à presença do Estado nas questões estruturais básicas. Resta às organizações civis buscar, de maneira pontual, meios para remediar os impactos oriundos das atividades turísticas.

Promover a interação entre as diversas lideranças locais em prol da economia cultural, controlar o avanço da descaracterização da paisagem cultural do Distrito, garantir a manutenção das tradições locais, atentar-se para as questões estruturais demandadas pela comunidade, viabilizar um desenvolvimento socioeconômico que dialogue com a preservação do patrimônio cultural são demandas estratégicas espalhadas por diversas frentes de trabalho e que só serão resolvidas através de um grande esforço coletivo. As organizações e lideranças locais devem se aparelhar buscando os primeiros passos em benefício do diálogo paritário com todos os interessados.

A valorização do artesanato, dos costumes locais e de toda a história colonial embutida no conjunto arquitetônico do Distrito deve ser utilizada pelas organizações locais para diversificar o interesse turístico, promovendo o crescimento equilibrado de Lavras Novas. O cenário de origem colonial deve ser mais utilizado como ferramenta educativa, visando à perpetuação das tradições entre os jovens locais.

O dinheiro do turismo trouxe comodidade aos moradores de Lavras Novas, criando uma ponte para o século XXI. Ruas foram criadas, casas e pousadas foram construídas, moradias foram modernizadas. Apesar de criticadas, sabe-se que essas mudanças no Distrito não representam uma completa perda das raízes culturais nem precisam ser escondidas. O próprio interesse turístico pelo conjunto arquitetônico comprova o valor cultural.

A Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, criada no século XVIII, é um importante ponto turístico para o Distrito, estampando a religiosidade dos moradores de Lavras Novas presente em festas e comemorações tradicionais na comunidade. Preservar a Capela e o seu entorno da especulação imobiliária é um desafio para as lideranças locais. Cabe à Mesa Administrativa fiscalizar a ocupação do solo em Lavras Novas, fazendo valer as regras.

A pressão da especulação imobiliária é grande sobre o conjunto arquitetônico inventariado. As mudanças no conjunto arquitetônico, o uso inadequado dos recursos hídricos,

¹⁹⁶ **Ibid.** p. 81.

a poluição sonora e ambiental, o desmatamento de áreas para construção, o aumento de lixo urbano foram os principais efeitos das mudanças na paisagem de Lavras Novas.

A Irmandade, que num momento anterior vendia terras para pessoas de fora do Distrito visando garantir a manutenção das festas religiosas e da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, toma atualmente uma posição protecionista, impedindo o avanço imobiliário através da suspensão da venda de terrenos.

Não podemos pensar os turistas como sujeitos idealizadores de um processo tirânico de aculturação, criado com único propósito de destruir a cultura local. Apesar de negativa, interação cultural, pode ser vista em alguns casos como um processo natural, oriundo do intercâmbio cultural. Novos hábitos podem ser incorporados ao contexto cultural local, o que de certa forma pode acontecer espontaneamente.

A face econômica da cultura oferece um arcabouço do campo da economia, da lógica e das relações econômicas, de modo a ser usada a favor das políticas públicas preservacionistas, na valorização da memória local e também do desenvolvimento local. O público jovem do Distrito deve ser sensibilizado pelo dinamismo da economia cultural, transformando-se no protagonista dos processos de salvaguarda das raízes culturais e da memória local.

2.2.2. Os bens sacros e a gestão do patrimônio

O patrimônio cultural de Lavras Novas, quando pensado pelos agentes de patrimônio ou pelas pessoas que possuem alguma relação com esse patrimônio, traz uma perspectiva que articula: a Igreja Católica, referências socioculturais e o turismo. É nesse contexto de intercessão, marcado pelo choque de concepções, que imagens sacras, monumentos e até festividades revelam as suas peculiaridades e tocam o lado emocional das pessoas. Por serem parte marcante da paisagem cultural de Lavras Novas, os monumentos religiosos estão suscetíveis a diversas perspectivas de usos e significações. Os diferentes atores - sociedade, Governo, Igreja e seus fiéis, empresas, organizações etc. - em diversos momentos antagonizam-se e opõem-se, no que tange a usos, ressignificações e preservação, ajustando-se na busca pelo equilíbrio.

Em Lavras Novas, a Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres é uma das protagonistas nesse processo de intercessão cultural. Dos 250 itens inventariados, 86% são artigos religiosos. A influência da Irmandade não para por aí. A Padroeira, Nossa Senhora dos Prazeres, possui a propriedade de 268 hectares de terras no distrito de Lavras Novas. Isso significa que uma parte expressiva das casas, monumentos e terrenos do Distrito possui uma conexão com a Igreja

Católica.

A devoção dos moradores de Lavras Novas é uma tradição que desde o século XIX vem norteando a organização social do Distrito. A Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, fundada em 1762 com a inauguração da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, mantém há várias gerações o controle social, político e religioso do Distrito. Mas o que seriam as Irmandades? De onde surgiram tanta força e prestígio social que justificassem o papel de referência religiosa e administrativa do distrito de Lavras Novas?

Entende-se que a instabilidade política e social das Minas Gerais setecentistas, conjugada com as dificuldades administrativas, de ocupação do território e de apoio espiritual encontradas pelo do governo absolutista português, motivou o surgimento das Irmandades nas áreas de exploração do ouro como opção prática para atender as necessidades da população¹⁹⁷.

Regidas por um Estatuto Interno, chamado de “Livro de Compromisso”, as Irmandades geralmente eram formadas por pessoas “leigas” que possuíam algum tipo de vínculo ou afinidades e seguiam um conjunto de normas aprovadas pelo monarca, pela Igreja Católica e pelo chefe da Província¹⁹⁸. Para serem acolhidos pela Irmandade, os devotos deviam satisfazer uma série de pré-requisitos e seguir os “compromissos religiosos” defendidos por ela. Os compromissos eram uma espécie de normas de conduta eficientes na organização e controle da sociedade.

A adoração ao padroeiro era o principal dever da Irmandade e por isso, quando combinada com as comemorações, representava um elemento primordial para a união do grupo. As comemorações eram carregadas de símbolos e preceitos culturais internalizados pelos membros da Irmandade. A Irmandade funcionava como uma forma de aprendizagem dos parâmetros comportamentais pertencentes à cultura na qual o irmão estava inserido. Entregar-se à fé e à devoção era uma forma de criar vínculos sociais.

Os eventos religiosos à época eram o momento máximo de projeção social. Era a ocasião na qual os grupos construía um espaço para troca de experiências e afirmação da sua identidade, na qual o indivíduo que tivesse fé se sentiria protegido. Além de uma manifestação de devoção, os rituais podem ser vistos como um momento de alegria, onde os irmãos se sentiam livres para quebra de alguns padrões sociais, reafirmando os valores culturais comuns à Irmandade. As festas religiosas promovidas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário é um dos exemplos de quebra de paradigmas. Durante as festividades, os negros, num caráter de

¹⁹⁷ JUNIOR, J. P. (2009). Irmandades Religiosas: Espaço de devoção e disputas políticas na Paraíba Oitocentista. **ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História**, p. 02.

¹⁹⁸ SANTOS, L. A. D.; ALMEIDA, M. D. G. D. **op. cit.** p.18.

ruptura, esqueciam por um momento a vida de tristezas e as explorações, mostrando o poder da festa de romper com a ordem social¹⁹⁹.

Ser aceito numa Irmandade, muitas vezes, poderia ser um processo burocrático e trazer ônus financeiros. Algumas Irmandades faziam uma análise da vida social do pretendente, julgando se ele estava apto ou não a participar do grupo. O “Livro de Compromisso” traçava o perfil exigido para se tornar um irmão, além de definir as quantias em ouro pagas no ato do ingresso na Irmandade, a ajuda aos irmãos necessitados e a contribuição anual. O sustento das Irmandades dependia dessas contribuições e dos presentes oferecidos pelos irmãos²⁰⁰.

As Irmandades ratificavam a importância da religiosidade frente ao Estado, mas que, por representarem um espaço de debate, demandavam um olhar especial²⁰¹. Por serem instituições constituídas dentro de um propósito não só religioso, mas também social e político, as Irmandades despertavam a desconfiança das autoridades, principalmente por representarem um ambiente de diálogo, onde as pessoas buscavam apoio e solidariedade. Tanto as autoridades eclesiásticas, quanto as políticas, temiam a sua autonomia e sua força social, reafirmada muitas vezes na construção de monumentos imponentes, como as igrejas setecentistas de Ouro Preto.

Em Lavras Novas, desde os tempos setecentistas, a Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres foi a protagonista no desempenho dos ofícios religiosos. Composta estritamente por homens nativos de Lavras Novas, atualmente a Irmandade atua na gestão da paisagem cultural, na organização das festividades religiosas, no apoio às missas e no culto à Padroeira, além de prestar assistência funeral aos seus membros. A organização Mesa Administrativa, criada como um “braço” gerencial da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, tem a função de “porta-voz” da Padroeira, principalmente no que se refere às demandas administrativas que surgem da execução dos objetivos propostos pela Irmandade.

A Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres é o grupo formal religioso de maior influência política e administrativa em Lavras Novas. A Igreja entende que não se pode ignorar o apoio das Irmandades na defesa dos valores religiosos e na preservação do patrimônio sacro. No passado, as Irmandades criavam um calendário litúrgico com obrigações religiosas e festividades que arrecadavam recursos a serem utilizados na salvaguarda do patrimônio religioso. Percebe-se que essas práticas não se perderam com o tempo. Na atualidade, os membros da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres utilizam os eventos culturais e as festividades religiosas como ferramenta de preservação dos monumentos e defesa da posse da

¹⁹⁹ JÚNIOR, J. P. S. **op. cit.** p. 4.

²⁰⁰ SANTOS, L. A. D.; ALMEIDA, M. D. G. D. **op. cit.** p. 19.

²⁰¹ JÚNIOR, J. P. S. **op. cit.** p. 4.

terra. Os eventos trazem visibilidade para o patrimônio religioso material e imaterial do Distrito, garantindo a sua manutenção.

A manutenção da paisagem cultural e o controle de ocupação do solo são outros campos de domínio da Irmandade. Até hoje, toda negociação de terra depende do aval da Mesa Administrativa. Para se ter uma ideia, próximo da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres existe uma casa com uma área total de 2.500 m², avaliada em R\$ 500.000,00, que a família dos antigos donos falecidos colocou à venda com a justificativa de que são muitos os herdeiros e os mesmos não possuem mais interesses no Distrito. A Mesa Administrativa autorizou a venda do imóvel, desde que 20% do valor do imóvel fossem repassados à Irmandade.

Figura 19 - Casa à venda na área central de Lavras Novas



Fonte: Arquivo pessoal

Nas décadas de 1980 e 1990, a Irmandade se posicionou favorável à venda de lotes para pessoas de fora da comunidade, visando com isso arrecadar um montante financeiro a ser investido nas obrigações tradicionais da Irmandade, simbolizadas pela manutenção do cemitério, pela reforma da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres e pela promoção das festas da Padroeira e do Jubileu.

Na década de 1970, o controle das terras do distrito de Lavras Novas foi motivo de disputa entre a Igreja Católica e a Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres. A Igreja não concordava com a venda dos terrenos pela Irmandade. No fim da década de 1990, arquitetou-se um acordo onde a Irmandade se comprometia a não vender mais terrenos no Distrito. Atualmente, a Irmandade respeita as determinações da Diocese, mantendo uma boa relação

com a Igreja. A Igreja transferiu, para Irmandade, a responsabilidade pela gestão do patrimônio religioso material e imaterial do Distrito, restringindo-se à realização de missa semanal, celebrada pelo Padre Magno José Raimundo Murta aos domingos.

O pensamento católico fez com que no passado a Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres atuasse com ênfase na direção de reafirmar o sentido religioso familiar. A Irmandade focava seus esforços em dar continuidade à concepção sagrada dos monumentos, organizando-se para manter o patrimônio conectado às obrigações e aos rituais católicos tradicionais. Nesse momento, a Irmandade mantinha uma atuação protecionista, afastando a perspectiva de usos dos espaços e monumentos que não o estritamente religioso.

Os efeitos da atuação da Irmandade como braço da Igreja Católica em Lavras Novas podem ser sentidos no respeito que os moradores demonstram pela Padroeira e na dedicação com que preservam o patrimônio religioso material e imaterial. As capelas, as imagens, os seus adornos são tratados com uma atenção especial pelos moradores de Lavras Novas. O turista que tiver interesse pelo patrimônio religioso sentirá o zelo dos nativos do Distrito para com os monumentos religiosos, que ilustram a história setecentista no cotidiano de Lavras Novas.

O processo de tombamento da Capela de Sant'Ana descreve a relação de apropriação entre os moradores do Distrito e o patrimônio religioso. Tal conexão pode ser percebida quando o documento trata do uso cotidiano do largo da Capela. Desde os primórdios do período colonial, o local é aproveitado como ponto de referência para realização de reuniões religiosas e pagãs

O surgimento do turismo e de novas práticas sociais intensificou a relação de apropriação e as releituras dos monumentos em Lavras Novas. A demanda dos turistas por entretenimento impulsionou as mudanças nos paradigmas que prescreviam os usos do patrimônio religioso no Distrito. Como exemplo dessa mudança, pode-se citar o Festival Gastroarte da Chapada. O festival gastronômico, de iniciativa dos moradores do entorno da Capela, utiliza-se da paisagem cultural ali constituída como ferramenta para atrair os turistas e paralelamente acaba fortalecendo os laços entre o monumento religioso e a comunidade. O evento é realizado anualmente e possui aval da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres. Entende-se que na atualidade a continuidade das tradições religiosas e a preservação dos espaços e objetos provêm do equilíbrio entre preservação e apropriação cultural do patrimônio e que eventos como o Gastroarte oxigenam as memórias culturais incorporadas aos monumentos.

A presença de uma organização, como a Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, no distrito de Lavras Novas, facilitou muito a gestão e o controle eclesiástico da apropriação

cultural do patrimônio sacro. Entende-se que a visão da Irmandade, por mais que se tenha transformado numa visão moderna e aceite determinadas apropriações culturais, ainda é baseada na ideia de “sagrado”, evidenciando uma rede de relações que se inicia no âmbito familiar, expandindo-se para o contexto da Irmandade e da Paróquia, até ultrapassar a realidade material, onde o devoto, através da sua crença e dessa vivência com o patrimônio, transcende o plano terrestre onde se encontra com Deus. A Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres ainda perpetua uma percepção alicerçada nessa relação íntima com Deus, onde a devoção, a oferta, o sacrifício e a graça alcançada se transformam na essência das atuações preservacionistas.

É comum em localidades turísticas percebermos um discurso baseado no embate entre o “sagrado” e o “profano”, onde a indústria turística é classificada como o lado profano dessa dialética. Essa perspectiva profana do turismo, numa visão tradicional, detém um sentido ameaçador ao que é definido como patrimônio cultural religioso. Em algumas localidades, essa linha de pensamento surge por iniciativa dos próprios fiéis e da comunidade em resposta a uma ressignificação exagerada dos seus monumentos e da paisagem cultural por parte das pessoas e organizações ligadas ao turismo²⁰². Apesar dos discursos tradicionais, sabe-se que a manutenção de um “sagrado estático” é algo praticamente impossível em localidades turísticas como Lavras Novas. A manutenção da relevância dos monumentos religiosos coloniais está resguardada na fé das pessoas que zelam pelo patrimônio e na sua junção com a modernidade.

Em comunidades onde o turismo é a principal fonte de renda, a percepção estritamente religiosa dos monumentos é algo difícil de ser mantida. A inserção do discurso acadêmico na percepção do patrimônio histórico surge como suporte alternativo, dando apoio às autoridades religiosas para pensar os novos usos das igrejas e dos seus monumentos. A inserção de outras óticas na ampliação do ponto de vista religioso pode ser percebida em Lavras Novas com a participação do COMPATRI no que tange às estratégias preservacionistas do Distrito. A Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres sabe da importância do viés cultural e histórico dos monumentos e entende a participação de outras organizações no processo de planejamento das ações preservacionistas. O reforço do lado histórico e cultural do patrimônio religioso só tem a contribuir para a relação entre o patrimônio e a memória coletiva local e para as estratégias preservacionistas.

Entende-se que esse trabalho pautado na ideia de memória coletiva amplia a visibilidade do patrimônio cultural religioso. Os monumentos transformam-se em parte de uma paisagem cultural, que, quando pensada na totalidade, representa a identidade da comunidade.

²⁰² CAMURÇA, M. A.; JR, O. G. Religião, patrimônio histórico e turismo na Semana Santa em Tiradentes (MG). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, p. 1-22, out. 2003, p. 10.

Diferentemente da ressignificação, esse processo passa por uma ampliação do significado dos monumentos. Sabe-se que essa ampliação do olhar sobre o patrimônio vai ajudar no fortalecimento do interesse social sobre o patrimônio religioso, motivando a participação do poder público. Não se deseja a criação de um “modelo cultural” nem a sobreposição das óticas religiosas. A atuação de organizações como o COMPATRI não suprime o propósito religioso dos monumentos. Entende-se a coexistência entre o sentido religioso, as referências artísticas e culturais e o seu uso turístico e cultural como um pré-requisito para a perpetuação do patrimônio cultural.

A atuação da Irmandade no processo de preservação do patrimônio traz respaldo social às possíveis ressignificações do patrimônio religioso. Em lugares como Lavras Novas, onde o turismo é intenso, não se tem como evitar o intercâmbio cultural. A Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres entende que o ambiente dinâmico tem mudado a forma como celebrações e festividades são compreendidas pela comunidade e os turistas. A devoção católica tradicional no geral tem perdido espaço para a contemplação do patrimônio natural e das referências artísticas dos monumentos. Em Lavras Novas, a experiência religiosa da devoção ao padroeiro perdeu espaço para o ar bucólico e as belezas naturais do Distrito.

Espera-se que a intensificação da relação entre religiosidade e identidade local resgate o interesse turístico que existe no “sagrado”. O contato com os monumentos religiosos pode oferecer ao turista uma visão que incorpora a noção de história, cultura e espiritualidade. Se refletirmos de forma mais ampla sobre os monumentos do conjunto arquitetônico de Lavras Novas, como a Capela da Chapada, perceberemos a relação que articula consciência histórica, identidade e a experiência do sagrado. Nesse ponto, entende-se que a amplitude do conceito de patrimônio cultural combina com o perfil abstrato dos monumentos e das emoções.

No distrito de Lavras Novas, a Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres tem optado por modernizar a sua visão mais em relação às apropriações dos monumentos religiosos. A finalidade estritamente religiosa dos monumentos tem dividido espaço com eventos culturais. Um exemplo disso foi a realização de um concerto da Orquestra de Ouro Preto no interior da Capela de Sant’Ana, em 2016, como parte da 11^a edição do programa “Orquestra nos Distritos”, realizado pela Prefeitura de Ouro Preto. Em eventos culturais realizados em monumentos religiosos, o clima sagrado atua como diferencial conectado ao lado espiritual das pessoas que participam do espetáculo, construindo uma sensação individualizada conectada com a ideia de autenticidade.

Percebe-se que eventos culturais realizados dentro de igrejas adquirem um sentido para além do aspecto estritamente artístico, incorporando uma nova estrutura de significados

provenientes do ar místico das imagens e elementos sacros. Essa estrutura singular de significados surge da interação entre a religiosidade, o belo e a ideia de memória e patrimônio cultural.

A Irmandade, como defensora do “sagrado”, deve atuar no processo para garantir o equilíbrio entre o apelo turístico desses eventos e as óticas que compõem esse novo contexto. A ausência do sentido “sagrado” nos eventos pode resultar na perda do valor religioso do monumento e na sua capacidade de transferir esperança para os fiéis. Na verdade, entende-se que a ausência do misticismo e da fé priva a todos de emoções e sentimentos que nos levam de encontro a uma experiência perceptiva diferenciada do patrimônio cultural.

Parte II

Capítulo3: QR CODES Culturais: A tecnologia a serviço da proteção do patrimônio material de Lavras Novas

3.1. QR Code como estratégia de veiculação e políticas preservacionistas

A evolução tecnológica atual tem motivado pesquisadores e gestores do mundo inteiro a utilizar a divulgação interativa do conhecimento na viabilização dos processos de preservação do patrimônio cultural. Entende-se que a aplicação de tecnologias dinâmicas de veiculação da informação possui um papel importante para democratização dos processos, consagrando os mecanismos informativos criativos e a evolução constante das formas de aplicação do conhecimento. Espera-se que informações transmitidas no formato interativo impulsionem a reflexão de todas as camadas de usuários, quebrando o paradigma das pesquisas tradicionais, expandido seu alcance para muito além dos “muros” do contexto acadêmico.

Nessa linha de pensamento surgem conceitos como o de “mobile marketing”, que aparecem para possibilitar um rearranjo dos processos de comunicação. A metodologia permite um estreitamento dos vínculos entre as partes interessadas nas informações. Pode-se pensar, por exemplo, no marketing mobile com um artifício para aproximar os turistas dos destinos visitados. Claro que, se formos atribuir um propósito preservacionista a uma estratégia de disseminação de informações, temos que avaliar o alcance da plataforma de veiculadora e a eficácia da ferramenta em atingir o público alvo do monumento. Sabe-se que a modernização tecnológica dos últimos anos viabilizou uma infinidade de plataformas digitais que se combinadas com as formas tradicionais de propagação da informação podem inovar no campo da preservação do patrimônio.

A divulgação contextualizada da informação pode ser a saída para a criação de um processo preservacionista inovador que tenha como resultado a produção de experiências marcantes para os usuários. As plataformas móveis, como por exemplo, os celulares, são as ferramentas ideais para conjugar entretenimento, informação e publicidade, possuindo potencial para despertar o interesse das pessoas para os mais variados assuntos.

Um público cada vez exigente e carente de informação requer dos responsáveis pelas políticas preservacionistas, uma resposta vista como arrojada e que tenha o poder de surpreendê-los. Nessa perspectiva inovadora cresce a ideia de “mobile marketing”. Espera-se que a metodologia venha a permitir que os protagonistas das estratégias preservacionistas possam seduzir os usuários pela interatividade com o patrimônio.

Dentre um universo de opções de meios de difusão da informação, sabe-se que existe uma ferramenta de codificação bidimensional que se destaca pelo seu baixo custo de implantação e pela maneira interativa com que propaga as informações aos seus usuários. Sabe-se que essa ferramenta digital atua na área do marketing de relacionamento, estreitando os laços ente o patrimônio e o seu público alvo. O canal de comunicação gerado pela ferramenta permite ao gestor medir o interesse dos usuários quanto às informações disponibilizadas através, por exemplo, da contabilidade do número de acessos.

Criada em 1994 pela empresa *Denso-Wave* para identificar peças automobilísticas, nomeada de *quick response* e popularmente conhecida como *QR Code*, à metodologia é utilizada como meio de transferir informações de maneira descomplicada, para a tela do Smartphone²⁰³. Na realidade o *QR Code* é uma espécie de “código de barra” moderno criado em duas dimensões, sendo atualmente, largamente utilizado para transferência de informações a equipamentos eletrônicos. O sistema de código de barra tradicional, que surgiu na década de 1970, permite o vínculo de 20 números e durante muito tempo atuou como um facilitador na gestão administrativa das operações comerciais²⁰⁴.

O *Qr Code*, apesar de apresentar algumas similaridades com o sistema de código de barra tradicional, se destaca pela versatilidade e por transmitir uma quantidade muito maior de informações codificadas de maneira mais dinâmica. A leitura do código pode ser feita pela câmera do celular ou do *tablet*, que utiliza um sistema instalado para fazer a decodificação dos dados e acesso da informação. Basta o usuário posicionar o celular sobre a figura e a leitura é realizada pelo *software* através da câmera, que executará uma ação, que pode ser um *download* de um texto, uma foto ou até de um aplicativo.

A ferramenta atualmente é utilizada para os mais variados fins como: veicular anúncios publicitários, divulgar manuais de instrução de produtos, acesso direto para sites, livros e textos. Essa capacidade de suportar variadas informações e o seu baixo custo de implantação são os principais diferenciais do *Qr Code*.

Com tanta aplicabilidade, a expectativa é que não seja difícil encontrar um uso ligado ao ensino, principalmente no que tange a agregar alguma potencialidade dentro dos processos de educação patrimonial em lugares como, por exemplo, museus, onde os alunos estão interagindo com os elementos no seu entorno. O *Qr Code* deve ser pensado em museus e exposição de arte como uma porta de acesso à informação. O usuário, caso tenha interesse, com poucos cliques

²⁰³ VIEIRA, D. V.; CUNHA, M. B. D. Código *Qr Code* em bibliotecas: possibilidades de promoção do acervo. **XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 22 jul. 2015, p. 2.

²⁰⁴ OSAKA, I. S.; SOUZA, S. M. E. Estratégias de Marketing Digital na era da busca. **Revista Brasileira Marketing**, v. 10, p. 46-72, abril 2011, p. 12.

no celular tem a possibilidade de acessar informações detalhadas sobre um item da exposição, enriquecendo a sua experiência perceptiva.

Entende-se que, em exposições e museus, a combinação da coleção com a disposição diferenciada da informação torna a visita mais prazerosa. A estruturação da informação num ambiente virtual pode ser o elemento inovador que os gestores precisam para tornar as estratégias preservacionistas mais dinâmicas e despertar o interesse dos visitantes. Os gestores precisam pensar os espaços físicos e virtuais de maneira equilibrada. As informações postadas no ambiente virtual não podem ofuscar ou sobrepor-se aos elementos depositados no ambiente físico. A ponte entre os dois espaços deve muito bem feita, permitindo que os universos virtual e físico se completem.

Em Lavras Novas, a ideia é que o *Qr Code* possa ampliar o acesso às memórias e aos conhecimentos relacionados aos monumentos do conjunto arquitetônico do Distrito. No ambiente virtual, o turista encontrará memórias sobre os monumentos, links, fotos, coordenadas geográficas de localização e até vídeos. Já no ambiente físico, o turista vivenciará o contato real com o monumento. A expectativa é que as informações hospedadas no ambiente virtual venham a engrandecer as experiências dos turistas no ambiente real e atuem dentro de uma perspectiva preservacionista.

Dentro de um ponto de vista alternativo, o uso do *Qr Code* em Lavras Novas pode ser percebido como uma inovação voltada a diferentes tipos de pessoas, e por isso a informação veiculada precisa apresentar aspecto inclusivo. O gestor tem que pensar que os monumentos não possuem restrição de público. A região de Ouro Preto, por exemplo, recebe um grande número de turistas estrangeiros. Entende-se que seria interessante a disponibilização de sistema multilíngue para a conversão das informações. Já o uso da linguagem coloquial facilitaria o acesso ao público com menor grau de instrução. Nem todas as pessoas terão uma formação intelectual que permita a leitura de um texto rebuscado, próprio de alguns colegas acadêmicos.

Os gestores das políticas de uso do patrimônio devem trabalhar na perspectiva de dimensionar o posicionamento do produto na mente dos consumidores. As pessoas sempre consideram suas preferências no momento de consumir um produto. Explorar a curiosidade humana é uma das formas de influenciar o consumo. Nessa linha de pensamento, o *Qr Code* mostra-se uma opção promissora. A interatividade e a pró-atividade da ferramenta servirá de matéria-prima para um bom posicionamento do nosso produto.

Dentro da linha preservacionista fala-se em “posicionamento do produto” como a capacidade da ferramenta de trazer visibilidade para a história dos monumentos e as importantes questões relativas à preservação, atingindo com qualidade uma grande massa de

turistas. Acredita-se que as funcionalidades do *Qr Code* venham a agregar valor ao setor turístico de comunidades como Lavras Novas. Imagine um turista que não fala português: ao passar o celular pelo código, terá acesso a um texto que pode ser traduzido para a sua língua. As informações sobre os monumentos devem estar integradas com o seu entorno, pautando um perfil democrático.

Entende-se que as políticas preservacionistas são mais eficazes em reforçar o sentido dos monumentos quando conseguem conectá-los com todo o conjunto arquitetônico. Sabe-se que informações de maior amplitude possuem um bom potencial para despertar o interesse das pessoas. As visitas devem oferecer aos turistas a possibilidade de ampliar os seus conhecimentos e ter noção geral sobre informações estratégicas relacionadas ao conjunto arquitetônico visitado. A reflexão proveniente de uma visão ampliada provocará o interesse das pessoas, além de proporcionar entretenimento de qualidade.

A aceitabilidade do *Qr Code* como estratégia educacional e ferramenta de apoio à reflexão foi abordada num estudo sobre a divulgação do “Circuito das Grutas”. Realizado por representantes de sete municípios mineiros para tentar fomentar o turismo nas grutas de Maquiné, Rei do Mato e da Lapinha, o estudo pretende avaliar o uso de forma integrada das ferramentas tecnológicas na veiculação da informação sobre os destinos turísticos²⁰⁵. A pesquisa traz um projeto destinado a dimensionar qual a percepção dos turistas sobre os circuitos turísticos e avaliar a sua aceitação em relação ao uso de tecnologias como fator agregador nas visitas. A pesquisa aponta a falta de informação integrada e consistente como principal elemento desmotivador para a visita dos conjuntos turísticos. Já no que se refere ao uso de tecnologias interativas na veiculação de informações sobre os destinos turísticos, a pesquisa aponta que 45% dos entrevistados, apesar de não conhecerem a fundo as possibilidades tecnológicas, possuem interesse em fazer uso delas em seus passeios e que 80% estariam dispostos a voltar a um destino turístico onde a tecnologia fosse utilizada para otimizar o atendimento aos turistas²⁰⁶. Esse estudo mostra a boa aceitação das plataformas digitais na divulgação da informação e sua eficácia em ampliar os canais de socialização e entretenimento.

Outra experiência relacionada ao uso de ferramentas digitais na veiculação da informação em destinos turísticos foi a implantação das tecnologias de *Qr Code* e da Realidade Aumentada no Museu Assis Chateaubriand²⁰⁷. Tradicionalmente, os museus proporcionam aos

²⁰⁵ ALAN TADEU DIAS CAMPOS, A. D. O. G. D. C.; SANTOS, T. F. D.; SANTOS, V. D. Tecnologias Interativas: uma proposta de aplicação ao Circuito Turístico das Grutas.

²⁰⁶ **Ibidem.**

²⁰⁷ SILVA, U. L. D.; BRAGA, R. F. **Uso de QR Code e Realidade Aumentada como suporte a visitação de museu.** Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2015, p. 06.

seus frequentadores visitas guiadas como forma de explicar a coleção ali exposta. Sabe-se da importância do contato humano entre o guia e os turistas, mas entende-se que a soma de muitas visitas guiadas pode ser um elemento exaustivo e contribui para que o guia, em algum momento ou outro, acabe esquecendo uma informação importante. Em outras ocasiões, os guias podem não saber falar a língua do turista ou até não ter o preparo acadêmico necessário para falar com propriedade sobre os itens. No entendimento dos responsáveis pelo projeto de multimídia do referido museu, o *Qr Code* e a Realidade Aumentada podem aprimorar as experiências dos visitantes, assessorando na disposição de informações completas sobre a obra e permitir uma interação sutil entre o usuário e a máquina mantendo o foco na obra de arte²⁰⁸.

Sabe-se que a Realidade Aumentada é uma tecnologia mais complexa de ser viabilizada, principalmente devido aos recursos tecnológicos demandados. Já o *Qr Code*, nos testes no referido museu, mostrou-se ferramenta de fácil implantação e boa relação custo-benefício. As avaliações apontaram para uma satisfação dos visitantes, não tendo havido dificuldades ou anomalias quanto à disposição das informações²⁰⁹. A equipe espera, num próximo momento, desenvolver uma opção de *Qr Code off-line* que não dependa de acesso à internet para funcionar, onde mesmo que o celular não esteja conectado à internet ele consiga ter acesso à informação.

O *Qr Code* tem sido objeto de estudo em diversas partes do mundo. Um exemplo do uso do *Qr Code* no exterior foi o projeto realizado com objetivo de promover o turismo cultural na freguesia de Santa Maria dos Olivais, localizada na cidade portuguesa de Tomar. O projeto previa a criação de um *Qr Code* para cada monumento turístico da freguesia, que direcionava ao acesso de um site onde estariam disponibilizadas diversas informações sobre os monumentos²¹⁰. Dentre um grande universo de informações hospedadas no site, destacaram-se os “áudios-guia”. A tecnologia conjuga informações verbalizadas na forma de áudio e o posicionamento geográfico dos monumentos aferidos por um aparelho de GPS. O turista ao acionar o GSP do carro ou do celular, escutará automaticamente o áudio com as informações sobre o monumento, assim que passar pela sua localização. Para isso basta ter baixado o áudio em seu aparelho. Os áudios são organizados em formato de “circuito” e podem ser obtidos no site, vinculado e acessado por meio da leitura de um *Qr Code*²¹¹. O estudo conclui que as ferramentas eletrônicas foram fundamentais na promoção do turismo na Freguesia de Santa

²⁰⁸ SILVA, U. L. D.; BRAGA, R. F, **op. cit.** p. 06.

²⁰⁹ **Ibid.** p. 08.

²¹⁰ MARQUES, C. G. As tecnologias de informação e comunicação no turismo. Utilização das potencialidade dos dispositivos móveis para promover o patrimônio cultural. **Atas da XI Semana Gestão. Rumos estratégicos: Começar e recomeçar**, Tomar, 19 abr. 2016, p. 111.

²¹¹ **Ibidem.**

Maria dos Olivais, fomentando a acessibilidade aos monumentos para as pessoas que possuem deficiência visual, visitantes estrangeiros - através da disponibilização de áudio-guia em outras línguas - e pessoas que não conhecem a região²¹². Assim, entende-se que a construção de uma experiência interativa no campo do turismo, conjugada com a democratização do acesso à informação, foi o principal fruto desse projeto.

No Brasil, apesar de recentes, já são muitas as experiências que utilizam o *Qr code* como forma de viabilizar o acesso às informações. No Rio de Janeiro, por exemplo, o *Qr Code* pode ser encontrado nos calçadões das praias mais famosas. O empreendimento batizado de “QRio”, pensado para viabilizar os códigos em pedras portuguesas nos arredores dos monumentos, foi uma iniciativa da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, em parceria com empresa do ramo de design tecnológico digital. A iniciativa previa até o final do ano de 2013 a instalação de trinta códigos espalhados por diversos pontos turísticos da cidade²¹³.

O texto vinculado ao código oferece informações sobre os destinos turísticos e orientações relacionadas a opções de entretenimento e eventos culturais que acontecem na região do ponto turístico. Em entrevista ao **Jornal O Globo**, concedida em outubro de 2013, o secretário municipal de Conservação e Serviços Públicos do Rio Janeiro da época disse que os códigos representavam tentativa de transmitir conhecimento e cultura relacionados às belezas naturais do Rio de Janeiro²¹⁴. Ainda segundo o secretário, a ideia de criar *Qr Code* com pedras portuguesas foi copiada de Portugal e, devido a parceria público-privada, não teve custos para os cofres públicos. A expectativa era ter uma boa aceitação da população, o que justificaria a expansão do projeto. Segue abaixo uma imagem do *Qr Code* no calçadão da praia do Arpoador²¹⁵.

²¹² **Ibid.** p. 20.

²¹³ BORGES, W. globo.com. **Jornal O Globo**, 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/qr-code-historia-do-rio-agora-disponivel-na-palma-da-mao-7372978>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

²¹⁴ **Ibidem.**

²¹⁵ **Ibidem.**

Figura 20 - *Qr Code* no calça d'ão da praia do Arpoador



Fonte: Site Folha de São Paulo.

O texto vinculado ao *Qr Code* da praia do Arpoador traz uma curiosidade em relação à origem do nome da praia. Segundo disposto no texto, o nome “Arpoador” origina-se do fato de que no passado a praia era um conhecido ponto de caça das baleias que migravam para o mar do Atlântico Sul em busca de águas quentes²¹⁶.

A expectativa na cidade do Rio de Janeiro é que a ferramenta, além de incrementar as possibilidades turísticas dos monumentos, venha a contribuir com a educação patrimonial. Espera-se que o acesso das informações por turistas estrangeiros transforme os pontos turísticos cariocas em espaços conhecidos mundialmente.

Em Indaiatuba - São Paulo, a ferramenta foi utilizada na conscientização da população quanto à importância histórica dos monumentos. Desde a década de 1990, a cidade vem sofrendo grande expansão imobiliária, o que se refletiu na destruição de muitos casarões do século XVIII, responsáveis por rememorar as raízes culturais da região²¹⁷. Na aprovação de novo Plano Diretor, em 2010, definiu-se a necessidade de preservação dos conjuntos urbanos e das paisagens culturais da cidade. Para isso, pensou-se em contar a história da arquitetura remanescente através do uso da “cidade digital”. Vista do ponto vista técnico, a “cidade digital” representa inicialmente a interligação dos serviços públicos e das unidades administrativas, pensando na solução dos problemas de comunicação²¹⁸.

²¹⁶ Informações retiradas do texto vinculado ao *Qr Code* da praia do Arpoador.

²¹⁷ MARQUES, V. S. R.; PEREIRA, R. B. Conhecer para preservar - O uso de *Qr Code* na educação patrimonial: o caso de Indaiatuba - SP. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura Cidade e Projeto: uma construção coletiva**, São Paulo, 2014, p.7.

²¹⁸ **Ibidem.**

A melhoria dos canais de comunicação sempre foi uma tendência da cidade, que desde sempre buscou no meio digital a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. Essa tendência facilitou a viabilização do uso das plataformas digitais como estratégia de preservação do patrimônio. Uma equipe de estudantes da Pontifícia Universidade Católica (PUC) da cidade de Indaiatuba pensou no *Qr Code* como forma de acesso ao site da Fundação Pró-Memória, onde o usuário do código teria acesso a uma série de informações sobre os monumentos culturais da cidade.

O código seria estampado numa placa e fixado nos monumentos de Indaiatuba. Um *software* vinculado ao site dimensionaria o acesso realizado às informações, traçando um perfil das visitas. Esse perfil dos acessos seria útil aos gestores no planejamento e na avaliação das políticas preservacionistas. A tentativa dos gestores de Indaiatuba é de transformar a cidade num domínio mundial, mas sem sofrer com o assédio descontrolado do turismo, conhecendo e respeitando as suas limitações estruturais. A noção estatística do volume das visitas por assunto pesquisado permitirá aos gestores encontrar os gargalos estruturais da localidade, prevenindo possíveis ameaças aos monumentos e melhorando as experiências em relação ao turismo.

Sabe-se que a observação das comunidades no seu dia a dia nos permite dimensionar usos inapropriados e sentidos ocultos. O desafio é acertar nas leituras, traçando estratégias que possam utilizar a informação num processo educacional como forma de preservar nossas memórias.

3.2. A inovação na preservação do patrimônio cultural de Lavras Novas

Entende-se que a evolução tecnológica dos últimos anos inaugurou uma nova era na comunicação. A facilidade de acesso à internet através dos dispositivos móveis e a popularização dos sistemas de buscas e das redes sociais geraram uma enxurrada assombrosa de informações compartilhadas pela internet. Sabe-se que algumas inovações tecnológicas foram mais marcantes do que outras e estão representando grandes mudanças nos paradigmas que competem à preservação do patrimônio cultural.

A migração do consumo para o ambiente virtual tem revolucionado a maneira de pensar os empreendimentos. Na área do turismo, não é diferente. Na era da informação, as localidades turísticas têm investido pesado em campanhas publicitárias para tentar seduzir novos visitantes. Cada vez mais, restaurantes, pousadas e bares de localidades turísticas focam seus esforços em

criar sites atraentes, divulgando as opções de lazer que são oferecidas aos turistas. Se pensarmos, por exemplo, na cidade de Tiradentes, fica subentendido que vale qualquer coisa para atrair os turistas. As pessoas envolvidas com o turismo criaram uma “Tiradentes digital”, onde se pode achar todo tipo de informação sobre a cidade e seus pontos turísticos. Sabe-se que, no meio de tanta informação com objetivo publicitário sendo hospedada no espaço virtual, pouca coisa realmente tem utilidade para os moradores.

A “imagem digital” trata o patrimônio cultural das comunidades turísticas como um produto passível de ser vendido ao seu cliente quase que exclusivo: o turista. As pousadas e restaurantes usam a imagem dos monumentos coloniais e vendem passeios turísticos aos seus clientes sem a menor preocupação com os impactos gerados para a comunidade. A imagem digital da cidade de Tiradentes, muitas vezes, não faz sentido para quem nasceu na cidade e não tem interesse turístico na mesma. Na perspectiva mercadológica, os anseios dos moradores de localidades como Tiradentes acabam ficando em segundo plano, e por isso faz sentido o nosso estudo sobre o potencial das novas tecnologias em variar essa ótica mercadológica.

É por causa dessa tendência de segregação que se torna imprescindível a gestão da informação no ambiente virtual. A disposição da informação não pode ser vista somente como ferramenta publicitária do turismo. A democratização do acesso às plataformas digitais deve se refletir no perfil das informações veiculadas. As organizações ligadas à preservação do patrimônio devem atualizar-se quanto ao consumo em tempo real, o que tem feito com que processos e informações tornem-se obsoletos rapidamente, crescendo o grau de incerteza nos resultados das estratégias preservacionistas.

Na realidade, entende-se que esse cenário de incerteza é muito mais motivado por um fenômeno social do que por uma evolução tecnológica. Redes sociais, blogs e mídias digitais são ferramentas a serviço de grupos que geram os seus “modismos”, visando ditar tendências e influenciar comportamentos. A visão empreendedora do turismo emprega as suas forças de modo a explorar economicamente as tendências, manipulando as variáveis ambientais para que o retorno econômico seja o maior possível.

Sabe-se que estamos vivendo o início da “internet semântica”, na qual a informação existe simultaneamente no ambiente virtual e no ambiente físico. Nesse novo arranjo informacional, o consumidor possui papel ativo dentro do sistema. Nesse contexto semântico da internet, o indivíduo é convocado a participar ora como parte de uma inteligência artificial, ora como usuário de ferramentas informacionais, integradas à sua vivência no mundo real através, por exemplo, de tecnologias como a Realidade Aumentada.

As organizações ligadas à preservação do patrimônio têm que aproveitar essa

perspectiva interativa da informação e utilizar esse novo comportamento em prol das estratégias de educação patrimonial. Entende-se que a concepção de canal de comunicação dirigido à questão da preservação e ao mesmo tempo versátil, que permita que o usuário assuma um papel interativo dentro dos processos, estimulará a aprendizagem em prol da preservação das memórias dentro de uma ótica de princípios contemporâneos.

Acontece que, na maioria das vezes, as instituições ligadas à preservação da memória ainda atuam dentro de uma perspectiva tradicional, desprezando o que está acontecendo no ambiente virtual. Em regiões turísticas, fica pressuposto que o ambiente virtual é um terreno voltado para atividades comerciais próprias de hotéis, restaurantes e empreendimento que trabalham vendendo produtos turísticos. É claro que a evolução da internet potencializou as transações comerciais eletrônicas. Sabe-se, por exemplo, que, de acordo com o instituto IBOPE, no ano de 2016 foram gastos no Brasil 44 bilhões de reais em compras *on-line*.

A maturidade dessas plataformas eletrônicas tem contribuído para que a população se sinta cada vez mais atraída a buscar acesso ao ambiente virtual. Segundo dados da 27ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas, realizada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP)²¹⁹, atualmente existem 244 milhões de dispositivos móveis conectados à internet espalhados pelo Brasil. Desse total, ainda segundo a pesquisa, 71% são Smartphones. São cerca de 173 milhões de telefones móveis que possuem possibilidade de acesso à internet. Em relação a 2015, em 2016 houve um crescimento de 9% nas vendas de aparelhos Smartphones²²⁰. Estima-se que o Smartphone virou o principal meio de acesso à internet do usuário doméstico.

Mesmo que a corrida da população pelo acesso ao mundo virtual desperte o interesse comercial dos empresários, isso não quer dizer que não haja espaço para iniciativas voltadas à educação. Dentro de prisma educacional, pode-se pensar na viabilização da “presença digital” para os monumentos históricos. A existência de elementos da vivência cotidiana no mundo virtual é uma das premissas da educação à distância, que, em algum momento, pode ser utilizada dentro das estratégias preservacionistas.

Hoje é comum as pessoas realizarem buscas no mundo virtual antes de visitarem uma determinada localidade. Seria importante se os monumentos tivessem espaço reservado dentro da “cidade virtual”. Mas não um espaço de apelo apenas comercial. Os monumentos precisam ser entendidos de um ponto de vista mais amplo, que represente a comunidade e suas memórias

²¹⁹ A pesquisa refere-se ao ano de 2016, sendo os dados coletados no mês de abril. As informações foram acessadas no seguinte endereço eletrônico: <http://eaesp.fgvsp.br/ensinoeconhecimento/centros/cia/pesquisa>.

²²⁰ As informações foram acessadas no seguinte endereço eletrônico: <http://eaesp.fgvsp.br/ensinoeconhecimento/centros/cia/pesquisa>.

culturais. A experiência virtual deve ser ferramenta para ampliar a percepção e ao mesmo tempo ser atraente ao ponto de estimular o interesse das pessoas em vivenciar o contato com o mundo real. Nesse ponto, o acesso à “imagem virtual” do monumento é um tópico que demanda atenção especial.

O acesso à informação sobre o patrimônio dentro do mundo virtual deve estar em concordância com o perfil do público-alvo e as estratégias preservacionistas. A busca por melhorar a visibilidade dos monumentos assume importância estratégica dentro da preservação e passa pelo desafio de aprimorar o posicionamento da imagem digital na perspectiva do usuário. Sabe-se que as organizações que atuam de maneira mais moderna na preservação do patrimônio têm apostado na junção entre memórias e tecnologia da informação. As memórias são a matéria-prima da imagem virtual do monumento, criada utilizando recursos tecnológicos e veiculada nas plataformas digitais.

A idealização de imagem virtual de qualidade para um monumento cultural não é uma tarefa simples. A empreitada exigirá equipe de trabalho multidisciplinar, muitas vezes liderada por um profissional com perfil mediador, que foque seus esforços no planejamento dos processos e em integrar estudos históricos e ferramentas da tecnologia da informação. Sabe-se que a imagem virtual assumirá uma posição dentro de um universo digital complexo, que dispõe de grande quantidade de conteúdo, onde a interatividade, a democratização dos acessos e a própria inteligência artificial do sistema sintetizarão uma maneira de avaliar e questionar as informações veiculadas.

Sabe-se que o *Qr Code* tem sido utilizado no campo da preservação e divulgação do patrimônio cultural como alternativa para veicular a imagem virtual dos monumentos históricos. Espera-se que a interatividade dessa ferramenta possa criar uma interseção entre o ambiente virtual e o ambiente real. Os turistas, utilizando seus *Smartphones*, podem ter acesso à imagem virtual do monumento, partindo da vivência no ambiente real onde o monumento existe fisicamente.

Em Lavras Novas, espera-se veicular uma imagem digital que emocione e seduza os turistas, primeiro pela sua referência cultural e depois pela interatividade e a sua aparência inovadora. A utilização do *Qr Code* como ferramenta preservacionista em Lavras Novas tende a estimular os turistas a conhecerem um lado Distrito que atualmente está como que esquecido. Hoje o turismo em Lavras Novas está concentrado nas cachoeiras, nos passeios ecológicos e na culinária típica da região. Melhorar a visibilidade dos monumentos através das mídias digitais é tornar a experiência do turista de Lavras Novas mais completa do ponto de vista cultural.

Nas práticas preservacionistas, o *Qr Code* vai atuar como um “transmissor cultural” ao

ar livre, que, assim que acessado, colocará algo em evidência. Por isso, existe uma preocupação quanto à procedência e à qualidade do conteúdo vinculado à ferramenta que será exposto. A reação do público dependerá diretamente da forma como a história for contada. A linguagem multimídia incorporada pela ferramenta amplia as alternativas para se criar uma mensagem, mas, quando utilizada inadequadamente, pode comprometer o efeito preservacionista da ferramenta. Não queremos criar simulacros nem enfeitar folcloricamente os monumentos. Temos que ter seriedade em nossos discursos, principalmente quando utilizamos veículos de divulgação em massa.

O potencial do *Qr Code* é imenso, mas, como qualquer ferramenta, o sucesso dependerá da forma como é utilizado. As vantagens podem transformar-se facilmente em dano. O fato de o *Qr Code* operar através da câmera do celular, ser disponibilizado gratuitamente aos usuários e veicular grande quantidade de informações que podem ser combinadas de acordo com o perfil do cliente só poderá ser encarado como vantagem quando conjugado com informações bem arquitetadas, estudadas para o seu público-alvo e provenientes de pesquisas bem feitas.

Na prática percebe-se que o uso de *Qr Code* é muito simples. Basta executar um aplicativo instalado no celular feito para leitura do *Qr Code* que em segundos a câmera do aparelho faz a leitura e retorna exibindo a informação vinculada ao código. Nos casos em que a leitura resulte num download de informações hospedadas na rede, o Smartphone precisará de conexão com a internet para realizar a operação. Segue abaixo uma imagem que ilustra o que seria o *Qr Code*.

Figura 21 - *Qr Code* da Capela de Sant'Ana



Fonte: Arquivo pessoal

A leitura do *Qr Code* exibido acima resulta em download de arquivo no formato “pdf”, contendo referências sobre a Capela de Sant’Ana da Chapada e o seu entorno. O arquivo traça um perfil virtual para o monumento, trazendo informações sobre como chegar à Capela, sobre a

sua origem, os seus preceitos arquitetônicos e curiosidades sobre a sua relação com a comunidade.

Sabe-se como é complicado o acesso a informações sobre monumentos históricos em comunidades pequenas como Lavras Novas. Apesar de existir uma “Lavras Novas digital”, as informações veiculadas nesse mundo digital são voltadas à divulgação de opções de hospedagem e alimentação e para venda de passeios turísticos. Os hotéis, pousadas, restaurantes e empresas especializadas em venda de passeios turísticos montaram rede de sites que possui como principal propósito a divulgação dos seus negócios.

Visando seduzir os turistas que buscam informações na internet, as empresas elegeram, como ilustração de Lavras Novas, as belezas das paisagens naturais do Distrito. Esse fato acabou contribuindo para divulgação exagerada dos elementos naturais que compõem a paisagem, transformando a Bacia do Custódio, as cachoeiras e as trilhas em pontos turísticos badalados. Essa veiculação comercial pouco ensina sobre as referências culturais e os monumentos do período colonial. Os turistas muitas vezes nem têm a noção de que estão diante de uma construção que representa parte da história da colonização mineira ou visitando uma Capela construída no século XVIII.

É nesse lapso de informação que focaremos os trabalhos com *Qr Code*, trazendo, para a “Lavras Novas digital”, um pouco da história setecentista e das referências culturais dos monumentos e seu entorno, as quais, até o momento, foram negligenciadas pelas empresas que controlam o ambiente virtual de Lavras Novas.

3.3. O processo de construção do *Qr Code*

Na viabilização da proposta para diversificar as informações sobre Lavras Novas no ambiente virtual, pensou-se em explorar a pró-atividade e a curiosidade dos turistas que frequentam o distrito. Sabe-se que os turistas vão para Lavras Novas na expectativa de desfrutar das belezas naturais, do ar fresco das montanhas e do clima bucólico, mas isso não quer dizer que as pessoas estão fechadas a outras experiências. É nesse viés de possibilitar novas experiências aos turistas que entra o trabalho com o *Qr Code*.

Sabe-se que o uso do *Qr Code* é livre de qualquer licença. A patente da tecnologia é da empresa Denso Wave, que decidiu torná-la pública. Há anos, a tecnologia, que surgiu na indústria automobilística, vem sendo utilizada nas campanhas publicitárias na perspectiva de expandir as possibilidades comunicativas de cartazes e folders. O *Qr Code* foi a alternativa encontrada pelos publicitários para conectar a publicidade de característica off-line com a

publicidade do mundo on-line.

Na área do turismo, a tecnologia começou a ser utilizada em 2012, em Portugal, como recurso para reforçar a importância cultural da região do Chiado, em Lisboa. Seguindo o que foi feito em Portugal, pensamos na aplicação do *Qr Code* em Lavras Novas como forma de inovar no contexto da preservação do patrimônio.

Já é do nosso conhecimento que a possibilidade do uso gratuito da tecnologia e da disseminação dos *Smartphones* potencializou a abrangência do código. Acredita-se que essa abrangência da ferramenta será fundamental para o sucesso da tecnologia como estratégia preservacionista. Num mundo dominado pela tecnologia digital, nada melhor do que uma ferramenta eletrônica de grande alcance para popularizar a questão da preservação do patrimônio em regiões turísticas como Lavras Novas. Entende-se que disponibilizar as informações de maneira dinâmica e integrada com o ambiente, estando disponível ao usuário no momento em que ele realmente precisar, será um desafio facilmente superado pelo *Qr Code*.

Sabe-se que, na missão de expandir o acesso às memórias, a etapa de seleção das informações deve ser encarada como crítica. A matéria-prima da iniciativa preservacionista deve possuir embasamento sociocultural, tendo como fonte a própria comunidade. Ninguém melhor que os próprios moradores de Lavras Novas para transmitir o significado dos monumentos do Distrito. A construção de texto participativo dependerá de esforço de pesquisa capaz de despertar o interesse das pessoas em contribuir com o processo. No caso de Lavras Novas, acreditamos que será fundamental a participação da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres.

A organização é a responsável junto à comunidade pela coordenação dos esforços que tangem à preservação do patrimônio cultural do distrito. Será agendada reunião, onde iremos propor o uso do *Qr Code* na veiculação de informações sobre o patrimônio de Lavras Novas, evidenciando os possíveis ganhos em utilizar a ferramenta dentro da ótica da preservação do patrimônio. Ao final da reunião, esperamos que o grupo defina o universo dos bens que serão alvo das ações preservacionistas. Acreditamos que a participação dos membros da Irmandade dará sustentabilidade ao processo e credibilidade às informações veiculadas.

Apostaremos na construção de documento que tenda a associar várias mídias digitais, conjugando informações textuais, vídeos, imagens, mapas e coordenadas geográficas num mesmo arquivo. A ideia é explorar a nossa criatividade para apresentar aos turistas um produto arrojado. Dentro da perspectiva textual, esperamos construir texto de linguagem coloquial, pois entendemos que uma linguagem mais amigável aumentará a abrangência e o alcance do texto como ferramenta de preservação do patrimônio. O texto deve poder ser lido por todos os tipos

de público. Queremos um produto com o maior alcance possível. Os turistas, quando vão a localidades como Lavras Novas, geralmente procuram entretenimento para o seu momento de lazer. O que queremos passar deve oferecer ao turista experiência agradável, compatível como o seu momento de divertimento.

Os processos de tombamento e as fichas de inventário também serão fontes importantes na formulação dos textos. O procedimento de misturar as memórias dos moradores de Lavras Novas com conhecimentos técnicos tornará as informações mais ecléticas e ao mesmo tempo embasadas. A fundamentação teórica deve ter o seu espaço em nossa mensagem. Deve-se assegurar que o texto possua relação equilibrada entre os testemunhos dos moradores de Lavras Novas e os conhecimentos teóricos.

Os termos técnicos devem explicados durante o texto, de maneira que o leitor não fique sem compreender o significado do que acabou de ler. Temos que entender que os turistas nem sempre têm formação acadêmica que os prepare para assimilar o que diz um processo de tombamento. Por isso, temos que ter o cuidado de não exagerar e transformar os textos que serão veiculados no *QR Code* em artigos acadêmicos.

Uma saída para transmitir as informações de maneira mais dinâmica talvez seja utilizar recursos de áudio e vídeo que ajudem a passar a mensagem de forma mais explicativa e dinâmica, principalmente conteúdos mais teóricos. Quem sabe assim quebramos a barreira quanto à compreensão das informações provenientes dos processos de tombamento e dos trabalhos acadêmicos! O mundo virtual é um campo perfeito para proposições criativas. Sabe-se que ideias que transmitam natureza inovadora possuem maior probabilidade de fazer sucesso na internet. Parece que a quantidade de acessos decorre da ousadia do conteúdo.

Para ilustrar a metodologia utilizada na construção do *Qr Code* e do arquivo que será vinculado a ele, vamos explicitar o passo a passo da elaboração dos mecanismos virtuais que serão aplicados em Lavras Novas com a roupagem de ferramentas preservacionistas. O monumento escolhido para demonstrar o que estamos propondo como produto deste trabalho foi a Capela de Sant'Ana da Chapada.

Pensando em facilitar o entendimento de como se organizam os procedimentos associados à disponibilização do *QR Code* aos turistas, dividimos o processo em quatro etapas:

1. Construção do arquivo a ser veiculado.
2. Hospedagem do arquivo na rede.
3. Geração do *Qr Code*.
4. Disponibilização do *Qr Code* ao público.

O arquivo que posteriormente será vinculado ao código foi construído equilibrando referências históricas, curiosidades sobre o monumento e seu entorno e informações de características mais práticas. O texto sobre a Capela de Sant'Ana da Chapada começa trazendo uma ideia geral sobre o monumento, construída com informações retiradas basicamente de pesquisas acadêmicas, do processo de tombamento e das fichas de inventário. Essa primeira parte do documento aborda a importância cultural do monumento para a comunidade e as suas origens coloniais, trazendo uma imagem da Capela de Sant'Ana que explica os detalhes arquitetônicos do monumento. A imagem abaixo ilustra como ficou disposta a primeira parte do texto.

Figura 22 - Primeira parte do texto da Capela de Sant'Ana da Chapada



Figura 1- Capela de Sant'Ana - Arquivo pessoal

Capela de Sant'Ana

Tombada a nível municipal, a Capela da Chapada, edificada provavelmente durante o século XVIII, consiste em um dos principais símbolos culturais do distrito de Lavras Novas.

Nos primórdios da busca pelo ouro a Capela funcionava como um núcleo aglutinador. O local sagrado representava o ponto escolhido pelos desbravadores para se estabelecerem de maneira provisória.

A importância da Capela foi reafirmada pela reforma em 1883 que ampliou a Capela primitiva. Nessa reforma trabalhadores devotos da santa ofereceram-se para contribuir com a sua mão de obra, fazendeiros cederam materiais como pedras e madeiras. Destaca-se também a participação estratégica dos escravos na construção da Capela. A inserção de técnicas africanas contribuiu para diversidade arquitetônica da obra, reforçando a legitimidade e a simbologia da Capela de Sant'Ana perante a sociedade predominantemente negra de Lavras Novas.

Conheça os meus detalhes:



Escudo em pedra sabão na fachada da Capela que trás a inscrição "ANNO 1883 POR A S SANTANA ESMOLAS". Maiores informações podem ser acessadas clicando em: [brasão](#)

Forro da "Nave" que possui uma pintura de Nossa Senhora da Piedade.

Forro da capela- mor trazendo uma imagem de Sant'Ana. Maiores detalhes podem ser vistos clicando em: [Nave](#) [Capela-mor](#)

Imagem de Sant'Ana. Feita por Aleijadinho, tombada a nível federal.

Portada em cantaria com laterais em forma de colunas. Para descrição completa clique em: [portada](#)

Fonte: Arquivo pessoal

Nesta parte do documento, chamamos atenção para as palavras destacadas em azul. Todo texto que estiver marcado em azul é na verdade um *link* de acesso a um conteúdo acessório. Essa informação auxiliar pode aparecer para o usuário na forma de texto, imagem ou vídeo. Como estas informações estão postadas na rede, para acessá-las será necessária conexão com a internet.

Como pensamos em publicar o *Qr Code* num brinde promocional, avaliamos que seria

importante divulgar a localização do monumento. Nesta segunda parte do arquivo, o turista encontrará dados e fotos referentes ao percurso, links com vídeos para quem tem interesse em aproveitar uma caminhada até o monumento e informações diversas sobre o passeio até a Chapada. Segue abaixo a imagem da parte do texto que mostra como chegar à Capela de Sant'Ana da Chapada.

Figura 23 - Como chegar à Capela de Sant'Ana



Como Chegar

A Capela fica no povoado da Chapada localizado a 9,6 km da região central de Lavras Novas, próxima às conhecidas cachoeiras do Falcão e Castelinho. O acesso ao monumento se dá pela Estrada Real - MG 129, que liga Ouro Preto a Lavras Novas. Após andar 8 km na MG 129 no sentido Ouro Preto/ Ouro Branco, está entrada a esquerda que dá acesso a Lavras Novas, conforme imagem abaixo.



Figura 2- Estrada de acesso a Lavras Novas

Depois 2 km da entrada para Lavras Novas estão as placas que indicam o acesso a Chapada. A estrada da direita leva diretamente ao povoado da Chapada. A capela está localizada a 4 km das placas da figura abaixo.



Figura 3- Estrada de acesso a Chapada

Apesar da estrada de terra o percurso até a chapada é tranquilo podendo ser realizado por veículos que não possuem tração 4x4.

Para as pessoas que curtem caminhadas na natureza e estão acostumadas a andar o passeio pode ser realizado a pé. Partindo de Lavras Novas a distância da caminhada é de 4,9 km, sendo a duração aproximada de 1 hora e meia. O roteiro Lavras Novas/ Chapada pode ser visto no vídeo abaixo.

[Vídeo caminhada de Lavras Novas para Chapada](#)

Quem deseja maiores informações sobre o passeio pode acessar o link abaixo:

[Passeio à Chapada](#)

Fonte: Arquivo pessoal

Para finalizar o arquivo, pensamos em dar destaque aos eventos culturais que acontecem anualmente no entorno da Capela. Entendemos que estas informações darão um ar mais descontraído ao texto e serão úteis aos turistas que buscam diversão para os momentos de

lazer.

O Gastroarte da Chapada e a Festa de Sant'Ana da Chapada são eventos culturais de iniciativa da própria comunidade, realizados com aval da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres, pensados como forma de socialização e de obtenção de renda extra para as famílias que moram na Chapada. Estas festividades recebem turistas de toda a região e dão visibilidade às referências culturais da localidade. A inserção destas informações no arquivo, além de apresentar alternativa de lazer para o turista, dá visibilidade ao monumento e à comunidade, o que vem a estimular o envolvimento das pessoas em prol da preservação do patrimônio cultural local. A imagem a seguir ilustra o texto sobre os eventos culturais que serão disponibilizado aos turistas.

Figura 24 - Texto sobre os eventos culturais vinculados ao Qr Code.



Eventos de Destaque

Gastroarte da Chapada

O Goastroarte é um festival gastronômico realizado nos arredores da Capela de Sant' Ana da Chapada, que recebe aos visitantes de vários lugares para apreciarem a cultura e a culinária local. O evento oferece a degustação de pratos típicos feitos pelos próprios moradores. O clima interiorano toma conta das barracas construídas com bambu e folhas pitas onde os pratos são degustados ao som de músicos da região. Em 2016 o evento completou nove anos de existência. Todos os anos são

2 dias de degustação de pratos especiais da culinária local. O evento possui um público muito diversificado contanto com a presença de turistas, moradores locais, profissionais da culinária e até pesquisadores. Quem quiser saber mais sobre o evento pode acessar o vídeo abaixo:

[Reportagem sobre o VII Gastroarte](#)

Festa de Santana da Chapada

Festividades em homenagem ao dia de Sant'Ana padroeira da Chapada, comemorado em 26 de julho. A festa acontece entre 25 a 27 de julho, contando com a participação dos moradores de diversas partes do município de Ouro Preto e de turistas provindos de outras localidades. Nas festividades realizam-se missas, procissões, corridas, encontro de bandeiras e shows. A comemoração foi inventariada como patrimônio imaterial de Ouro Preto Quer saber mais sobre a festa acesse a ficha de inventário da festa clicando [aqui](#).

Fonte: Arquivo pessoal

Este arquivo foi pensado dentro de concepção contemporânea, utilizando ao máximo os recursos tecnológicos, visando oferecer ao turista experiência diferenciada. Dentro de linguagem democrática, esperamos alcançar públicos variados, levando a todos a nossa mensagem preservacionista. Buscamos, através da sofisticação, conquistar espaço dentro da “Lavras Novas Virtual”, que nos permita trabalhar os processos memorialísticos, tendo as pessoas como protagonistas da preservação do patrimônio cultural.

Depois de construir esse texto sintetizando a mensagem que desejamos passar aos turistas, precisamos providenciar uma forma de disponibilizá-la na internet. O arquivo precisa estar hospedado num endereço *on-line* para que os turistas possam acessá-lo.

Sabe-se da existência de uma infinidade de ferramentas de uso gratuito voltadas ao compartilhamento de informação via internet. Esse compartilhamento gratuito da informação, além de ser visto como forma de estimular a criatividade e o surgimento de novos conteúdos, consegue indiretamente diminuir a disparidade social e cultural, levando informações de qualidade a quem realmente precisa dela e muitas vezes não tem condição de pagar.

Dentro da máxima da preservação do patrimônio, a possibilidade de veicular informação de maneira gratuita será um fator de grande relevância quando pensamos numa prática democrática, visando alcançar grupos diversificados. Não há dúvida de que o caminho para uma sociedade mais justa passe pela questão da educação compartilhada pela internet, onde qualquer usuário tenha acesso gratuitamente à cultura e ao conhecimento.

O conceito de “computação em nuvem” surge no universo da educação como um novo paradigma de armazenamento, processamento e compartilhamento de informações virtuais. Criado recentemente, é visto como uma forma de interligar sistemas computacionais diversos, disponibilizando recursos dinâmicos para gerar e alterar informações diretamente na internet. Nessa ideia de nuvem, as informações não estão mais sendo processadas num único computador, mas sim divididas em partes, sendo processadas em máquinas espalhadas pela rede, onde a localização do dispositivo de armazenamento e a propriedade de uso não são relevantes. Essa nova tendência tecnológica possui como principal vantagem permitir o acesso às informações de qualquer máquina, oferecendo solução gratuita e efetiva para o compartilhamento de informações.

Entende-se que, dentro da perspectiva educacional, a ideia de nuvem informacional tem impulsionado o conceito de educação à distância. Hoje facilmente encontramos cursos completos sobre assuntos variados, disponibilizados gratuitamente no *Youtube*.

Caminhando por esse ponto de vista, pensaremos na nuvem informacional da “Lavras Novas Virtual” como alternativa para veicular gratuitamente, para os usuários, informações

diversas sobre educação e patrimônio. O surgimento do conceito de computação em nuvem será a oportunidade perfeita para expandir e sofisticar as políticas de preservação do patrimônio cultural.

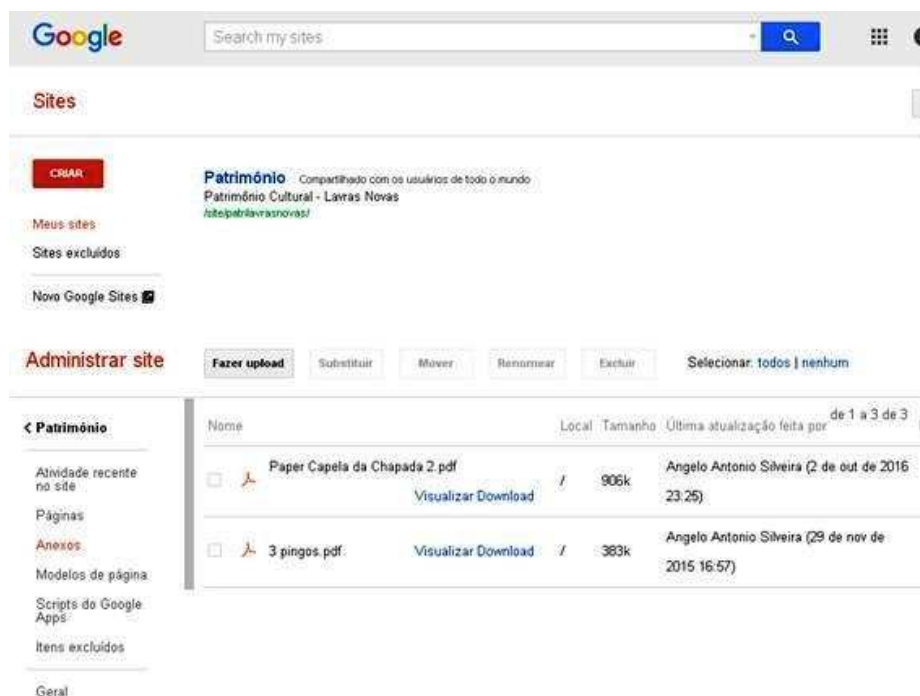
Incorporadas aos princípios de compartilhamento gratuito da informação, surgem as ferramentas de produtividade em nuvem, como o *Google Apps*. Esse instrumento, baseado na computação em nuvem, surge como um conjunto de aplicações virtuais que aloca recursos computacionais para todos os tipos de usuários, permitindo o gerenciamento e a construção associada do conhecimento²²¹.

Dentre o universo de ferramentas administrativas disponibilizadas gratuitamente pelo *Google*, o app “*Google sites*” surgiu como uma boa possibilidade para hospedarmos na internet as informações que queríamos disponibilizar via *Qr Code* aos turistas. O processo é bem simples. Bastávamos criar uma conta de acesso no *Google* para começarmos a utilizar a ferramenta. O “*Google sites*” foi produzido pela *Google* como forma gratuita para criar e posteriormente fazer manutenção de páginas na internet, onde poderiam ser disponibilizadas *on-line* informações diversas. O editor possui interface simples e acessível a pessoas com conhecimentos básicos em informática. A plataforma elimina o esforço de programação, permitindo que o usuário concentre-se na construção das informações que serão veiculadas.

Acredita-se que devido ao fato de o *Google* ser considerado uma das maiores empresas de internet do mundo e pioneira no campo do compartilhamento gratuito de informação, o uso da ferramenta “*Google sites*” transmitirá credibilidade e segurança ao nosso processo de veiculação da informação e à nossa estratégia preservacionista. Segue abaixo a imagem que ilustra o momento em que utilizamos o “*Google sites*” para hospedar na internet o texto sobre a Capela de Sant’Ana.

²²¹ MARTINS, A. F. U.; GOMES, S. S. **Novos rumos para informática na educação pelo uso da computação em nuvem (Cloud Education): Um estudo de caso do Google Apps**. Instituto Federal Fluminense. Campus de Goytacazes, 2010, p. 9.

Figura 25 - Google Sites

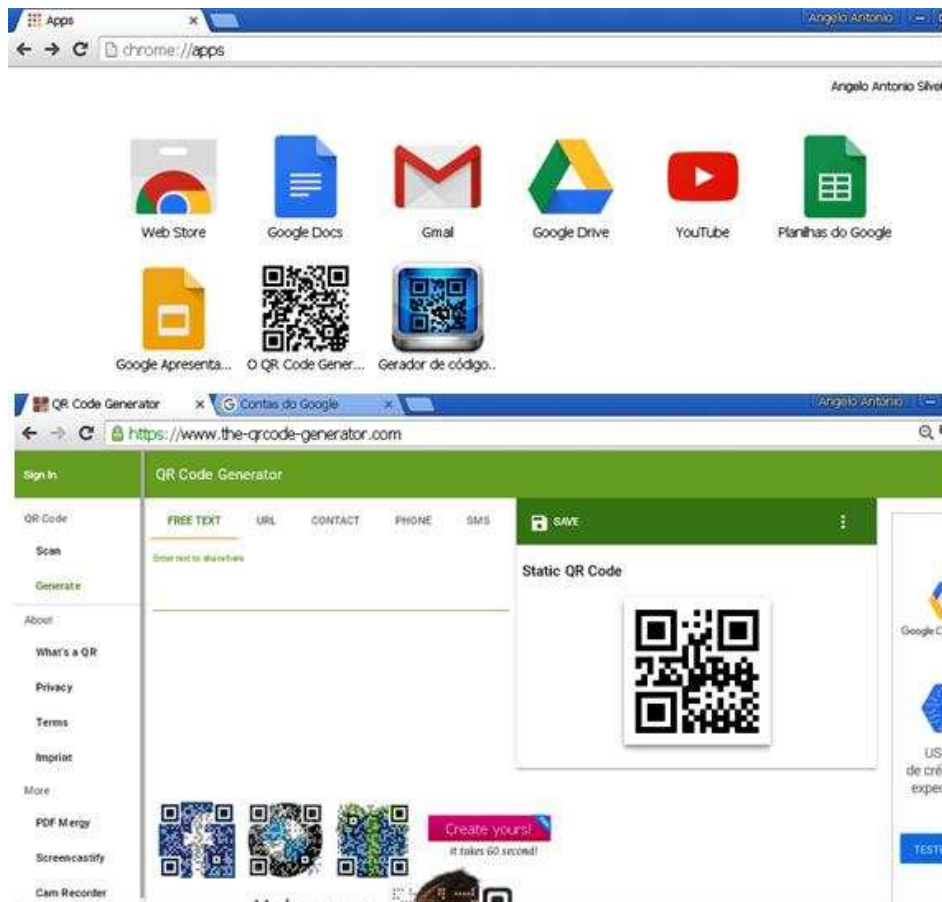


Fonte: Arquivo pessoal

Para o próximo passo, precisaremos de um sistema que nos permita gerar o *Qr Code* e vincular o arquivo hospedado na internet a esse código gerado. Existem diversos sistemas especializados na geração do *Qr Code*. Optamos pelo gerador de *Qr Code* que está integrado ao navegador de internet *Google Chrome*.

Feito pelo Google, o navegador possui ferramenta chamada de “*Qr Code Generator*”, que permite ao usuário gerar código vinculando a ele textos, endereço de páginas de internet, mensagens e até contatos. Esse sistema é de uso gratuito e pode ser acessado pelo botão “*apps*” da página inicial do navegador. Para fazer o vínculo das informações, é muito simples: basta o usuário abrir o aplicativo que o código é gerado automaticamente. Na janela que abrir, é só clicar na opção “URL” e digitar o endereço de onde está hospedado o texto, no nosso caso a página do “*Google sites*”.

Figura 26 - Qr Code Generation



Fonte: Arquivo pessoal

Como protótipo para apresentação do *Qr Code* da Capela de Sant'Ana, pensamos num marcador de livro feito em papel, que pode ser distribuído gratuitamente ou até vendido como souvenir aos turistas de Lavras Novas. A ideia é que o marcador de texto funcione como uma lembrança de viagem para as pessoas que vão passear em Lavras Novas. O produto deve ter boa apresentação, sendo esteticamente agradável e apropriado ao seu público-alvo. Segue abaixo uma imagem do marcador de livros com o *Qr Code* da Capela de Sant'Ana.

Figura 27 - Marcador de Livro com *Qr Code*

Fonte: Arquivo pessoal

Sabe-se que o foco no usuário será fundamental para que o *Qr Code* tenha o alcance esperado como estratégia preservacionista. Talvez seja interessante variar as suas formas de apresentação. Acreditamos que uma parcela dos visitantes do Distrito não terá interesse em marcadores de livros e por isso podemos pensar em outras opções de divulgação para o código. A exibição do código em locais de grande circulação de pessoas pode ser uma boa alternativa para maximizar o acesso às informações que desejamos que cheguem aos turistas. Podemos propor parcerias com bares, restaurante e hotéis, incentivando a divulgação do código em áreas comerciais onde haja grande fluxo de pessoas.

Outra alternativa seria conversar com a Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, sugerindo que o código seja exposto junto ao monumento. Assim, as pessoas que visitassem a Capela teriam acesso a informações úteis no momento da visita. Sabe-se que a falta de referências limita a percepção dos turistas quanto às questões culturais locais. Com o *Qr code* junto ao monumento, as pessoas teriam a oportunidade de acessar as informações no momento em que estivessem mais curiosas, dispondo do potencial interativo da ferramenta.

A mobilização dos atores sociais na avaliação do *Qr Code* será fundamental para ajustar os efeitos preservacionistas dessa ferramenta. Espera-se que a interação dos moradores locais com o *Qr Code* desenvolva ainda mais a aptidão empreendedora da comunidade, detectando

novas oportunidades para cooperação em prol da diversificação de modelos de negócio pautados no “uso sustentável” do patrimônio cultural.

O *CreativeMED* propõe, através do Livro Branco, modelo de inovação que busca a construção ou reconstrução de redes de valores que possam interligar desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida. A metodologia proposta no livro trata a integração entre criatividade e políticas tradicionais através da conjugação de: ancoragem cultural, organizações dispostas em redes abertas e inovação combinada com viabilização de novos modelos de negócios. Esse sistema tem como pilar a sinergia entre os indivíduos da comunidade.

É buscando desenvolver essa sinergia na área da preservação do patrimônio que vamos propor às lideranças locais a ampliação do alcance do *Qr Code* ao patrimônio cultural, pouco lembrado e que sofre muito com a expansão das atividades turísticas: as casas do conjunto arquitetônico central de Lavras Novas. Pensamos em conjugar as informações presentes nas fichas de inventário e os relatos dos moradores com imagens e recursos digitais, buscando, ao final, sintetizar um arquivo de plataforma dinâmica que traga brilho ao patrimônio cultural, que muitas vezes passa despercebido para os turistas.

Espera-se da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres o apoio necessário para expandir os trabalhos com o *Qr Code* no distrito de Lavras Novas. Pensando em garantir esse apoio apresentaremos aos membros da Irmandade o trabalho de veiculação de informações sobre a Capela de Sant’Ana utilizando o *Qr Code*. Ao final da apresentação, iremos propor que a experiência seja expandida a outros monumentos e elementos do conjunto arquitetônico.

4. Considerações finais

A nossa análise abordou a gestão do patrimônio cultural em Lavras Novas, discutindo conceitos como: a exploração econômica do patrimônio cultural e o impacto do turismo para a comunidade dentro da perspectiva da preservação das raízes culturais. A ideia da pesquisa nasceu da minha vivência como turista em Lavras Novas. Em visita ao Distrito, percebi que a falta de informações disponíveis para o público limitava a assimilação do patrimônio cultural local. A presença dos monumentos é marcante, mas durante a visita não tínhamos referenciais para entender o contexto do patrimônio e sua relação com a cultural local.

Já, por outro lado, não faltavam informações referentes às cachoeiras, às belezas naturais e aos passeios turísticos. Empresários transformaram o Distrito num verdadeiro “parque de diversões”, onde, a todo o momento, são oferecidos aos visitantes passeios ecológicos e turismo gastronômico. Saímos de Lavras Novas curiosos com a “negligência” em relação aos monumentos e à história local.

Nesse primeiro contato, ficou a sensação de que em Lavras Novas as estratégias de gestão do turismo eram voltadas para maximizar o consumo e não refletiam muito a cultura local. O turista não é motivado a pensar sobre as referências culturais e pouco interage com a população local. Todas as estratégias eram voltadas para o ecoturismo. Eu mesmo fui influenciado a conhecer as cachoeiras e a Bacia do Custódio. Entendemos o potencial turístico das belezas naturais de Lavras Novas e a força que a paisagem tem para atrair grupos de visitantes, mas sabemos que, com o tempo, a superficialidade do ecoturismo enfraquece a sustentabilidade do Distrito como destino turístico. O foco no turismo ecológico é uma estratégia perigosa, que, além de limitar o alcance da mensagem preservacionista, pode levar ao esvaziamento cultural da comunidade.

Entendemos a importância do turismo para o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Lavras Novas. Antes do surgimento do turismo como atividade econômica, os jovens do Distrito ou trabalhavam como “mão de obra pesada” na indústria de alumínio e na exploração e venda de lenha, ou então eram obrigados a ir embora atrás de outras oportunidades de emprego. O turismo abriu postos de trabalho, criando possibilidades diversas para as pessoas tirarem o seu sustento sem depender de grandes empresas ou de patrão.

A chegada dos turistas criou necessidades referentes a hospedagem, alimentação e diversão. Para suprir essa demanda, casas foram modificadas e transformadas em restaurantes e lojas de souvenir, estruturas foram construídas nos quintais, tudo visando atender às

necessidades dos visitantes. O conjunto arquitetônico de origem setecentista foi adaptado à medida que surgiam oportunidades de negócios e possibilidades de geração de renda para os moradores. Conforme o mercado turístico ia-se consolidando, mais e mais famílias percebiam a possibilidade de se sustentarem exclusivamente da renda do turismo e se lançavam na atividade. O que no início era entendido como uma renda extra rapidamente se transformou em negócio lucrativo.

Entende-se que a atuação do poder público em prol da preservação do patrimônio cultural surgiu de maneira tardia. Estratégias preservacionistas, como a Lei de Ocupação do Solo, foram propostas muito posteriormente ao surgimento do turismo de massa em Lavras Novas. Hoje percebemos o poder público como um mediador dos conflitos. No campo da preservação do patrimônio, os Conselhos e Associações não governamentais assumem o papel de “interlocução” no contexto das políticas públicas que tangem à gestão do patrimônio cultural. Moradores e empresários se organizam cada um a seu modo, visando defender os seus interesses frente à demanda turística, alimentada por campanhas publicitárias diversas.

As estratégias publicitárias em Lavras Novas seguem a linha dos empreendimentos, intensificando a exploração das paisagens naturais. Muitas vezes não há planejamento na divulgação dos eventos. Sabe-se que a superlotação do Distrito, devido à divulgação exagerada dos eventos, traz consequências negativas para a população. O turismo, viabilizado de maneira descontrolada, pode tornar o patrimônio algo estritamente comercial, distanciando os próprios moradores da comunidade das suas raízes culturais.

Mas nem tudo está perdido! Sabemos que o turismo, quando articulado de forma holística, considerando as diversas óticas sociais, pode transformar-se numa ferramenta eficaz no desenvolvimento social e na distribuição de renda. Em Lavras Novas, muito já foi transformado. A origem setecentista hoje é percebida nos detalhes. São essas particularidades culturais que queremos que sejam captadas e utilizadas como matéria-prima para as estratégias preservacionistas.

Pensamos o nosso produto como forma de veicular informações sobre os monumentos, na perspectiva de chamar atenção dos visitantes para as referências culturais de Lavras Novas, que entendemos que na atualidade estão negligenciadas pelo turismo. A falta de informações sobre os monumentos pode ser aproveitada como oportunidade para implementação de estratégia inédita em Lavras Novas, entendida pelos turistas como inovadora. Acreditamos que o aspecto moderno do nosso produto atingirá justamente o público-alvo que precisamos alcançar: os jovens. Hoje, as visitas em Lavras Novas estão fortemente alicerçadas no público jovem, no turismo de aventura e na gastronomia. Precisamos alinhar as nossas

estratégias com o perfil arrojado do público-alvo e dos empreendimentos que já atuam no Distrito.

Nessa linha de atuação, a veiculação das informações via *Qr Code* surge para interagir com a feição moderna do turismo em Lavras Novas. Apesar do caráter acadêmico do nosso trabalho, apostamos na contemporaneidade da ferramenta para alcançar o maior número de pessoas, pensando assim na democratização do acesso à informação. As nossas muitas leituras e pesquisas foram fundamentais para discutir os efeitos do turismo na gestão do patrimônio e na idealização de estratégia que atenuasse a falta de informação sobre os monumentos e a alienação dos turistas quanto às raízes culturais locais.

O nosso objetivo é dar “vida” à cultura local, conjugando de maneira dinâmica o passado e o presente em prol da preservação das referências culturais do Distrito. A propagação da informação de forma interativa será a nossa “arma”, que fará com que os visitantes percebam a importância social dos monumentos. Entendemos que os monumentos, apesar de atualmente não ocuparem um papel de protagonistas na realidade turística de Lavras Novas, possuem um lugar de destaque dentro dos corações dos moradores e das tradições locais. Se tratados num formato participativo, esses monumentos podem levar a reflexão a todas as camadas de usuários. Esperamos que o acesso à informação por meio do *Qr Code* possa proporcionar aos usuários experiência diferenciada.

A relação entre a fé e os monumentos é um aspecto importante, quando pensamos em seduzir os visitantes. As informações disponibilizadas ao público devem ir além do ponto de vista puramente instrutivo, alcançando o lado emocional das pessoas. A religiosidade precisa ser percebida como diferencial estratégico e pensada como uma “ponte” que levará a mensagem preservacionista aos corações dos visitantes. Precisamos evidenciar o valor sentimental dos monumentos, transformando os próprios turistas em agentes preservacionistas.

Sabe-se que o patrimônio é preservado pelo seu valor cultural e que a percepção desse valor é algo relativo e depende das informações veiculadas. É nesse caminho das referências culturais e da fé que pensamos os nossos textos e as nossas ferramentas preservacionistas. Dentro do universo de bens inventariados em Lavras Novas, optamos por trabalhar com os itens que possuem relação com a Igreja Católica. Acreditamos que as imagens sacras e os detalhes artísticos das Capelas possuem grande potencial para tocar o lado emocional das pessoas. A devoção dos moradores do Distrito e dos visitantes é um aspecto importante a ser considerado, quando pensamos em processos preservacionistas em Lavras Novas. Para termos uma ideia, 86% dos itens inventariado no Distrito ou são artigos religiosos ou possuem alguma relação com a Igreja Católica. A Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres é peça importante

quando se trata da preservação do patrimônio e da valorização da cultura local. As capelas, as imagens e seus adornos são tratados com um carinho especial pelos moradores de Lavras Novas. O turista que tiver interesse pelo patrimônio sacro sentirá o zelo dos moradores com os seus monumentos religiosos.

O próprio processo de tombamento da Capela de Sant'Ana ilustra a relação de apropriação dos moradores para com os monumentos. O processo cita o uso do largo da Capela para realização de eventos culturais na comunidade. É no diferencial da religiosidade e nessa relação entre os monumentos e o seu entorno que queremos basear os nossos textos. Propomos a construção de seis textos trazendo informações sobre imagens sacras e as capelas importantes para os moradores do Distrito.

A parte dos textos que trazem informações mais técnicas será construída com fundamento nas fichas de inventário. A Secretaria de Patrimônio gentilmente nos cedeu as fichas de inventário que tratam dos itens religiosos. Esses arquivos trazem informações como: localização, análise do entorno e ambiência, fotos, histórico, descrição, estratégias preservacionistas existentes, estado de conservação, possíveis fatores de degradação e referências bibliográficas. Enfim, são muitas as informações técnicas disponíveis. É claro que sabemos que o nosso público-alvo possivelmente não terá capacitação técnica e por esse motivo não precisamos dedicar grande parte do texto aos detalhes artísticos dos monumentos e a questões científicas.

Acreditamos que os visitantes de Lavras Novas estão mais interessados nas curiosidades e nos temas mais cotidianos. No texto referente à Capela de Sant'Ana, além de informações técnicas sobre o monumento, oferecemos, aos visitantes que acessarem o *Qr Code*, informações referentes aos eventos culturais “Gastroarte na Chapada” e “Festa de Sant'Ana da Chapada”. Acreditamos que essas informações possuem grande potencial para despertar a curiosidade do turista e o interesse em conhecer o monumento.

Em nossos textos, trataremos a história de Lavras Novas de maneira mais dinâmica. A roupagem proativa do *Qr Code* nos ajudará a dar esse ar arrojado e moderno aos textos, lembrando que os textos e o código devem ser entendidos como uma só estratégia. Ambos se complementam em prol da preservação do patrimônio cultural de Lavras Novas. Aos nossos olhos, o código parece estranho, mas basta apontar um *Smartfone* que tudo faz sentido. As campanhas publicitárias que utilizam o *Qr Code* exploram a curiosidade de saber o que está por trás dos símbolos, divulgando os mais variados tipos de informação. Devido à facilidade de acesso à informação, o *Qr Code* se transformou numa plataforma vista com simpatia pelo público.

Hoje, o código está presente em diversos produtos assumindo a função de levar informações variadas aos usuários. Nos últimos tempos, o *Qr Code* transformou-se numa das principais maneiras de transmitir informações por meio digital. Sabemos que a sua relação com a gestão do patrimônio cultural não é coisa nova. O código vem sendo utilizado em museus e até mesmo ao ar livre, como nas calçadas da cidade de Lisboa e na praia do Arpoador, no Rio de Janeiro, como forma de disponibilizar informações variadas para os visitantes.

Em Lavras Novas, ainda não há trabalhos utilizando o *Qr Code* na gestão do patrimônio cultural. O universo de possibilidades é muito grande. Pensando nessa gama de oportunidades e na expectativa em relação à importância da fé dentro do contexto de Lavras Novas, apostamos nos seguintes monumentos religiosos:

- Capela de Sant’Ana.
- Capela de Nossa Senhora dos Prazeres.
- Capela de São Miguel das Almas.
- Forro da Capela de Sant’Ana.
- Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres.
- Imagem de Nosso Senhor dos Passos.

A escolha desses seis itens, dentro do universo de 250 elementos inventariados, justifica-se nos detalhes. A Capela de Sant’Ana é tombada em nível municipal e é uma referência quando pesamos em “patrimônio vivo” e em sua função social. Desde os primórdios de Lavras Novas, o largo da Capela é palco de festividades sacras e mundanas, que atribuíram um ar profano ao monumento. A Capela se transformou num extrato das muitas histórias e lendas contadas pelos moradores da Chapada, evocando o jeito de viver da comunidade. São desses detalhes que falamos. É nessa singularidade que apostamos.

Já a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres é o monumento mais antigo de Lavras Novas. Erguida possivelmente no século XVIII, a Capela nos remete aos primórdios da colonização e remonta à história da exploração do ouro nas Minas Gerais. Apesar da sua simplicidade arquitetônica, a Capela possui grande relevância para a paisagem cultural de Lavras Novas. Ela está localizada no coração do Distrito e por isso é palco de diversos eventos culturais. No largo da Capela, perante as bênçãos de Nossa Senhora dos Prazeres, são realizadas apresentações musicais, comemorações religiosas e até largadas de corrida rústica. O monumento, que possui charme indiscutível, é um ponto de referência em Lavras Novas. Por ser tratada com tanto apreço pela comunidade local e devido à sua notória referência cultural, não podíamos deixá-la de fora das nossas estratégias preservacionistas.

Vista como um ponto branco na paisagem verde, a Capela de São Miguel das Almas, localizada no chamado “Beco do Cemitério”, está cercada por montanhas e representa, na tradição barroca, a proteção às boas almas na sua caminhada ao céu. Pouco procurada pelos turistas, a visita à Capela é recompensada pela paisagem do seu entorno. Por não ser muito conhecida, pensamos em divulgar a Capela como opção de visita para o turista que já conhece Lavras Novas. O monumento seria veiculado como novidade.

As imagens sacras possuem significado profundo e atuam na crença católica como instrumento de comunhão com os céus. As imagens de Nossa Senhora dos Prazeres e de Nosso Senhor dos Passos revelam a sua importância cultural durante as festividades religiosas. As comemorações em louvor a Nossa Senhora dos Prazeres, Padroeira de Lavras Novas, realizadas geralmente no segundo final de semana de agosto, é um dos maiores e mais tradicionais eventos da comunidade. A imagem retrata a presença de Nossa Senhora dos Prazeres durante as festividades, saindo em procissão pelo Distrito e abençoando as pessoas que participam das comemorações.

A Semana Santa é outro momento de fé em Lavras Novas. O Nosso Senhor dos Passos, criado como santo de “roca”, esculpido em madeira e cuidadosamente adornado com roupas confeccionadas pelos próprios fiéis, sai, durante a Semana Santa, na Procissão dos Passos, remontando aos últimos passos de Jesus. Os santos de roca eram feitos com membros articulados e possuíam enfoque teatral. Eram confeccionados para mexer com as emoções dos fiéis. O vestuário das imagens é muito valorizado, pois representa a força da crença dos seus devotos. Geralmente, as perucas dos santos de “roca” eram feitas com cabelos doados por fiéis em pagamento de promessas.

As comemorações religiosas, que desde sempre foram momentos importantes dentro do contexto cultural de Lavras Novas, na atualidade disputam espaço com eventos promocionais. A Semana Santa em Lavras Novas é uma época marcada por grande presença de turistas, responsável por aquecer a economia do Distrito. Os empresários aproveitam a ocasião para promoverem seus negócios. Durante a Semana Santa, são realizados festivais de cerveja e até circuitos gastronômicos. Pacotes turísticos são anunciados e vendidos via internet. Hotéis, bares e restaurantes são promovidos e ficam lotados. Já informações sobre os monumentos e as festividades religiosas pouco são compartilhadas com os turistas. As informações estão centralizadas na esfera dos eventos comerciais.

Concluindo, queremos que os turistas possam conhecer outras perspectivas culturais. O patrimônio religioso surge como opção para quebrar com os paradigmas criados pela indústria

do turismo em Lavras Novas, conectando os visitantes a um panorama cultural atualmente pouco percebido. Entendemos que diversificar os atrativos turísticos, trazendo o foco também para a religiosidade, só tem a agregar nas reflexões e na expansão sustentável do turismo no Distrito. Entendemos que a “sofisticação cultural” do turismo com o tempo vai contribuir para a melhoria dos encontros entre os moradores e os visitantes.

5. Bibliografia:

5.1. Documentos:

Parecer de tombamento Capela de Sant’Ana – Secretaria de Cultura e Patrimônio, Ouro Preto, Minas Gerais, 2005.

Fichas de inventário – Secretaria de Cultura e Patrimônio, Inventário Municipal, Ouro Preto, Minas Gerais, 2014.

5.2. Legislação:

OURO PRETO, Lei complementar nº 29, 2006. Institui o Plano Diretor da cidade de Ouro Preto, MG.

5.3. Livros, teses, dissertações, artigos e fontes eletrônicas:

ALAN TADEU DIAS CAMPOS, A. D. O. G. D. C.; SANTOS, T. F. D.; SANTOS, V. D. Tecnologias Interativas: uma proposta de aplicação ao Circuito Turístico das Grutas. **Revista Expressão**, Sete Lagoas, p. 11, abr. 2011.

ARAÚJO, P. V. L. D. **De Arraial a Vila. A criação da Vila de Campanha da Princesa:** reivindicações locais, estratégias políticas e reafirmação da sobreania portuguesa. Curitiba: Prisma, 2016.

AVILA, M. A. **Política e Planejamento em Cultura e Turismo.** Ilhéus: EDITUS, 2009.

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural:** As possibilidades do planejamento. 2. ed. Campinas: Paribus, 2001.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo.** 7 edição. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BORGES, W. globo.com. **Jornal O Globo**, 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/qr-code-historia-do-rio-agora-disponivel-na-palma-da-mao-7372978>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRAGA, V. M. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, p. 131. 2010.

CALABRE, L. **Política Culturais no Brasil dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2009.

CAMURÇA, M. A.; JR, O. G. Religião, patrimônio histórico e turismo na Semana Santa em Tiradentes (MG). **Horizontes Antropológicos** , Porto Alegre, v. 9, p. 1-22, out. 2003.

CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAN**, Rio de Janeiro , v. 23, 1994.

CARRATO, J. F. **As Minas Gerais e os primórdios do Caraça**. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1963.

CHAVES, F. N. **As festas populares e o contexto midiático: Lavras Novas e o futuro de sua identidade cultural**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 140. 2011.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. 3ª Edição. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CORDEIRO, E. D. O turismo como fomentador da configuração espacial do município de Ouro Preto: o novo distrito de Lavras Novas. **Cultur - Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus, n. 02, p. 61-84, julho 2008. ISSN 02.

COSTA, O. Memória e Paisagem: em busca do símbolo dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, p. 8, 2008.

DOWBOR, L. **Educação e apropriação da realidade local. Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 21, 2007.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 3ª Edição. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

IRVING, M. D. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

MARQUES, C. G. As tecnologias de informação e comunicação no turismo. Utilização das potencialidade dos dispositivos móveis para promover o patrimônio cultural. **Atas da XI Semana Gestão. Rumos estratégicos: Começar e recomeçar**, Tomar, 19 abr. 2016. 111.

MARQUES, V. S. R.; PEREIRA, R. B. Conhecer para preservar - o uso de Qr Code na educação patrimonial: o caso de Indaiatuba - SP. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura Cidade e Projeto: uma construção coletiva**, São Paulo, 2014. 12.

MARTINS, A. F. U.; GOMES, S. S. **Novos rumos para Informática na educação pelo uso da computação em nuvem (Cloud Education): Um estudo de caso do Google Apps**. Instituto Federal Fluminense. Campus de Goytacazes, p. 9. 2010.

MENESES, J. N. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica , 2006.

MOURA, N. F. D. **Identidade negra e a representação de lugar dos moradores de Lavras Novas, Ouro Preto - MG.** Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, p. 69. 2010.

OSAKA, I. S.; SOUZA, S. M. E. Estratégias de Marketing Digital na era da busca. **Revista Brasileira Marketing** , v. 10, p. 46-72, abril 2011.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: o desafio das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História** , São Paulo , v. 26, p. 27, Janeiro 2006. ISSN 0102-0188.

PINHEIRO, M. L. B. As Origens da Noção de Preservação Cultural no Brasil. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo - USP**, São Paulo, 2 mar. 2006. 14.

SECCHI, L. **Políticas Públicas:** conceitos, esquema de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SILVA, U. L. D.; BRAGA, R. F. **Uso de QR Code e Realidade Aumentada como suporte a visitação de museu.** Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, p. 11. 2015.

SILVA, V. J. D. **O palnejamento de marketing integrado e os impactos sócio culturais do turismo em pequenas comunidades.** Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, p. 102. 2006.

TODOROV, T. **Abusos da Memória.** Espanha: Ariela , 1995.

TORRES, J. C. **História das Minas Gérias.** 3ª. ed. Belo Horizonte: Lemi, 1980.

VARAJÃO, G. F. D. C. **Transformações Socioespaciais de Lavras Novas, Ouro Preto - MG: Evolução do Uso e Ocupação do solo e da Qualidade dos Recursos Hídricos.** PUC MG. Belo Horizonte, p. 171. 2011.

VARAJÃO, G. F. D. C.; DINIZ, A. M. A. **A evolução da rede urbana de Lavras Novas e a transformação do seu patrimônio construído.** PUC - MG. Belo Horizonte, p. 111-127. 2013.

VIEIRA, D. V.; CUNHA, M. B. D. Código Qr Code em bibliotecas: possibilidades de promoção do acervo. **XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 22 jul. 2015.

ANEXOS:

ANEXO 1 - Imagem Qr Code Capela de Sant'Ana



Figura 28 - Qr Code Capela de Sant'Ana

ANEXO 2 - Texto sobre a Capela de Sant'Ana da Chapada

Conheça Minha História  Visite Lavras Novas

Capela de Sant'Ana

Tombada em nível municipal, a Capela da Chapada, edificada provavelmente durante o século XVIII, consiste num dos principais símbolos culturais do distrito de Lavras Novas.

Nos primórdios da busca pelo ouro, a Capela funcionava como um núcleo aglutinador. O local sagrado representava o ponto escolhido pelos desbravadores para se estabelecerem de maneira provisória.

A importância da Capela foi reafirmada pela reforma em 1883, que ampliou a Capela primitiva. Nessa reforma trabalhadores devotos da santa ofereceram-se para contribuir com a sua mão de obra, fazendeiros cederam materiais como pedras e madeiras. Destaca-se também a participação estratégica dos escravos na construção da Capela. A inserção de técnicas africanas

contribuiu para a diversidade arquitetônica da obra, reforçando a legitimidade e a simbologia da Capela de Sant'Ana perante a sociedade predominantemente negra de Lavras Novas.

A Capela de Sant' Ana era conhecida pelo seu ar singular. Festividades que aconteciam no largo da Capela combinavam elementos sacros e mundanos criando atmosfera profana à paisagem cultural da Chapada.



Figura 1 - Capela de Sant'Ana
Fonte: Arquivo Pessoal

A Capela de Sant' Ana, representa a historicidade do viver da comunidade, evocando sentidos além dos literais e que se transformam com o passar do tempo, refletindo no presente um passado ainda muito vivo. Um patrimônio que não se restringe às expressões “mortas” da cultura de um povo, mas sim uma narrativa baseada na interseção entre o passado e o presente. Uma das curiosidades da Capela é o brasão fixado em sua fachada. Idealizado no estilo [Rococó](#), provavelmente foi feito por um artista profissional de conhecimento erudito, considerando as técnicas empregadas. O escudo feito em pedra sabão apresenta elementos em alto relevo ecléticos, que possuem significados diversos. Esses elementos quando combinados remetem à paisagem e a religiosidade do povo.

Outros itens arquitetônicos que se destacam na Capela são o [cruzeiro](#) que ornamenta a frente da Capela, o forro em madeira que trás pinturas [neoclassicista](#) de Sant' Ana, a portada que compõem a fachada do monumento, e imagem de [Sant'Ana](#) tombada a nível federal por se tratar de uma das obras do Mestre Aleijadinho.

Conheça os meus detalhes:



Escudo em pedra sabão na fachada da Capela que trás a inscrição “ANNO 1883 POR A S SANTANA ESMOLAS”. Maiores informações podem ser acessadas clicando

Forro da “Nave” que possui uma pintura de Nossa Senhora da Piedade.

Forro da capela- mor trazendo uma imagem de Sant’Ana. Maiores detalhes podem ser vistos clicando em:

[Nave](#)
[Canela-mor](#)

Imagem de Sant’Ana. Feita por Aleijadinho, tombada a nível federal.

Portada em cantaria com laterais em forma de colunas. Para descrição completa clique em: [portada](#)



Como Chegar

A Capela fica no povoado da Chapada localizado a 9,6 km da região central de Lavras Novas, próxima às conhecidas cachoeiras do Falcão e Castelinho. O acesso ao monumento se dá pela Estrada Real - MG 129, que liga Ouro Preto a Lavras Novas. Após andar 8 km na MG 129 no sentido Ouro Preto/ Ouro Branco, está entrada a esquerda que dá acesso a Lavras Novas, conforme imagem abaixo.



Figura 29 - Estrada de acesso a Lavras Novas

Fonte: Google street view - Data: outubro/2016

Depois 2 km da entrada para Lavras Novas, estão as placas que indicam o acesso à Chapada. A estrada da direita leva diretamente ao povoado da Chapada. A capela está localizada a 4 km das placas da figura abaixo.



Figura 30- Estrada de acesso a Chapada

Fonte: Google street view - Data: outubro/2016

Apesar da estrada de terra o percurso até a chapada é tranquilo podendo ser realizado por veículos que não possuem tração 4x4.

Para as pessoas que curtem caminhadas na natureza e estão acostumadas a andar o passeio pode ser realizado a pé. Partindo de Lavras Novas a distância da caminhada é de 4,9 km, sendo a duração aproximada de 1 hora e meia. O roteiro Lavras Novas/ Chapada pode ser visto no vídeo abaixo.

[Vídeo caminhada de Lavras Novas para Chapada](#)

Quem deseja maiores informações sobre o passeio pode acessar o link abaixo:

[Passeio na Chapada](#)



Eventos de Destaque

Gastroarte da Chapada

O Goastroarte é um festival gastronômico realizado nos arredores da Capela de Sant' Ana da Chapada, que recebe aos visitantes de vários lugares para apreciarem a cultura e a culinária local. O evento oferece a degustação de pratos típicos feitos pelos próprios moradores. O clima interiorano toma conta das barracas construídas com bambu e folhas pitas onde os pratos são degustados ao som de músicos da região. Em 2016 o evento completou nove anos de existência. Todos os anos são 2 dias de degustação de pratos especiais da culinária local. O evento possui um público muito diversificado contanto com a presença de turistas, moradores locais, profissionais da culinária e até pesquisadores. Quem quiser saber mais sobre o evento pode acessar o vídeo abaixo:

[Reportagem sobre o VII Gastroarte](#)

Festa de Santana da Chapada

Festividades em homenagem ao dia de Sant'Ana padroeira da Chapada, comemorado em 26 de julho. A festa acontece entre 25 a 27 de julho, contando com a participação dos moradores de diversas partes do município de Ouro Preto e de turistas provindos de outras localidades. Nas festividades realizam-se missas, procissões, corridas, encontro de bandeiras e shows. A comemoração foi inventariada como patrimônio imaterial de Ouro Preto Quer saber mais sobre a festa acesse a ficha de inventário da festa clicando [aqui](#).

Autor: Angelo Antonio da Silveira

Fontes:

Parecer do Processo de Tombamento da Capela de Sant'Ana.

Fichas de inventário da Prefeitura Municipal disponibilizadas na internet.

<http://www.vaqueano.com.br/lavras-novas-chapada/>

<http://www.ouopreto.mg.gov.br/noticia>

Data: 01/10/2016

ANEXO 3 - Imagem Qr Code do Forro da Capela de Sant'Ana



Figura 31 - Qr Code da Imagem do Forro da Capela de Sant'Ana

ANEXO 4 - Texto sobre Imagem do Forro da Capela de Sant'Ana



Forro da Capela de Sant'Ana

O forro da Capela de Sant'Ana retrata Nossa Senhora da Piedade por meio pintura neoclássica elaborada em tinta óleo sobre madeira, com origem possivelmente no século XIX. Não há referências sobre a autoria da pintura. Sabe-se que a pintura é parte do grupo de bens inventariados no distrito de Lavras Novas e compõe o conjunto de bens integrados da Capela de Sant'Ana. A Capela, localizada na Chapada, em Lavras Novas, foi tombada em nível municipal e representa importante ponto turístico do Distrito. No largo da Capela, são realizados eventos culturais diversos, como o festival gastronômico “Gastroarte da Chapada”. Na pintura, Nossa Senhora aparece de costas para a cruz segurando o corpo de Cristo, com um olhar de desolação que traduz o seu sofrimento diante da morte do seu filho.



Figura 32- Nossa Senhora da Piedade

Fonte: Ficha de Inventário - Prefeitura de Ouro Preto – Dez/2005



Figura 33 - Forro da Capela de Sant'Ana

Fonte: Ficha de Inventário - Prefeitura de Ouro Preto – Dez/2005

A pintura está centrada sobre fundo branco margeado por faixas verdes e emoldurada por um contorno longitudinal na cor marrom. No centro da imagem, podemos ver a figura de Nossa Senhora representada por uma mulher branca de expressão sombria, coberta por um lenço azul, sentada aos pés da cruz, amparando Cristo em seu leito de morte. O pano de fundo da imagem central retrata uma paisagem de montanhas verdes e céu azul.

Quem tiver interesse em informações mais detalhadas sobre o monumento pode acessar a ficha de inventário no seguinte endereço:

[Ficha de Inventário - Forro da Capela de Sant' Ana](#)

Curiosidades

A imagem aparece acompanhada da seguinte inscrição em latim: “STABAT MATER DOLOROSA”, que surge em letras maiúsculas e significa “a mãe permaneceu cheia de tristeza”. A inscrição faz referência a um hino em forma de prece do século XIII, idealizado em honra de Maria e atribuído ao franciscano Jacopone da Todi. Na verdade, o hino “Stabat Mater” faz referência a duas preces: “Stabat Mater Speciosa”, cantado de maneira mais alegre, fazendo referências ao nascimento de Jesus; e “Stabat Mater Dolorosa”, que medita sobre o sofrimento de Maria. O “Stabat Mater Dolorosa” é conhecido por ser um dos mais comoventes hinos da era medieval e por esse motivo já recebeu diversas composições musicais, inclusive de artistas consagrados, como Vivaldi.

Quem quiser conhecer o hino na versão de Vivaldi pode acessá-lo no link abaixo:

[Stabat Mater Dolorosa - Vivaldi](#)

Localização

Para chegar à Capela de Sant'Ana, o visitante deve procurar a rodovia MG-129, que liga Ouro Preto a Ouro Branco, e localizar o trevo de acesso a Lavras Novas. Dois quilômetros após acessar o trevo, o visitante visualizará placas que indicam o acesso à localidade da Chapada. A Capela está localizada a 4km das placas. Apesar da estrada ser de terra, o trajeto é tranquilo e pode ser feito em carro de passeio comum. Não é necessário transporte 4x4. Para quem gosta de caminhadas ecológicas, é possível optar por fazer o passeio a pé partindo de Lavras Novas. A caminhada é de 4,9 km e tem duração aproximada de 1 hora e meia.

Quem tiver interesse na caminhada pode acessar o seu roteiro no link abaixo:

[Roteiro para Chapada Lavras Novas](#)

Fonte das informações: Ficha de Inventário - Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Imagens retiradas da Ficha de Inventário

Autor: Angelo Antonio da Silveira

Data: 10/05/2017

Pós – Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em
Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania



ANEXO 5 - Imagem *Qr Code* da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres



ANEXO 6 - Texto sobre a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres



Capela de Nossa Senhora dos Prazeres

Erguida possivelmente no início do século XVIII, a Capela Nossa de Senhora dos Prazeres nos remete aos primórdios da colonização mineira. Em 1725, a existência da Capela aparece demonstrada pela certidão de batismo de Anna, filha de Paschoal Ferreira da Costa e Josepha Cubas de Mendonça.

O batizado foi realizado pelo padre Antônio Moutinho, na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres. Os documentos podem ser encontrados na Casa Setecentista de Mariana.

A fachada da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres segue as características das primeiras matrizes mineiras: frontão triangular simples, sem ornamentação decorativa ou movimentação. As torres, em telhadinho, são características do período. A frente da Capela lembra muito a fachada do Rosário, de Mariana. Apesar da Capela hoje pertencer ao município de Ouro Preto, sua concepção está mais conectada à história da exploração de ouro na região da atual cidade de Mariana. Sabe-se que a ocupação da região onde atualmente se encontra Lavras Novas e a própria construção da Capela surgem como resposta à diminuição do ouro no entorno da cidade de Mariana.

A planta da Capela é do tipo retangular, composta por: nave, capela-mor, corredores laterais e sacristia. O corpo da Capela aparece circundado por muro de alvenaria arredondado. Na frente da Capela, há uma praça com canteiros e bancos, onde ergue-se uma cruz esculpida em pedra. O escudo e os adornos que enfeitam a portada possuem características do barroco e do rococó. Internamente, a Capela possui um conjunto de três altares. O altar principal, apesar de singelo, é mais elaborado que os outros e nos faz lembrar o estilo rococó. A parte de baixo dos púlpitos, como o cruzeiro, também é confeccionada em pedras de cantaria.

A Capela, apesar da sua simplicidade arquitetônica, possui grande relevância paisagística e cultural para a comunidade. Entende-se que nos primórdios da colonização mineira, o templo representava um ponto de referência para os antigos mineradores, que utilizavam o largo da Capela como ponto de reunião e até para breves acampamentos.

A topografia plana do local onde está a Capela contribui até hoje para realização de eventos culturais nos locais. A Capela é administrada pela Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, que cuida da conservação do monumento e da realização das missas e comemorações religiosas.

Os monumentos e a fé dos moradores

A devoção dos moradores de Lavras Novas é uma tradição que desde sempre vem nortendo a organização social do Distrito. A Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, fundada em 1762 com a inauguração da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, mantém há várias gerações o controle social, político e religioso do Distrito. Entregar-se à fé e à devoção era uma forma de criar vínculos sociais. A adoração ao Padroeiro é o principal dever das Irmandades e por isso, quando combinada com as comemorações, representava um elemento primordial para a união do grupo.

A Irmandade funcionava como uma forma de aprendizagem dos parâmetros comportamentais pertencentes ao grupo.

Em Lavras Novas, desde os tempos setecentistas, a Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres foi a protagonista no desempenho dos ofícios religiosos. Composta estritamente por homens nativos de Lavras Novas, atualmente a Irmandade atua na gestão da paisagem cultural, na organização das festividades religiosas, no apoio às missas e no culto à Padroeira, além de prestar assistência funeral aos seus membros. A organização Mesa Administrativa, criada como um “braço” gerencial da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, tem a função de “porta voz” da padroeira, principalmente no que se refere às demandas administrativas que surgem oriundas da execução dos objetivos propostos pela Irmandade.

No passado as Irmandades criavam um calendário litúrgico com obrigações religiosas e festividades que arrecadavam recursos a serem utilizados na salvaguarda do patrimônio religioso. Percebe-se que essas práticas não se perderam com o tempo.

Na atualidade os membros da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres utilizam os eventos culturais e as festividades religiosas como ferramenta de preservação dos monumentos e na defesa da posse da terra. São realizados diversos eventos culturais na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres e no seu entorno. Os eventos trazem visibilidade para o patrimônio religioso material e imaterial do distrito garantindo a sua manutenção.

Fotos da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres



Figura 34- Vista frontal da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres
Fonte: Arquivo pessoal. Data: dez/2016



Figura 35- Foto interna da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres
Fonte: Arquivo pessoal - Data: Dez/2016



Figura 36 - Foto do altar principal da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres
Fonte: Arquivo pessoal - Data: Dez/2016



Figura 37 - Apresentação da Orquestra de Ouro Preto, realizada na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres
Fonte: <http://www.orquestraouropreto.com.br/concerto/concerto-lavras-novas-ouro-preto-mg-series-orquestra-nos-distritos-11a-edicao/>. Data: Out/2015



Figura 38 - Apresentação musical no largo da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres
Fonte: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/index.php?page=distrito&id=6>. Data: Maio/2017



Figura 6 - Vista aérea da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres
Fonte: retrip.com.br/o-que-fazer-em-lavras-novas/. Data: Abr/2017



Figura 7 - Vista aérea do entorno da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres

Fonte: retrip.com.br/o-que-fazer-em-lavras-novas/. Data: Abr/2017

Curiosidades

A devoção a Nossa Senhora dos Prazeres ou Nossa Senhora das Alegrias originou-se em Portugal, por volta de 1590. Conta a história que a Virgem Maria apareceu em cima da fonte de água da cidade de Alcântara durante a peste. Após o aparecimento da imagem, curas milagrosas aconteceram na vida de pessoas que beberam a água da fonte. Por causa das peregrinações, os donos das terras onde ficam a fonte resolveram levar a imagem da Virgem para dentro da sua casa. A imagem, porém, desapareceu da casa aparecendo numa outra fonte.

Localização

Os visitantes não terão dificuldade de encontrar a Capela. Ela está localizada na rua principal de Lavras Novas, na área comercial do Distrito.

Fonte das informações: Ficha de Inventário - Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Autor: Angelo Antonio da Silveira

Data:10/05/2017

Pós – Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em
Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania



ANEXO 7 – Imagem Qr Code da Capela de São Miguel das Almas



ANEXO 8 - Texto sobre a Capela de São Miguel das Almas



Capela de São Miguel das Almas

Construída em 1983, a Capela de São Miguel das Almas possui características arquitetônicas simples, está em bom estado de conservação e destaca-se pela bela paisagem do seu entorno. Construída próximo do Cemitério e rodeada por muro de tijolos, a Capela possui planta retangular e fica localizada na parte inferior do distrito de Lavras Novas, num lugar chamado de “Beco do Cemitério”. Sua fachada frontal dispõe de porta simples com duas partes de abrir, duas pequenas torres em forma de pináculo, duas pequenas aberturas que servem para entrada de luz e ventilação e uma cruz central feita de alvenaria. Já as fachadas laterais possuem portas de acesso e janelas. A lateral esquerda da Capela conta com rampa que dá acesso ao Cemitério. Do lado de fora do muro que circunda a Capela, no amplo gramado, podemos ver um cruzeiro feito de concreto, que representa a fé dos moradores e retrata o “triunfo do eterno sobre a morte”, atuando na proteção das almas que ali descansam.

A visita à Capela é recompensada pela paisagem de montanhas verdes e amplo gramado adornado pelo cruzeiro, que contextualiza um ar espiritual para a paisagem. Na minha perspectiva, a paisagem ajuda a evidenciar a Capela, que de longe se parece com um ponto branco na imensidão verde da mesma.



Figura 39 - Imagem frontal da Capela

Fonte: Ficha de Inventário - Prefeitura Municipal de Ouro Preto – Jan/2007



Figura 40 - Imagem do cruzeiro da Capela de São Miguel das Almas

Fonte: Arquivo pessoal - Dez/2016



Figura 41 - Vista da Capela de São Miguel das Almas na paisagem
Fonte: Arquivo pessoal - Dez/2016

Curiosidades

São Miguel é um Arcanjo que aparece nas doutrinas religiosas como símbolo de humildade perante Deus. A sua imagem é associada à pergunta retórica “Quem como Deus?”, do latim “*Quis ut Deus?*”, diante da qual se espera a resposta “Ninguém é como Deus”.

Os primeiros templos católicos em homenagem a São Miguel surgem no século IV associando a sua imagem à cura de pessoas doentes. Com passar do tempo, o anjo passa a ser visto como protetor e líder dos exércitos de Deus contra as forças do mal. No barroco e no rococó, o São Miguel assume a imagem de soldado vitorioso nos altares das igrejas do século XVIII.

A associação de São Miguel às almas surge na sua invocação em orações aos moribundos e aos defuntos, para que os guie no caminho do céu. A piedade cristã relaciona São Miguel ao Juízo Final, onde ele aparece pesando as almas, separando os puros dos amaldiçoados e condenados e protegendo as almas boas do demônio durante a sua caminhada ao céu. Dessa crença, surge a representação de São Miguel com uma balança e dois pratos na mão destinados a pesar as almas, criando a imagem de “São Miguel das Almas”.



Figura 42 - Representação de São Miguel das Almas

Fonte: <http://rezairezairezai.blogspot.com.br/2012/11/sao-miguel-arcango-e-as-almas-do.html>. Data nov/2012

Localização

A Capela está localizada na rua sem saída ao lado da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, na região central de Lavras Novas. Com poucos minutos de caminhada, o visitante avistará, ao final da rua, o descampado onde verá a Capela de São Miguel das Almas.



Figura 43- Imagem da rua acesso à Capela de São Miguel das Almas

Fonte: Google street view - Data: Maio/2017

Fonte das informações: Ficha de Inventário - Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Autor: Angelo Antonio da Silveira

Data: 10/05/2017

Pós – Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em
Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania



ANEXO 9 - Qr Code da imagem de Nossa Senhora dos Prazeres



ANEXO 10 - Texto sobre a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres



Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres

A Devoção à Virgem Maria, com o título de Nossa Senhora dos Prazeres, é muito antiga e teve sua origem em Portugal. A Mãe de Jesus ganhou esse título em analogia com as alegrias que viveu com seu Filho durante a sua passagem na terra. A Virgem Maria enumerou sete bons momentos vividos com seu Filho:

1. Anunciação - Foi quando o Anjo Gabriel anunciou a Maria que ela daria luz ao Filho de Deus.
2. A saudação de Isabel - Quando Maria visita Isabel e ela a saúda dizendo: “Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre!”

3. Nascimento de Jesus - Jesus nasce numa manjedoura e é visitado pelos pastores.
4. A visitação dos Reis Magos.
5. O encontro de Jesus no templo - Após busca angustiante, Maria e José encontram Jesus no templo conversando com os doutores da lei.
6. Aparição de Jesus ressuscitado.
7. O coração de Maria no céu - Maria é coroada rainha do céu e da terra.

Essas alegrias foram reveladas por Nossa Senhora a um frade franciscano que tinha o costume de homenageá-la com uma linda coroa de flores. O culto a Nossa Senhora dos Prazeres tomou força depois de sua aparição em Lisboa, no século XVI, no momento em que a peste castigava a população. A clemência divina manifestou-se por meio da Virgem Maria, que apareceu numa fonte de água dando graças para curar os doentes que bebiam da água.

A invocação “Nossa Senhora dos Prazeres” é bastante incomum nas Gerais, sendo encontrados poucos exemplares congêneres. Destes, cabe destacar Capela de Milho Verde, distrito do Serro, e Lavras Novas, distrito de Ouro Preto. A devoção dos moradores de Lavras Novas a Nossa Senhora dos Prazeres é uma tradição que desde sempre vem nortando a organização social do Distrito. A Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, fundada em 1762 com a inauguração da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, mantém há várias gerações o controle social, político e religioso do Distrito. Entregar-se à fé e à devoção era uma forma de criar vínculos sociais.

Em Lavras Novas, a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres feita em madeira está em pé sobre uma esfera azul adornada com três cabeças de anjos levemente inclinadas. O Menino Jesus está em seu braço esquerdo segurando o globo terrestre. A Virgem Maria segura um resplendor e possui como adereço uma cora de prata. A imagem está localizada na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres.

Fotos da Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres



Figura 44 - Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres
Fonte: <http://jusclavrasnovas.blogspot.com.br/>. Data: Set/2014



Figura 45 - Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres
Fonte: <http://novaslavras.blogspot.com.br/>. Data: Set/2012

Oração a Nossa Senhora dos Prazeres

“Nossa Senhora dos Prazeres, nossa mãe querida, lembrando-me de vossas grandes alegrias - a anunciação do Senhor, a visita à vossa prima Santa Isabel, o nascimento de Menino Jesus, a adoração dos magos a vosso filho, o encontro de Jesus no templo, a ressurreição de Cristo e a vossa gloriosa assunção -, queremos pedir a vossa intercessão por nós e pelas nossas famílias junto a Deus. Que Ele nos livre de doenças perigosas, do desemprego e da desunião. Nossa Senhora dos Prazeres, ajudai-nos a sermos bons seguidores do vosso adorado Filho, lendo e refletindo sobre a Bíblia Sagrada, alimentando-nos de Jesus na Eucaristia e participando ativamente de nossa comunidade. Queremos viver o mandamento do amor para com todos e caminhar em nossa vida dentro da justiça, colaborando para a construção da paz e da fraternidade. Amém!”

Localização

A imagem pode ser vista na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres. A Capela está localizada na rua principal de Lavras Novas, na área comercial do Distrito.

Fonte das informações: Ficha de Inventário - Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Imagens retiradas da internet

Autor: Angelo Antonio da Silveira

Data:10/05/2017

Pós – Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em
Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania





ANEXO 12 - Texto sobre a imagem de Nosso Senhor dos Passos



Imagem de Nosso Senhor dos Passos

Nosso Senhor dos Passos é uma invocação de Jesus Cristo que simboliza a memória do trajeto percorrido por Jesus Cristo desde a sua condenação até o seu sepultamento. A devoção ao Senhor dos Passos começa na Idade Média, quando cruzados visitam os locais sagrados em Jerusalém, refazendo os últimos passos de Jesus a caminho da crucificação. Já no século XVI, são definidos 14 momentos chamados de “Passos da Paixão de Cristo”. A Via Sacra ficou definida com os seguintes momentos:

1. Jesus condenado à morte.
2. Jesus carrega a cruz nas costas.
3. Jesus cai pela primeira vez.
4. Jesus encontra a sua Mãe.
5. Simão Cirineu ajuda Jesus a carregar a cruz.
6. Verônica limpa o rosto de Jesus.
7. Jesus cai pela segunda vez.
8. Jesus encontra mulheres de Jerusalém.
9. Terceira queda de Jesus.
10. Foram retiradas as roupas de Jesus.
11. Jesus é pregado na cruz.

12. Jesus morre na cruz.

13. Descida do corpo da cruz.

14. Sepultamento de Jesus.

Essa invocação ficou muito popular em Portugal e no Brasil, dando origem à “Procissão dos Passos” ou “Procissão do Encontro”. Jesus Cristo representado carregando a cruz significa um símbolo forte do cristianismo. A cruz representa a ferramenta de salvação da humanidade.

A imagem de Nosso Senhor dos Passos, localizada na Capela de Nossa dos Prazeres, foi esculpida em madeira, possivelmente no século XVIII, e confeccionada como um “santo de roca”. A imagem de “roca” é o tipo de imagem sacra feita para ser vestida. Era também conhecida como imagem de vestir ou imagem de procissão. Esse gênero de imagens tomou importância durante o período barroco, estendendo-se até meados do século XIX. Os santos de roca eram feitos com os membros articulados, para que pudessem assumir gestualidade variável conforme o seu contexto. Sua roupagem imitava os trajes de pessoas vivas, com pintura da face e das mãos se assemelhando com a carne humana. Os olhos eram de vidro, os cabelos naturais, e os dentes e unhas feitos com marfim ou ossos. A imagem possuía um enfoque teatral, pensado para mexer com as emoções dos fiéis durante os cultos e procissões.

O Nosso Senhor dos Passos de Lavras Novas possui roupas reais, apresentando acabamento refinado somente nas extremidades e na cabeça. Os membros são articulados, e o cabelo é verdadeiro. A imagem era muito utilizada durante a Semana Santa, quando Cristo sai às ruas com a cruz nas costas. Apesar de não existirem referências de confecção da peça, existe uma menção a retoque em 1928.

Fotos da Imagem de Nosso Senhor dos Passos



Figura 46 - Imagem de Nosso Senhor dos Passos
Fonte: Ficha de Inventário - Data: Jan/2007



Figura 47 - Imagem de Nosso Senhor dos Passos
Fonte: Ficha de Inventário - Data: Jan/2007

Curiosidades

A indumentária dos santos de roca era normalmente fornecida pelos devotos ou confeccionada em conventos. As vestes eram cuidadosamente bordadas, às vezes utilizando até fios e ouro e pedrarias. O vestuário das imagens de roca era muito valorizado, pois demonstrava a força da crença dos seus devotos. As perucas naturais são feitas com os cabelos dos devotos, geralmente doados em pagamento de promessas. As pessoas prometem cortar o cabelo e doar ao santo, caso tenham suas preces alcançadas.

Localização

A imagem de Nosso Senhor dos Passos está localizada na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres. Pode ser vista nos dias em que há celebração de missa e durante as comemorações religiosas.

Fonte das informações: Ficha de Inventário - Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Imagem retiradas da Ficha de Inventário

Autor: Angelo Antonio da Silveira

Data: 12/05/2017

ANEXO 13 – Parecer de tombamento Capela de Sant’Ana

Parecer técnico sobre o tombamento – Secretaria de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto

Provavelmente edificada durante século XVIII, tendo como contexto a vertiginosa mineração nas terras Capitania de Minas Gerais, a Capela de Chapada consiste em um dos principais símbolos desse subdistrito de Ouro Preto. A pequena igreja funcionou como uma espécie de núcleo aglutinador dos primeiros tempos do antigo arraial: em meio às andanças e busca pelas inúmeras riquezas minerais, o templo sagrado representava o local escolhido pelos desbravadores para se fixarem ao menos provisoriamente.¹ Nessa medida, a ermida de Sant’Ana servia como grande referencial para a população da época, visto que a padroeira era admirada tanto pelos viajantes que partiam ou chegavam, bem como pelos moradores que ali residiam com suas pequenas plantações agrícolas.

As fontes documentais apontam para uma significativa reforma iniciada no ano de 1883. Na prática, tais modificações não deixam de ser uma nova construção, haja vista que houve uma provável ampliação em relação à capela primitiva. Entretanto, o que mais desperta a atenção foram os seguidos esforços da população chapadense para que essa obra fosse edificada; nesse ínterim, realizou-se uma longa campanha para a arrecadação de fundos, sendo apontadas algumas pessoas da comunidade com a incumbência dessa árdua tarefa. Os moradores do local se organizaram de uma tal maneira que foi construída uma comissão responsável pelo andamento das obras, a qual representou muito bem os anseios dos diferentes membros da Chapada – que eram, fundamentalmente, a elevação de um templo digno para a aclamada padroeira Sant’Ana.

Nem mesmo a forte crise econômica que se abateu nos diversos locais do território mineiro ao longo do século XIX, inviabilizou o início da construção da Capela de Sant’Ana: muitos trabalhadores ofereciam gratuitamente sua mão-de-obra em devoção à santa, alguns fazendeiros cederam materiais como pedras e madeiras, além do governo provincial ser responsável pela cessão dos recursos. Ademais, não se pode perder de vista a participação fundamental de vários escravos para o erguimento da Igreja; forma eles que trabalharam mais dias ao longo da

¹ Importante salientar as funções de pousada e de zona agrícola desempenhadas pelos antigos povoados, os quais estavam localizados perto dos núcleos mineradores. A proximidade da Chapada com o atual distrito-sede Ouro Preto é bastante sugestiva, apontando para esse tipo de ocorrência comum nas Minas Gerais Setecentistas.

construção ², concedendo, também, um caráter multifacetado á concretização desse importante bem imóvel – podem-se indicar, a título de exemplos, o emprego de técnicas africanas desconhecidas até então do homem europeu e a contribuição da influência dos traços religiosos dos negros para o fortalecimento de Sant’Ana enquanto símbolo local.

Durante o transcorrer do século XX, a singela igreja foi bastante frequentada pelos moradores bem como pelos habitantes dos distritos vizinhos. Muito mais do que um mero local onde se realizavam formalidades religiosas – batismos, casamentos, missas e orações eram algumas dessas ocasiões – os arredores do templo passaram a ser apropriados de maneiras variadas pelos diversos indivíduos.

A realização de festividades e de outros eventos como a Festa de Sant’Ana e as danças de quadrilha acabaram concedendo um caráter profano ao espaço do largo, sugerindo uma mescla bastante rica entre os universos sacro e mundano. Dessa forma, cabe assinalar a (re)significação construída pelos chapadenses no que toca a ermida da padroeira, tendo com perspectiva as mudanças que acompanham os processos históricos.

No que tange ao seu aspecto arquitetônico, a referida ermida se impõem por sua proporcionalidade; volumetria; pela interessante torre sineira deslocada do corpo do edifício, pela sua presença articuladora de um espaço urbano singular, típico das vilas mineiras do século XVIII, que abriga inúmeras formas de se vivenciar o coletivo.

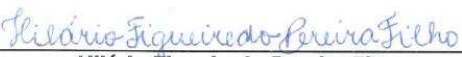
Realizadas essas presentes colocações, vale inerir que a Capela mencionada destaca-se, fundamentalmente, como importante símbolo dessa comunidade ouro-pretana. Mesmo diante das alterações típicas das temporalidades distintas, esse bem imóvel não deixou de representar o vínculo indenitários entre os moradores e o espaço físico da chapada. Nesse sentido, a igreja como um ícone de grande relevância para que sejam vislumbradas trações do cotidiano chapadense; ente outras palavras, a edificação acaba por desempenhar um papel de referencial que não se limita os sentimentos religiosos, interligando-se, concomitantemente, ao dinamismo dessa localidade mineira.

A importância de se preservar esse singular bem cultural justifica-se pela inserção do mesmo enquanto um importante fragmento das muitas histórias chapadenses: desde os primeiros momentos da fundação do povoado, passando pelos louváveis esforços de se edificar definitiva, além de agregar os mais diferentes usos para o seu espaço, a Capela conseguiu sintetizar muitas ações de e das vozes dos sujeitos anônimos que teceram o cotidiano da localidade. Nesse

² Informação baseada em uma série de documentos emitidos por Manoel Ferreira Guimarães (presidente e tesoureiro das obras), datados de 02/05/1983. A documentação encontra-se, atualmente, no interior da Capela.

ínterim, a pequena igreja de Sant' Ana representa a historicidade do viver coletivo, conotando para significados que ora se modificam com o tempo e, por vezes, trazem as permanências e as tradições de um passado ainda muito presente.

Ouro Preto, abril de 2005.



Hilário Figueiredo Pereira Filho
Historiador



Patrícia Soares Pereira
Arquiteta Urbanista